



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 8 de outubro de 2014, às 10 horas e 50 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Gim** com a presença dos Senadores **Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Antônio Aureliano, Antonio Carlos Rodrigues**; e dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Ronaldo Fonseca, Afonso Florence, Iryny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Jaime Martins, Izalci, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar, Eurico Júnior e Marcos Rogério**. Presentes os parlamentares não-membros Senador Fleury, Deputados Domingos Dutra, Domingos Sávio, Medonça Filho, Onofre Santo Agostini. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Mário Couto, Jayme Campos, e Ataídes Oliveira**; e os Deputados **Sibá Machado, Hugo Napoleão, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos e Enio Bacci**. Na ocasião, foi ouvida a senhora **Meire Bonfim da Silva Poza**, ex-contadora de Alberto Youssef. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Invocando a proteção divina, damos por aberta mais uma reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Na condição de Vice-Presidente, tendo em vista que o Presidente, nosso nobre Presidente, Senador Vital do Rêgo, está com dificuldade no embarque da Paraíba para cá, vou tocando a reunião, esperando que ele chegue.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitava da Srª Meire Poza. A depoente fará sua exposição e, em seguida, será interpelada pelos Parlamentares, dentro do assunto tratado, dispondo, cada um, de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta da depoente, ou de dez minutos, intercalando perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, nobre Deputado Marco Maia, o Presidente e os autores dos requerimentos, a saber: Requerimento nº 684, do nobre Deputado Izalci Lucas; Requerimento nº 685, do nobre Deputado Rubens Bueno; Requerimento nº 686, da nobre Senadora Vanessa Grazziotin; Requerimento nº 696, do nobre Senador Humberto Costa; Requerimento nº 702, do nobre Deputado Marco Maia, que já tem a preferência, como

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Relator; Requerimento nº 707, do nobre Deputado Sandro Mabel; Requerimento nº 720, do nobre Deputado Fernando Francischini; Requerimento nº 724, do nobre Deputado Onyx Lorenzoni. A seguir, falarão os membros titulares e suplentes e os não membros devidamente inscritos.

A fim de concentrarmos nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, conforme dispõe o art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o art. 96 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado, poderão falar, para explicação pessoal, em cada reunião, apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder é lícito usar da palavra uma única vez, em qualquer fase da reunião, pelo prazo máximo de cinco minutos, para comunicação urgente (art. 600 do Regimento Interno).

Todos estão preparados. Então, peço à Secretária que conduza a convocada, Sr^a Meire Poza, por favor. *(Pausa.)*

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, Deputado Geddel Vieira.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Lúcio Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Lúcio Vieira Lima.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – E me honra muito ser chamado de Geddel Vieira. Tomo como homenagem do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Eu queria deixar aqui a sugestão de que nós transformássemos esta sessão numa sessão secreta, para permitir que, desta forma, a Sr^a Meire Poza possa se sentir mais à vontade para falar, uma vez que ela até já disse que foi ameaçada, inclusive, a sua própria vida. Desta forma, eu acho que é uma maneira de preservarmos a Sr^a Meire e de que a CPI possa efetivamente colher mais informações, facilitar que nós possamos colher maiores informações sobre o caso. Até porque, de público, ela já esteve no Conselho de Ética, já depôs na Polícia Federal. Então, seria uma forma diferente de tentarmos, através das nossas arguições, colher algum fato novo, e que possa efetivamente esta CPMI começar a demonstrar algum serviço, alguma ajuda na investigação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, nós fizemos convite à Sr^a Meire Poza, e não foi de agora: foi no dia 13 de agosto, na reunião do Conselho de Ética da Câmara. Lá nós fizemos a ela a pergunta se ela concordaria em vir à CPI da Petrobras para aqui compartilhar conosco informações, e mais informações que pudessem ajudar a

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

investigar, a aprofundar as investigações, para que tivéssemos, efetivamente, um momento importante para o País. E eu elogiei a presença dela, elogiei a declaração dela, porque ela está prestando um serviço para o Brasil!

Nós temos que investigar essa quadrilha que se apossou da Petrobras e saber como é que nós vamos agir para isso acabar definitivamente, não só com o Ministério Público, não só com a Justiça condenando, não só com a AGU buscando ressarcir os danos causados, mas também saber com qual legislação o Parlamento brasileiro pode, a partir desses depoimentos, coibir, de forma definitiva, quadrilha de se instalar em estatais brasileiras, delas se apossar e de lá desviar dinheiro para partidos e políticos.

Como eu disse àquela ocasião, eu quero dizer a V. Ex^a e também à convidada, agradecendo por sua presença, que nós queremos a sessão aberta. A sessão aberta! Se ela porventura entender que isso pode trazer – e aí eu vou no que disse o Deputado Lúcio Vieira: se ela entender, é evidente que nós temos que ter... Agora, se não, ela está convidada a aqui falar e a dizer quem é, quanto foi, para onde foi e quais são essas pessoas. É importante para o País desvendar isso!

Então, Sr. Presidente, quero dizer que nós não concordamos. Queremos sessão aberta, em homenagem a uma brasileira que está prestando agora esclarecimentos graves sobre essa quadrilha que tomou conta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado.

Deputado Carlos Sampaio. Logo em seguida, Deputado Júlio Delgado e, em seguida, pela ordem de pedidos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, a palavra de ordem dentro de uma comissão de investigação, evidentemente, é apurarmos a verdade. Como regra, essa verdade tem que vir de forma transparente e de forma pública. Essa é a regra. Se, por um acaso, a convidada de fato disser que se sentiria mais à vontade numa reunião sigilosa, o PSDB concorda que seja sigilosa, em deferência à convidada. Mas ela tem que dizer se prefere ou não. Em não preferindo, é evidente que a publicidade e a transparência seriam muito melhor para a nossa investigação.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu quero aqui corroborar as palavras do Deputado Rubens Bueno. Naquele dia 13 de agosto – eu costumo dizer, antes, durante e na hora em que eu tive a trágica notícia do falecimento do nosso companheiro Eduardo Campos –, eu estava fazendo inquirição à Meire, e ela se dispôs naquele dia, dizendo o seguinte: que ela estava, naquele dia, convocada para um fato determinado e iria falar a respeito desse fato. Indagada pelo Líder Rubens se ela estaria disposta a vir aqui nesta CPMI para contribuir com o Brasil, a tempo disse que, se convocada, viria com o maior prazer.

Eu quero aqui, mais uma vez, delegar essa vontade... Eu quero dizer claramente à Meire que o nosso desejo é que seja aberta, para que a sociedade saiba da sua disposição, da mesma forma que fez; mas, se puder contribuir mais, quero deixá-la muito à

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

vontade, porque, ao conhecê-la naquele dia e ver sua disposição, acho que não há nenhum óbice da sua parte para que esta sessão seja aberta. Esta é a nossa disposição, e eu quero aqui confirmar os desejos, os pedidos do Deputado Carlos Sampaio e do Líder Rubens Bueno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, na condição de Líder do PT no Senado, quero manifestar aqui meu posicionamento em favor de que a sessão seja feita de maneira aberta – aliás, como nós defendemos em relação à vinda do ex-Diretor da Petrobras Paulo Roberto. Então, esse é o nosso posicionamento. Se for diferente o entendimento aqui da Comissão ou da depoente, tudo bem. Mas, em princípio, nossa posição é essa.

A segunda questão. Eu pergunto com relação à depoente: ela vem hoje na condição de testemunha, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O.k.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Nós temos uma ordem de inscrição aqui, e o próximo que pediu foi o Deputado Marcos Rogério; em seguida, o Deputado Arnaldo; depois, o Líder Mendonça.

Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, apenas quero colaborar com o que já foi manifestado aqui no sentido de que a sessão seja uma sessão pública. Os fatos que estão sendo apurados aqui são fatos de interesse público, e o seu esclarecimento nos leva a todos a ter o interesse de que a sociedade tome conhecimento desses fatos, não pelo que vamos dizer depois, mas pelo que a própria sociedade vai ver e ouvir ao longo dos debates desta Comissão. Ademais, Sr. Presidente, o art. 37 da Constituição Federal, ao estabelecer os princípios norteadores da administração, também elencou entre os tais o princípio da publicidade.

Portanto, penso que, ressaltando, como já foi dito aqui, exceto se a testemunha solicitar à Comissão que a sessão seja secreta para a preservação da testemunha ou de eventuais situações que ela queira revelar à Comissão, afora isso, recomendam a prudência, o bom senso e o interesse público que a sessão seja aberta. E, em atendimento ao que diz o art. 37 da Constituição Federal, o princípio da publicidade deve ser também respeitado no âmbito desta Comissão.

Portanto, a nossa sugestão é a de que se mantenha a sessão aberta, pública.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Antes, vamos saber o que propõe o nobre Deputado Lucio Vieira.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Diante do que está colocado, sugiro, para que não percamos tempo com o debate, que perguntem à Sr^a Meire Poza se ela quer a sessão secreta ou não. Segui o mesmo princípio observado na questão do Sr. Paulo Roberto. Na época, defendi a sessão aberta porque ele colocou que não falaria nada na sessão secreta, que teria o mesmo comportamento se a sessão fosse fechada.

Aqueles que, hoje, estão contraditando minha colocação foram os que, mesmo diante dos artigos constitucionais que dizem que a reunião deve ser aberta e transparente, votaram para que fosse o depoimento do Sr. Paulo Roberto secreto.

Então, seguindo o mesmo critério, sugiro que V. Ex^a pergunte à Sr^a Meire Poza se ela gostaria de uma sessão secreta, se isso facilitaria que ela colocasse mais informações para esta Comissão ou não. Caso não, está encerrada a questão, e iniciamos a fase de arguição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, apenas quero registrar que eu não participei dessa sessão secreta, não validei esse ato.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a máxima vênua que todos merecem, eu gostaria de colocar uma posição para vocês. Tenho duas questões aqui. Quem tinha feito a proposição foi o nobre Deputado Lucio Vieira, que, agora, pede que eu consulte a testemunha, o que não é o caso, pois ela não tem o poder de decidir se a sessão deve ser secreta ou não.

Mais do que isso – peço um minutinho –, para encerrar essa discussão agora, não temos quórum suficiente para deliberar. Teríamos de contar com 17 assinaturas. Como não há 17 assinaturas para deliberarmos se é secreta ou aberta, a sessão é aberta.

Vamos começar os trabalhos, então, se o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá assim concordar, pois é o próximo a fazer uso da palavra.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Era a decisão que eu queria. Vamos trabalhar na sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado. Todos concordam?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Concedo a palavra...

Primeiro, agradeço à Sr^a Meire Poza. Agradeço ao advogado, Dr. Eri Varela. Muito obrigado.

A partir deste momento, então, com muita tranquilidade, concedo a palavra a V. S^a, para que a senhora possa fazer as explicações necessárias.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Abra o jogo, Sr^a Meire!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, apenas trato de uma questão regimental. V. Ex^a disse que não há quórum. Mas, realmente, há quórum aqui. Acho que a informação não procede.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe-me, nobre Deputado Arnaldo. Não há quórum para deliberar se seria sessão aberta ou secreta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há quórum, sim, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não! Precisamos de 17...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há 17 aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpa! A Mesa me informa que não há quórum, Deputado. Deve ser suplência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Então, está errada essa informação. Eu queria corrigir V. Ex^a. Se contarmos, veremos que há mais de 17, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, vou novamente consultar, então, a Mesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Pode consultar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós temos quórum para deliberar ou não? (*Pausa.*)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Há quórum, sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não há quórum! Desculpa, mas eu estou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Como não há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpa, Deputado, mas deve estar aqui suplente de uma mesma Bancada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Há duplicidade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Há duplicidade. A Mesa é que me informa. E a Mesa também me informa que há não membros da Comissão aqui presentes que estão interessados nessa matéria. Por isso, a quantidade de Parlamentares...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Vamos ao depoimento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só temos de explicar cada item, porque temos de ter muita tranquilidade. Uma brasileira está aqui e está realmente querendo depor.

Então, por favor, a senhora, na condição de testemunha, fique à vontade, Sr^a Meire Poza.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Abra o jogo, Srª Meire!

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bom dia.

Bom, eu até comentei isto: todos os meus depoimentos foram tornados públicos. Se não todos, a maioria. Então, em relação ao que eu disse, aos depoimentos que prestei à Polícia Federal, eu não tenho nenhuma restrição em falar. Talvez eu não tenha as informações que vocês esperam que eu tenha, informações precisas sobre operações da Petrobras. Eu não participei disso.

Eu trabalhava com o Alberto Youssef, vi e participei, não diretamente, claro, mas vi algumas operações que foram feitas no escritório dele. Sobre isso, não tenho problema nenhum em falar. Agora, eu não tenho informações diretas da Petrobras.

Então, se vocês quiserem começar, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A testemunha está aberta a perguntas.

Primeiro, o Relator, nobre Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Bom dia.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bom dia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Srª Meire Poza, contadora de empresas do doleiro Alberto Youssef, seja bem-vinda a esta Comissão.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Muito obrigada.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Todos nós temos a convicção de que V. Sª poderá contribuir muito para as investigações que estão sendo realizadas por esta CPMI, principalmente na confrontação de dados, de informações que esta CPMI tem recebido, seja do Judiciário do Paraná, seja da Polícia Federal, seja do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União, do próprio Tribunal de Contas da União e das investigações que estão sendo realizadas acerca do envolvimento do Sr. Alberto Youssef com o Sr. Paulo Roberto Costa e, em consequência, com outros agentes políticos e econômicos do nosso País.

Nós ainda não recebemos, Srª Meire Poza, as informações que V. Sª prestou à Polícia Federal. Portanto, embora já tenham sido requeridas por esta Comissão, elas ainda não chegaram a esta Comissão. Portanto, as informações que V. Sª vier a prestar aqui, por óbvio, ainda serão, também, confrontadas e analisadas à luz do depoimento que V. Sª deu à Polícia Federal.

Mas nós recebemos as informações que V. Sª prestou ao Judiciário do Paraná, ao Juiz Sérgio Moro, e a impressão que nos deu, fazendo a leitura dessas informações, é de que, ali, as perguntas que lhe foram formuladas já o foram a partir de informações anteriores que haviam sido dadas ao depoimento que V. Sª prestou à Polícia Federal.

Então, nós vamos fazer aqui um conjunto de informações. Como nós não temos as informações que foram prestadas à Polícia Federal, porque elas não chegaram até este momento a esta CPMI, nós vamos fazer algumas perguntas que vão, em alguma medida, de encontro a essa tentativa de obter as informações que V. Sª prestou também à Polícia Federal.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Então, iniciando aqui os nossos questionamentos, a senhora poderia informar qual o nome da sua empresa de contabilidade, se a senhora é a única proprietária dessa empresa ou tem outros sócios e quem são esses sócios que a senhora porventura tenha na sua empresa de contabilidade?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, eu não tenho. Sou eu a proprietária. Minha empresa se chama Arbor Consultoria e Assessoria Contábil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não há outros sócios, então. A senhora é a única sócia?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sou.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A sua empresa de contabilidade prestou serviços para o Alberto Youssef. Durante qual período a sua empresa trabalhou para o Youssef e qual a função que o seu escritório desempenhava para o doleiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Na verdade, meu escritório prestou serviços para algumas empresas dele, não diretamente a ele: para a GFD, para a Graça Aranha, a Malga Engenharia e alguns outros trabalhos pontuais para as empresas do Grupo Marsans.

Eu comecei a prestar serviços para ele em junho, mais ou menos em junho de 2011, sendo que eu fiz um trabalho retroativo a 2010, que foi quando se iniciaram as atividades da empresa, e trabalhei para eles até ser deflagrada a Operação Lava-Jato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.. E qual o valor mensal que era cobrado pela Arbor pelo serviço prestado à GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Quinze mil reais, para atender a todas as empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quinze mil reais.

Existia algum outro pagamento por fora, alguma coisa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Era esse o valor?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era esse o valor contratado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E, a partir disso, prestava todos os serviços às empresas do Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exceto se ele solicitasse algum serviço específico, embora alguns dos serviços específicos não tenham sido cobrados.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Porque às vezes eles pediam alguma alteração de um contrato de uma outra empresa. Como era um serviço pequeno...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E o contrato era só com a GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com a GFD e com a Graça Aranha.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Com a Graça Aranha.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. E posteriormente com a Malga.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas prestava serviço para outras empresas a partir desse contrato.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A GFD é uma *holding*. Ela tem debaixo dela algumas outras empresas, e a Graça Aranha, que estava debaixo da GFD, também é uma *holding*, em que há todas as empresas do grupo Marsans. Então, eu prestava serviço para as *holdings*. Eventualmente, alguma subsidiária necessitava de algum trabalho pontual, e nós executávamos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E como e quando a senhora conheceu o doleiro Youssef? Alguém lhe indicou para ele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu entrei em contato com a GFD, o meu primeiro contato lá foi em 2010, quando o Enivaldo Quadrado foi trabalhar lá. Eu conheci o Enivaldo Quadrado. Eu trabalhava em corretora de valores. Ele era dono da Bônus-Banval. Então, eu o conheci em 2009, em um trabalho que realizei para ele, pessoa física. Posteriormente, ele se mudou para São Paulo. Ele morava em Assis, se mudou para São Paulo e foi trabalhar na GFD. Então, ficou muito perto do meu escritório, e como eu ainda tinha alguns trabalhos pendentes com ele, eu conversava com ele já na GFD. Aí conheci o Sr. João Procópio, e foi o Sr. João quem quis me contratar. Eles estavam com alguns problemas em relação a serviços de contabilidade, e foi o Sr. João Procópio quem me pediu uma proposta de serviço.

Em relação ao Alberto Youssef, eu só o conheci em setembro de 2012. Então, eu não o conhecia durante esse período todo. A informação que eu tive na época foi a de que a GFD pertencia a um grupo estrangeiro. O representante era o Carlos Alberto Costa, e eu vim a conhecer o Sr. Alberto em setembro de 2012.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. E a senhora era responsável pela contabilidade das empresas. A senhora fazia toda a contabilidade...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – No início, só da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só da GFD.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Depois que passei a ser contratada para outras empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora reconhece o fato de ter recebido algo em torno de R\$1,182 milhão de pagamento da GFD ou das empresas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A minha empresa ter recebido R\$1,182 milhão? Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não? O.k. A senhora não reconhece isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Que eu tenha recebido a título de honorários, não. Não, senhor.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. O.k.

A senhora poderia nos dizer aqui quais as empresas que o Sr. Youssef possui? E entre essas empresas, quais delas prestavam serviços efetivamente?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para quais eu prestava serviços?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. Quais as empresas que prestavam trabalho efetivamente.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, sim. Perfeito.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque a informação que nós temos é que várias empresas do Sr. Youssef não prestavam serviço algum.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Perfeito.

Ele tinha a GFD, que era a *holding*. Debaixo da GFD havia os hotéis: o Hotel Aparecida, o Hotel Porto Seguro, o Hotel Salvador. Ele tinha a Web Hotéis, que é uma administradora de hotéis que, de fato, administrava esses hotéis, exercia essa atividade de administração dos hotéis.

Deputado, eu vou falar, talvez, um pouco fora de ordem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não tem problema.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Porque algumas empresas foram incorporadas mais recentemente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É o caso da Malga Engenharia, que é uma empresa mais recente, entrou para o grupo há menos tempo. Ele tinha também a empresa Graça Aranha, que é a *holding* do grupo Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, todas as empresas do grupo Marsans, que eram, se não me falha a memória, sete ou oito, estavam dentro da Graça Aranha. E ele tinha outros investimentos: ele tinha um terreno no Rio de Janeiro, um apartamento na Vila Nova Conceição, mas, como empresas mesmo, ele tinha essas.

Dessas empresas, a Marsans tinha um trabalho efetivo. Trabalhava, era uma operadora de turismo, nunca teve, assim, nenhum... Tinha problemas de caixa, mas exercia, sim, as atividades de operadora de turismo. Além disso, ele tinha a Web Hotéis, que também exercia atividades.

A Malga Engenharia, como ela entrou há pouco tempo, eu não sei, realmente, lhe dizer, porque eu tive muito pouco contato com a Malga, mas, aparentemente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Agora, o restante não tinha nenhum tipo de atividade?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, outras empresas que até foram, nesse processo, atribuídas a ele, que foi o caso da MO, Empreiteira Rigidez e da RCI, essas empresas não faziam parte do grupo. Eu conheço essas empresas como sendo de propriedade do Sr. Waldomiro de Oliveira. Então, nunca foram de propriedade dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Waldomiro de Oliveira? Nunca foram propriedade do Youssef?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, então, a Labogen foi um investimento mais recente, que estava sendo passado para o nome da GFD também. A GFD ia ser proprietária, mas não chegou a ser. Então, o que eu estou dizendo para os senhores é aquilo de que eu tenho conhecimento de fato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. A GFD não tinha nenhuma atividade?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a GFD não tinha nenhuma atividade. Ela, realmente, só... A receita da GFD eram essas receitas dos investimentos. Então, por exemplo, os hotéis...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois é. Qual era a fonte de recursos dessas empresas? Porque, se a senhora fazia a contabilidade delas, o dinheiro tinha que entrar...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. A GFD...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... de algum lugar e sair para algum lugar, o dinheiro.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. A GFD, as atividades, as receitas efetivas dela eram: as receitas dos hotéis, dividendos, a taxa de administração que a Web Hotéis recebia e repassava a parte da GFD, alguns aluguéis que ela recebia – então, aluguel do terreno no Rio de Janeiro –, e as outras receitas que a GFD recebia eram por conta de emissões que eles faziam, emissões de notas, que foram feitas ao longo desse período para algumas empreiteiras e para a Sanko.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. E essas empresas do Youssef tinham contratos diretos com instituições públicas ou empresas que tinham participação de recursos públicos?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu... Bom, ela tinha contratos com algumas empreiteiras. Direto com empresas públicas, que eu me lembre, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nenhuma?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não que eu me recorde agora. Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais seriam esses contratantes?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Dessas notas que foram emitidas, foram a Mendes Júnior, a Sanko Sider, a Engevix, Paranas e... Deputado, sinceramente, pode estar passando alguma, mas, principalmente, foram essas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. E a senhora tem informação se esses recursos que eram contratados por essas empresas, as empresas do Sr. Youssef, eram de licitações públicas, ou tinham a ver com negócios para prestar serviços em obras públicas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não tenho conhecimento. O que era feito, os contratos eram feitos entre a GFD e essas empresas. Então, os contratos tinham, lá, o objeto, previam...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eles tinham vínculo com alguma obra pública, esses contratos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Diretamente, que eu me recorde, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Para prestar a terceirizados, para prestar algum serviço de alguma licitação, de alguma obra pública?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu me recorde... O que existia, Deputado: em alguns contratos eles citavam obras em plataformas de petróleo, mas não existia, nesses contratos, nenhuma referência a alguma obra específica.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Que tipos de despesas eram registradas na contabilidade das empresas do Youssef? Que pagamentos eram realizados?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – As despesas de empresa normais: folhas de pagamento, aluguel, condomínio, telefone...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mesmo nessas que não tinham atividade nenhuma?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Na GFD, na GFD. A GFD tinha uma receita. Então, só separando para o senhor, a GFD tinha esses dois tipos de receita: uma receita foram essas receitas que vieram de notas emitidas a essas construtoras, a essas empresas que eu citei. Normalmente, esses valores, como eram valores maiores, no início, eles foram utilizados para investimentos. Então, ele recebeu e adquiriu alguns... Por exemplo... Veja, eu estou lhe dando como exemplo, não estou afirmando que tenha sido isso, porque eu não me lembro, mas, por exemplo, ele recebia 3 milhões de determinada empreiteira e, aí, ele usava aquele dinheiro para adquirir um terreno no Rio de Janeiro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, esse dinheiro maior tinha uma utilização.

Boa parte também do dinheiro que ele recebeu foi utilizada na Marsans. A Marsans era uma empresa que demandava muito capital de giro. Então, muitas vezes, ele entrava em pânico, porque a Marsans estava precisando de dinheiro para não deixar passageiro no chão.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual era o objeto dessa Marsans? O que ela...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A Marsans era uma operadora de turismo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Operadora de turismo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eles tinham 37 lojas no Brasil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, ela demandava muito capital, porque a grande preocupação era deixar passageiros no chão.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O que acontecia? Ele pegava... Muitas vezes, entrava um dinheiro que ia direto para a Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E o restante, essas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E como é que se dava essa lavagem de dinheiro que dizem que existia nessas empresas? A senhora auxiliava nessa...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Entrava o dinheiro... Por exemplo, o dinheiro das empreiteiras...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que a senhora está dizendo é que o dinheiro entrava e ele repassava para outras empresas para fazer os pagamentos...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Empresas do grupo dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... do grupo, então.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas ouvimos muito falar que havia um esquema de lavagem de dinheiro, que esse dinheiro era utilizado para ser lavado, ia para o exterior, voltava de outra forma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, isso já seriam operações da Labogen. Essas operações do dinheiro que ia para o exterior eram operações da Labogen. Operações...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E qual era a empresa de... Dizem que ele era um doleiro. Entende-se que um doleiro é alguém que compra dólar, vende dólar, faz operação de compra e venda, enfim. Qual era a empresa dele de compra e venda de dólar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, ele fazia essas operações junto da MO, mas a MO não era uma empresa dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Do Youssef.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A MO... Ele utilizava notas da MO – aí, sim, me parece que diretamente com a Petrobras ou com o consórcio...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas ele não tinha uma corretora de...? Ele não tinha uma empresa de câmbio?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A MO é uma empresa de câmbio?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A MO é uma consultoria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma consultoria.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A MO é uma consultoria. Então...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, ele era um doleiro sem uma empresa de câmbio.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Na verdade, Excelência, o que eu entendo é que essa denominação foi dada a ele no sentido de movimentações que hoje seriam movimentações diferentes, entrega de dinheiro fora do País... Veja, desculpe-me, esse é o meu entendimento...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Talvez elucidando essa questão de ser chamado de doleiro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Mas, então, como é que funcionava essa coisa da lavagem do dinheiro? Como a senhora tratava isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O que eu tenho conhecimento... Não, nunca houve esse tipo de movimentação oficialmente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Era a senhora que mandava esses recursos para fora?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nunca houve esse tipo de movimentação dentro da empresa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem é que fazia isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele mesmo. Até onde eu tenho conhecimento, quem fazia isso eram as pessoas ligadas diretamente a ele, o Sr. Rafael, o Sr. Adarico, que saíam com o dinheiro...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é o nome? Rafael?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E Adarico.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Adarico. A senhora tem o sobrenome deles?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Rafael Lopez e Adarico Negromonte.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, as movimentações financeiras das empresas do Youssef com instituições bancárias eram feitas diretamente por ele e não pela senhora? A senhora não tinha nenhuma atuação nessa operação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nessa movimentação, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quem mais desempenhava essa função eram esses dois cidadãos.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. Que levavam dinheiro, que andavam com dinheiro, sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E, considerando a sua formação e a sua atuação profissional, a senhora poderia informar a esta CPMI como é que ocorriam essas remessas de recursos das empresas do Sr. Alberto Youssef para contas de instituições bancárias no exterior?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Fora do País?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu nunca participei, porque a Labogen não era uma empresa de que eu fizesse a contabilidade. Era uma empresa independente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O que eu tenho conhecimento por conversar com eles é que existiam contratos de importação e exportação e, através desses contratos, eles faziam remessas de dinheiro para o exterior. E sei de algumas contas que foram abertas no exterior.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E sabia que alguns deles, especialmente – o que eu soube – o Sr. Rafael, saíam com dinheiro do País.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele saía com dinheiro do País?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe quais as agências bancárias em que eram feitas essas operações?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Veja só, Deputado, só separando isso. Algumas operações... Eu vou voltar um pouquinho à GFD. Essas operações da GFD... O dinheiro que entrava para a GFD era um dinheiro que ficava na GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Quando ele saía, ele saía para investimentos da GFD, ou seja, a única coisa que ocorria ali é que o serviço não era prestado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não vou citar o nome, mas vou pegar uma operação com uma determinada empreiteira...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas pode citar o nome.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É que vai parecer perseguição, e não é. Como foi a primeira nota, é a nota de que me recordo mais; foi a da Mendes Júnior. Então, ele fez o contrato com a Construtora Mendes Júnior, o dinheiro entrou, mas o serviço não foi prestado. Então, não houve a prestação efetiva de serviço, porém, o dinheiro que entrou ficou na GFD e foi utilizado ou para um investimento ou para pagamento de despesas ou para Marsans. Esse é um caso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para essas operações ele utilizava... A GFD trabalhava com o HSBC, com o Banco Safra e com o Banco Sofisa. Então, eu vou dizer assim para o senhor, que essas operações, a operação em si era independente da prestação de serviços, que não foi feita, mas era uma operação legal do ponto de vista que existia uma emissão de nota, o pagamento por aquela emissão de nota e, posteriormente, o dinheiro era utilizado em situações reais. Então, essa seria uma situação.

A outra situação que o senhor está me perguntando, em relação à movimentação de dinheiro, essa movimentação de dinheiro do Alberto... Primeiro, eu não participava diretamente dessa operação, dessas operações de dinheiro.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A GFD mandava recursos para a Labogen?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se mandou, deve ter mandado uma vez em alguma operação oficial, alguma TED ou coisa assim. Mas não era comum, não acontecia, até porque a Labogen estava em processo de – vou dizer assim – aquisição. Ainda não existia essa aquisição oficialmente. Ou, se ela existiu, não chegou ao meu conhecimento, não tenho registrado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que a senhora está nos dizendo aqui é que os recursos que chegavam até a GFD e que vinham desses contratos eram gastos na GFD...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Na GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ...em outros investimentos que eram feitos pela empresa?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ou em pagamento de despesas da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da GFD. O.k.

A senhora sabe se as agências bancárias solicitavam os documentos comprobatórios das origens dos recursos?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência. Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque a informação é de que, para você mandar qualquer recurso para fora, se for mandar um dólar, um real para fora, precisa comprovar a origem do recurso, de onde ele vem, qual é a sua origem.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não tenho conhecimento porque nunca me foi solicitado. Eu não trabalhava na GFD. Eu tenho um escritório separado da GFD. Então, dessas operações administrativas, eu realmente não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Qual era exatamente a relação do Sr. Alberto Youssef com o Paulo Roberto Costa?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Do que eu tenho conhecimento, eles tinham... Veja só, isso, o meu conhecimento é em nível de GFD, de escritório. Eu vi o Sr. Paulo Roberto lá algumas poucas vezes, talvez duas vezes que eu tenha tido contato visual com ele, e soube de outras vezes em que ele estava lá em reunião com o Alberto, mas em sala fechada. O que eu tenho conhecimento da relação dos dois é que os dois tinham uma relação de amizade e faziam negócios.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E a senhora sabe nos dizer se as empresas ligadas ao Sr. Alberto Youssef participavam de contratações com a Petrobras?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O que eu sei, Excelência, é porque me foram passados documentos destas empresas MO, RCI e Empreiteira Rigidez. Então, quando eles me enviaram... Porque, se não me falha a memória, em 2012, me parece, a RCI Software teve um problema naquela CPI do Cachoeira. Existia alguma relação, um

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

pagamento da Delta para a RCI Software. Então, naquele momento, o Sr. Waldomiro, que era o dono da RCI, recebeu um comunicado em relação a essa CPI, ele não tinha a contabilidade feita. Então, ele me procurou, por apresentação do Alberto, e levou os documentos todos dessas empresas para o meu escritório. E me pediu que fizesse a contabilidade dessas empresas, que fizesse cinco ou seis anos de contabilidade dessas empresas. Esse trabalho não foi feito porque não existia documento hábil...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é o nome da empresa? RCI...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – RCI Software.

Certo. Isso.

Então, a contabilidade, esse trabalho que ele me pediu não foi feito porque não existia documentação hábil que suportasse os lançamentos de entrada e saída.

Esses documentos ficaram no meu escritório. Mesmo eu não tendo feito o serviço, eu pedi para que ele retirasse, pedi por várias vezes, ele nunca foi retirar.

Olhando esses documentos, eu sei que existiam lá alguns contratos que aí, sim, esses contratos especificavam algumas obras. Eu não me lembro exatamente quais as obras.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Onde é que estão esses documentos hoje?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Estão todos com a Polícia Federal, porque eles foram apreendidos; estavam lá no escritório e foram apreendidos. Mas existem alguns contratos dessas empresas.

Veja, eu falei da RCI para lhe explicar como foi que esses documentos chegaram ao meu conhecimento. Mas ele levou os documentos da RCI, da Empreiteira Rigidez e da MO Consultoria, que são as três empresas do Sr. Waldomiro de Oliveira.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Waldomiro...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

Lá eu vi que existiam emissões de notas e contratos, e aí, sim, existia essa especificação de obra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Em depoimento perante a Justiça Federal, a senhora disse que havia contrato de consultoria da GFD com a empresa Mendes Júnior para viabilizar a plataforma de petróleo; a senhora sabe informar qual a participação do Sr. Paulo Roberto Costa nessa relação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não sei, Excelência. Eu não tinha esse contato, esse nível de contato com...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora acha que havia desvios de recursos da Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu prefiro não emitir a minha opinião. Aí seria a minha opinião pessoal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O Sr. Alberto Youssef transferiu dinheiro ou bens para algum funcionário da Petrobras?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento. O que eu tenho conhecimento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora alguma vez fez algum...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não. O que eu tenho conhecimento foi de um carro que ele deu de presente para o Sr. Paulo Roberto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só o Paulo Roberto?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não há nenhum outro funcionário que tenha...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, pode até ser que exista, mas eu não saberia associar o nome à pessoa. Existe uma lista de nomes; inclusive, se o senhor tiver acesso ao próprio Auto de Apreensão da Polícia Federal, existe lá uma relação de nomes, mas eu não conheço as pessoas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Hum, hum.

V. Sª prestou serviços para a Costa Global?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em nenhum momento?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Em nenhum momento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe se o Sr. Youssef adquiriu ou investiu valores em alguma empresa que mantinha contratos com a Petrobras?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe. O senhor pode repetir, por favor? Se ele investiu...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O Alberto Youssef era um investidor.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele ganhava dinheiro, dali comprava terrenos, investia em outras empresas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mandava dinheiro para o exterior?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele era dinâmico nisso.

Ele fez algum investimento em alguma empresa que mantinha contratos com a Petrobras?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que ele tenha feito investimento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele era sócio de alguma empresa dessas, comprou ações de alguma empresa dessas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, o que ele tinha era uma sociedade em outros investimentos. Por exemplo, a UTC Engenharia, a UTC/Constran, eles têm investimentos juntos, que era o Hotel Salvador, o Web Hotel Salvador, e uma obra que eles fizeram em Lauro de Freitas, na Bahia. Construíram eu não me lembro se foi um prédio, se foram casas em conjunto.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso eu estou respondendo porque eu sei que a UTC...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Há indícios de que pessoas ligadas ao Sr. Youssef recebiam propina por meio da participação direta, mediante a compra de cotas nas empresas contratadas pela Petrobras.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como, por exemplo, ocorreu no caso da Ecoglobal Ambiental, a Ecoglobal Oversea.

O Sr. Youssef tinha participação nessas empresas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. A Ecoglobal existia... Veja, eu não participei, eu tive conhecimento estando lá na empresa; existia algum tipo de negociação em andamento, onde me parece que eles comprariam uma participação da Ecoglobal. Mas eu não posso me aprofundar porque eu não tive conhecimento do andamento dessa operação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não sabe se se efetivou ou não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, eu não sei. Eles iam criar um fundo de investimento ou alguma coisa assim, e participariam da Ecoglobal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora realizou ou teve conhecimento de transações financeiras envolvendo contas bancárias da empresa Quality Holding?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se não me engano, era a Quality Holding que teria essa participação com a Ecoglobal. A Quality Holding só foi constituída e ela nunca teve nenhuma operação, até onde veio ao meu conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ela só ficou no contrato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, a senhora nunca realizou nenhuma transação financeira, nunca...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com a Quality Holding... Se não me engano, Excelência, eles nem tinham conta bancária, me parece, porque eles só constituíram essa empresa... Não fui eu, não foi constituída no meu escritório.

Eles constituíram essa empresa, mas me parece que não teve atividade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a prestou serviços para outras empresas, além das pertencentes a Youssef, que contratavam de alguma forma com a Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Que eu saiba que tinham contratado... O senhor diz empresas ligadas a isso, que tivessem alguma...?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É. Ou que tenham algum contrato com a Petrobras ou que tenham alguma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora nunca prestou serviço para nenhuma outra empresa...?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ligada à Petrobras? Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não.

A senhora saberia dizer se atualmente o esquema do Sr. Youssef continua funcionando, por intermédio de outras pessoas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não sei dizer, Excelência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não sabe ou não quer dizer?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Mais uma vez, seria uma opinião pessoal. Então, que eu tenha um conhecimento efetivo de que isso continua ocorrendo, que tenha chegado ao meu conhecimento de que determinada pessoa vem fazendo isso, eu não... Seria leviana se dissesse que sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora mesma disse aqui que o Paulo Roberto Costa recebeu um carro de luxo do tipo Land Rover Evoque de Alberto Youssef. A senhora saberia dizer por qual motivo o Sr. Alberto Youssef deu a ele esse automóvel?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Segundo o Sr. Alberto, foi um presente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas tinha a ver com algum negócio, algum contrato, alguma...?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele nunca mencionou isso. Ele só disse que ele tinha dado de presente para o Paulo Roberto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora tem conhecimento se o Sr. Alberto Youssef deu ou comprou outros automóveis, barcos ou imóveis em benefício de terceiros?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Eu sei que ele comprou... Eu tinha conhecimento de um, mas li pela imprensa que eram dois apartamentos para uma pessoa com quem ele tinha uma relação extraconjugal. Comprou três restaurantes também para ela. Deu um carro de presente para o Sr. Rafael Lopez. E tive conhecimento de que ele...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Rafael Lopez?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Que trabalhava com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E teria dado também – ouvi dizer – um apartamento de presente para o Sr. Rafael.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era essa pessoa que ele...?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Sr. Rafael trabalhava diretamente com ele. Era a pessoa que fazia os transportes de dinheiro para ele. Trabalhava diretamente com ele.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E algum agente público, alguém da Petrobras, que V. S^a tenha conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, não. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era essa pessoa para quem ele deu esses apartamentos e restaurantes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É uma namorada dele, de nome Taiana.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Taiana.

O Sr. Alberto Youssef ou suas empresas participaram, ainda que indiretamente, de algum negócio envolvendo a compra da Refinaria de Pasadena nos Estados Unidos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento de que ele tenha participado diretamente, eu não tenho conhecimento.

Excelência, eu vou só voltar um pouquinho na pergunta. Desculpe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Segundo ele, ele também deu um helicóptero de presente para o Deputado Luiz Argôlo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Um helicóptero?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Está registrado no balancete da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E como é que era essa coisa de comprar um helicóptero e dar de presente? Pois tem de se registrar isso, para quem deu ou a...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o helicóptero estava em nome da... Está...Veja só: ele foi adquirido de uma empresa chamada Cardiomédica. Ele foi adquirido e está registrado no balanço da GFD. Existem os documentos de compra. E não foi transferido...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Porque aconteceu... Foi deflagrada a Operação Lava-Jato. Inclusive, depois, eles receberam... Depois de deflagrada a operação, chegaram comunicados da Cardiomédica pedindo encarecidamente que fosse transferido, porque a...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Nessa negociação, dizia que seria transferido, mas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E o Deputado utilizava o helicóptero?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Mas não chegou a ser transferido para ele, então? Não foi feita a transferência?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Estava registrado em nome... Registrado extraoficialmente, vou dizer assim, porque eu tenho o contrato de compra, foi registrado no balanço da GFD, mas não foi transferida a titularidade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual o valor do helicóptero?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Gira em torno de R\$800 mil o preço de aquisição.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Então, a senhora não tem nenhuma informação de que o Sr. Alberto Youssef tenha participado, direta ou indiretamente, de algum negócio envolvendo a compra da Refinaria de Pasadena nos Estados Unidos?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Que eu tenha um conhecimento com base em provas etc, eu não tenho.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A GFD formalmente estava no nome de quem?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – De dois fundos, chamados Devonshire, fora do País.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E quem administrava isso era o Alberto Youssef? A GFD.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A administração oficial estava em nome... O Carlos Alberto Pereira da Costa era o procurador desses fundos no Brasil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E era administrador da GFD. Então, que eu tenha conhecimento, não existia, pelo menos aqui no Brasil é fato, não existia nada em nome do Alberto Youssef. E esses fundos no exterior, Excelência, eu não tenho conhecimento da documentação desses fundos para lhe dizer se o seu Alberto era participante direto desses fundos ou não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais eram as reais atividades dessa empresa?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD? Nenhuma.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual era o seu quadro de funcionários? Quantos funcionários tinham?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Tinha duas copeiras, uma secretária, e ficavam lá o Sr. Enivaldo Quadrado, o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa, o Sr. João Procópio, o Mateus de Oliveira, que era um advogado que ficou pouco tempo, ficou acho que por sete ou oito meses trabalhando lá. E o Alberto, que só foi para lá em 2013. Daí ficavam o Alberto, o Sr. Adarico Negromonte, o Sr. Rafael Lopes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual era a origem do capital social da GFD?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O capital social veio do exterior. Foi aportado por esses fundos no exterior. Então, eu não sei lhe dizer qual a origem lá. Então, a origem oficial aqui no Brasil, entrou através de RDE pelo Banco Central.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Quem assinava os contratos da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Carlos Alberto Pereira da Costa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sempre a mando do Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Do Alberto. Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora saberia dizer quais eram os clientes da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe, Excelência. A GFD não tinha atividade. O senhor disse clientes com quem ele mantinha contatos e negócios. Eram essas empresas. Por exemplo, a Engevix...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque, se tinha capital, essas coisas todas, eram essas as empresas então.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe-me...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. É porque, como tinha contabilidade, entravam recursos, saíam recursos... Ela não tinha atividade nenhuma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Os clientes para quem era feita a emissão de notas foram essas empresas, Engevix, Sanko, Mendes Júnior, Paranaíba, essas empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era o responsável pela área financeira da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD, empresa, o Sr. Enivaldo Quadrado. Eu digo isso, eu separei porque tinha o financeiro do Alberto, que era o Sr. Rafael Lopes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Aqui V. S^a já respondeu. Tem muita coisa para perguntar ainda aqui, gente. Muita calma nessa hora, porque...

A senhora teria testemunhado que o Sr. Paulo Roberto da Costa frequentava a sede da GFD. Sabe dizer em que datas.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Com certeza, a partir de 2013, porque o Sr. Alberto não ficava lá na GFD. Ele tinha um escritório separado num outro endereço, e só em 2013 foi que ele se mudou para lá.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. A senhora participou de algum desses encontros?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Nunca. Ele tratava totalmente separado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. Bom, há algumas perguntas aqui sobre a MO Consultoria e tal.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora fazia a contabilidade da empresa MO Consultoria?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não.

A quem pertence a MO Consultoria?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ao Sr. Waldomiro de Oliveira.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais são as atividades dessa empresa? Quem são seus clientes? A senhora tem essa informação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, Excelência, como eu disse ao senhor, eu tinha os documentos da MO lá, em função daquela operação com a Delta. Ele me levou me pedindo que eu fizesse a contabilidade. A empresa não tinha uma atividade. A sede dela era uma salinha na Alameda Santos, que me parece que o Sr. Waldomiro não chegava nem a ir lá, não tinha nem quadro de empregados. Então, ao que tudo indica, na contabilidade, até porque não existiam nem documentos, existiam entradas de dinheiro através de notas que eram emitidas. Depois, as saídas eram através de saques, saques na boca do caixa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, que eu tenha conhecimento, não existia atividade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – São Paulo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda há algumas perguntas aqui. V. S^a já respondeu. E, a pedido do Deputado Rubens Bueno, vou pulá-las aqui, Deputado Rubens.

Mas esta daqui eu acho que é importante: a *Folha de S. Paulo* afirmou que a Rock Star Marketing e a JSM Engenharia e Terraplanagem receberam mais de 100 milhões de recursos aplicados pelo Trade Bank, empresa que administra fundos de investimentos. E depois repassaram ao menos R\$1,5 milhões em 2010 à MO Consultoria, firma controlada pelo Sr. Youssef. A senhora tem conhecimento sobre essas transações? Quem são os donos das empresas Rock Star Marketing e JSM Engenharia e Terraplanagem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência. Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nenhum desses recursos, nenhuma dessas empresas tinha contato com a GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, contato com... O que tenho conhecimento é sobre a Trade Bank, mas que não tinha contato diretamente com Alberto Youssef. Conheço a empresa, é uma empresa de mercado, parece-me até que fechou, mas trabalhava com investimentos e existia algum contato deles, alguns funcionários deles que tinham contatos com o Sr. Enivaldo Quadrado, mas, que eu tenha conhecimento, nunca houve nenhum tipo de negociação entre a Trade Bank e o Alberto Youssef.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. A senhora conhece as empresas Devonshire Global Fund e Devonshire Latam Investments?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, são as donas da GFD Investimentos. Essas duas empresas são dois fundos que são donos da GFD.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe quanto elas aportaram na GFD?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se não me falha a memória, Excelência, eu tenho isso documentado... Quer dizer, na verdade, eu não tenho, está com a Polícia Federal, mas, se não me falha a memória, foi algo em torno de R\$5 milhões, o que foi a entrada de capital, a constituição de capital.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora pode nos dizer quais as contas que o Sr. Youssef e suas empresas mantinham no exterior?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu tenho conhecimento... Agora me deu um branco em relação ao banco, não me lembro o nome do banco, mas tenho conhecimento que ele tinha, em nome do Sr. João Procópio, uma conta que era da Santa Tereza, se não me engano, na Suíça. Essa conta tenho conhecimento, porque vi os extratos, cheguei a ver alguns extratos dessa conta. E sei que existiam, sei agora de ouvir falar e até por viagens que eles faziam lá, algumas contas no Panamá, mas não sei identificar, não sei se eram em nome do Alberto, isso não sei dizer para o senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esta CPMI identificou várias operações de câmbio envolvendo a GFD, por exemplo, a compra de US\$1,298 milhão, por meio do HSBC Bank Brasil, banco múltiplo, cujo recebedor no exterior foi a Devonshire. A senhora realizava essas operações?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu não tenho conhecimento dessa operação, sinceramente. O senhor sabe dizer em que ano foi?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aqui não tem informação do ano, mas...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Talvez tenha sido em 2009 ou 2010, porque eu não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas a senhora fez alguma operação desta natureza, deste nível?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nunca. Desde que passei a trabalhar para a GFD, a GFD nunca, a GFD, diretamente, nunca fez nenhuma remessa para fora do País.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. Muito bem.

Agentes políticos aqui, a revista *Veja* atribuiu a seguinte frase à senhora: "O Beto lavava o dinheiro para as empreiteiras e repassava depois aos políticos e aos partidos. Era mala de dinheiro para lá e para cá o tempo todo". A senhora disse isso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se sim, quem eram os políticos envolvidos, quais eram as empreiteiras e de onde viriam os recursos repassados?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Talvez exista um exagero de colocação na frase. Isso não foi dito. Algumas situações que eu vi, que presenciei foram, por

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

exemplo, numa determinada situação... Eu sei precisar a data porque existe outro fato ligado a isso, que foi em janeiro de 2014, eu estava indo para a GFD quando o Sr. Alberto estava saindo da empresa de carro e me pediu para que o acompanhasse. Ele falou: "Eu vou só até ali". Eu falei: "Está bom". Entrei no carro e falei: "Até ali aonde?" Ele falou: "Vou até ali, na Avenida Angélica". Nós estávamos no Itaim Bibi, eu falei: "Poxa". E eu tinha outro compromisso, que é realmente o que me faz recordar disso. Aí falei: "Não, mas não posso ir lá com você. Você vai demorar?" Ele falou: "Não, só vou entregar isso aqui". Virei para olhar e tinha uma mala no banco do carro. Falei: "O que que é isso?" Ele falou: "É um dinheiro que tenho que levar na OAS, mas é rapidinho. Só vou entrar, entregar o dinheiro e sair". Na ocasião, eu não fui com ele, pedi para que ele me deixasse no Conjunto Nacional, na Rua Augusta, em São Paulo, resolvi os meus problemas, ele foi até lá, na volta ele me pegou na Rua Haddock Lobo e retornei com ele. Então, isso é fato. Eu via muita movimentação de dinheiro a partir de 2013, que é quando ele se mudou para a GFD. Antes disso, não. Então, existia movimentação de dinheiro lá dentro da GFD. Era dinheiro que chegava e era colocado no cofre, era dinheiro que saía...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora viu ele entregando dinheiro para algum político, para algum político, para algum...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Entregando efetivamente, na mão do político, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E há uma outra frase aqui que diz que, segundo matéria veiculada pela imprensa, a senhora teria dito que "fiz muitos pagamentos não diretamente nas contas dos políticos, mas para os familiares deles."

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, isso eu fiz realmente, de dinheiro que entrou na conta da minha empresa, a pedido dele. E fiz pagamentos no caso do Deputado André Vargas, eu fiz um pagamento para ele que era para... Depois eu vim a saber, Excelência, na época eu não soube, mas depois eu vim a saber que era o pagamento do jatinho, que houve o envolvimento dele. Para o Deputado Luiz Argôlo, alguns pagamentos para familiares dele.

E existem outros pagamentos que foram feitos para cujas pessoas eu não sei dizer para o senhor quem são. Então, existe uma relação de nomes, por isso que eu falei para o senhor, citei esse Auto de Apreensão, porque existe ali uma relação de nomes de pagamentos que foram feitos, mas eu não sei dizer para o senhor quem são as pessoas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Isso está com a Polícia Federal?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Já, já está tudo com a Polícia Federal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Há algum outro político aqui para quem a senhora tenha repassado o dinheiro?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Veja só, que eu tenha repassado o dinheiro dessa forma, não. Existem pessoas que realmente eu citei por ter conhecimento de alguma ligação, mas não que eu tenha repassado o dinheiro, eu pessoalmente.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. A senhora depôs no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em 13/8/2014, certo?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E disse que a relação existente entre Alberto Youssef e Luiz Argôlo era uma relação de amizade e de negócios.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que eles são sócios na área de construção por meio da empresa Malga Engenharia.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E que esta sociedade é informal, não constando do contrato social da empresa.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Disse ainda que Youssef e Argôlo tinham negócios em Fortaleza, e que chegou a fazer uma emissão de notas para a empresa Grande Moinho Cearense.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que a senhora tem a acrescentar sobre isso. A empresa Malga tem atividade? A título de que foi emitida nota em nome da empresa cearense?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Então, a empresa Malga, como eu disse logo no começo, a Malga tinha ido há pouco tempo para o meu escritório. Aparentemente, a Malga teria, sim, atividade, porque era uma empresa que tinha alguns equipamentos, locava esses equipamentos para obras. Então, aparentemente... Eu digo isso por quê? Eu não tive esse convívio contábil com a empresa Malga, porque ficou pouquíssimo tempo lá. O que eu sabia, por informações das pessoas que trabalhavam lá, era que o Deputado Luiz Argôlo era sócio da Malga Engenharia, existia uma sociedade informal, inclusive, parece-me que a última obra... Eu digo me parece porque, logo que houve esse problema, deflagrada a Operação Lava-Jato, o Sr. Ludovico, o Sr. José Carlos, que eram os dois que trabalhavam efetivamente na Malga, estiveram no meu escritório e comentaram alguma coisa acerca de uma obra que eles tinham em Salvador, e teria essa ligação com o Deputado Luiz Argôlo; então, eles queriam transferir alguns equipamentos. É por isso que eu digo que a Malga, aparentemente, tinha, sim, atividade.

Depois o senhor continuou me perguntando sobre o Moinho Cearense.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Moinho Cearense.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, Moinho Cearense.

Houve duas emissões de nota da minha empresa para duas empresas que me foi dito que eram empresas ligadas ao Deputado Luiz Argôlo, quais são, a Grande Moinho Cearense e a M. Dias Branco. Eu não me lembro se a M. Dias Branco fica também no Ceará... Mas a Grande Moinho Cearense fica, sim. Foram feitas emissões de notas; eu, agora, neste momento, não me lembro os valores exatamente, mas há também isso nos meus depoimentos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Valores pequenos?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, foram valores, se eu não me engano, Excelência, para a Grande Moinho Cearense foi algo em torno de R\$990 mil ou R\$1 milhão; o da M.Dias Branco eu não me lembro realmente. Isso o senhor vai ter nos meus depoimentos e vai ter o meu documento junto lá, que está com a Polícia Federal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe quem é o proprietário da Moinho Cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não sei. Eu conversei com um diretor de lá, que é o Sr. Cláudio Fontanele, Fontenele, alguma coisa assim, eu conversei com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Cláudio Fontenele.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, eu conversei com ele. Essas empresas, eu vim a saber que essas empresas eram ligadas ao Deputado Luiz Argôlo depois de defragrada a Operação Lava-Jato. Antes disso, quando essas empresas efetuaram o pagamento da nota que foi emitida, houve alguns pagamentos com esse recurso que entrou, então houve algumas TED's que foram para a D. Hélia da Hora, que tem alguma ligação com o Deputado Luiz Argôlo – eu não sei lhe dizer qual -, para o Sr. Manoelito Argôlo houve um outro pagamento e, agora, eu não me lembro para quem. Mas houve algumas TEDs e houve saques, poucos valores de saques, mas foram feitos e entregues...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso eram notas diretas na sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso. Essas notas foram emitidas pela minha empresa, diretamente para eles.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora achava normal isso sem prestar serviço?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Eu tinha conhecimento do que eu estava fazendo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Do que estava fazendo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que era ilegal essa operação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que não tinha, absolutamente, nenhuma legalidade?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Bom, por fim, as últimas perguntas aqui: alguma empresa custeou ou custeava os honorários de seus advogados ou dos advogados do Sr. Youssef que a senhora tenha conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Dos meus advogados, não, porque o meu advogado, Dr. Eri, é uma pessoa que eu conheço há alguns anos e ele veio só me acompanhar aqui nesta CPMI. Eu não tive advogado, eu não sou ré na ação, não fui indiciada e, também, não fui denunciada. Então, portanto, todo esse tempo eu estive sem advogados. E ele quis me acompanhar aqui nesta CPMI.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em relação ao Sr. Alberto Youssef, que eu tenha conhecimento, eu não tenho contato com os advogados dele e, desde que ele foi preso, eu não tenho contato com ele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

E a senhora não tem conhecimento, ainda, de que algum partido político faça isso? Custeie ou custeia os honorários?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Os advogados dele, não. Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Bom, era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado à Sr^a Meire Poza pelas suas respostas. Eram esses os questionamentos do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos o Relator desta CPMI, o nobre Deputado Marco Maia.

Então, seguindo a ordem de preferência, o primeiro Requerimento, nº 684, é da lavra do nobre Deputado Izalci Lucas. V. Ex^a...

O SR. ERI RODRIGUES VARELA – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois, não.

O SR. ERI RODRIGUES VARELA – Eu gostaria de cinco minutos para ir ao toalete.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ah, pois, não. O senhor fica liberado. Então, suspendemos a reunião por cinco minutos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra, então, o autor do primeiro requerimento, nobre Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, nunca na história deste País se desviou tanto recurso público.

Vou passar depois para o Relator todo o esquema que era feito com relação a isso.

Nós tínhamos aí as refinarias, que superfaturavam; os consórcios, que repassavam os recursos para uma terceirizada, em especial a Sanko, e essa, então, repassava para as empresas de consultoria, que, na prática, não eram empresas de consultoria, eram empresas que emitiam apenas notas fiscais.

Então, a MO, a GFD, a Costa Global, eram empresas que simplesmente emitiam notas e recebiam esse dinheiro na conta, era sacado na boca do caixa, e eram distribuídos os recursos.

Evidente que, além das empresas, temos aqui de propriedade de Waldomiro de Oliveira, a RCI, a empreiteira Rigidez e a MO Consultoria. Elas emitiam notas frias, inclusive a GFD Investimentos. E emitiu para todo mundo: Engevix, RNEST, Grupo OAS, Coesa, Galvão Engenharia, Grupo Sanko. Tem todo um esquema.

Evidente que a contadora Meire disse que, a pedido do Enivaldo, emitia as notas fiscais da GFD. Enivaldo era conhecido já há algum tempo, como V. S^a disse, era inclusive integrante... V. S^a confirmou, no depoimento no Conselho de Ética, de que V. S^a

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

tinha conhecimento de que ele tinha uma corretora e que fazia parte do esquema do mensalão. Evidente que, quando levaram para V. S^a fazer a contabilidade da MO e dessas outras empresas, o que havia era emissão de nota, era sacado na boca do caixa, não tinha como contabilizar. V. S^a disse isso. Mas foram feitos alguns contratos tentando simular operação de mútuo para justificar a saída do dinheiro. Uma delas inclusive, um dos contratos que foram elaborados foi o contrato da 2 S Participações, inclusive de propriedade de Marcos Valério Fernandes de Souza. Pelo menos foi encontrado no escritório de V. S^a. Esse contrato, V. S^a teve conhecimento? Ajudou a elaborar ou analisou isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Esse contrato que o senhor está dizendo não tem a ver com essas operações. Esse contrato é um contrato, parece-me, porque eu tive detalhes dele depois, até pela imprensa, mas ele é um contrato de 2004, alguma coisa assim. não tem nada a ver com a MO Consultoria, com essas empresas que o senhor citou.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Nada a ver.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Também não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E só, se o senhor me permite, quando o senhor disse.. e eu digo isso no meu depoimento à Polícia Federal que quem me pedia as emissões de notas era o Sr. Enivaldo Quadrado, na verdade, ele me pedia num processo normal de trabalho. Então, ele trabalhava dentro da GFD, ele recebia a informação de que era para emitir determinada nota, ele me mandava isso por *e-mail*. Só para esclarecer.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Além dessas empresas, V. S^a também emitiu diversas notas em nome da Arbor Consultoria.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Emitiu notas em favor da Revita Engenharia, Companhia Águas de Itapema, Conasa etc., e V. S^a deve ter recebido o valor correspondente aos impostos – a informação que eu tenho é de que eram 14%...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A comissão paga a Waldomiro, dessas notas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era para o Sr. Waldomiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...era 14% –, que não dava, realmente, para pagar nem os impostos corretamente, porque era no limite, não é?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Essas empresas estão sendo fiscalizadas? Porque de consultoria é descontado na fonte o imposto de renda.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, veja só, eu não tenho mais contato com o Sr. Waldomiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – No caso da Arbor, a contabilidade não tinha retenção na fonte?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não tinha retenção na fonte, e eu tenho esses recolhimentos.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Após a emissão dessas notas todas, e foram alguns milhões, V. S^a disse que repassou esse dinheiro, porque, quando se emite a nota, eles pagam...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a, então, repassa o recurso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E V. S^a teria repassado para Pedro Paulo Leoni, R\$3,9 milhões; para o Luiz Argôlo, R\$1,7 milhão; para André Vargas, R\$2,4 milhões; e outros beneficiários.

No depoimento do Conselho de Ética, V. S^a disse que, naquele momento se restringia apenas a Luiz Argôlo e André Vargas...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...mas que teriam outros Parlamentares.

V. S^a poderia, com relação, a Arbor, identificar, exatamente, para onde foi todo o recurso distribuído dessas notas fiscais?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Só, esclarecendo, os pagamentos que foram por mim feitos foram exatamente esses. Então, essas empresas que o senhor diz que são do Pedro Paulo Leoni ou foram, não que sejam empresas dele, por favor, mas que tenham sido solicitadas as emissões pelo Sr. Mauro Boschiero, que eram em conjunto com o Sr. Alberto Youssef...

Então, falando na ordem em que o senhor colocou, esses valores, algumas vezes, Deputado... E eu até me lembro que citei isso no Conselho de Ética. Quando eu digo que o Alberto funcionava como um banco, eu quis dizer o seguinte: o Alberto sempre tinha dinheiro vivo, haja vista que quando foi deflagrada a operação, foi encontrado um valor considerável em dinheiro no cofre. Então, existia dinheiro lá na empresa dele.

Então, algumas vezes, o que acontecia? Ele utilizava esse dinheiro que entrava para pagamentos de contas das empresas dele.

Então, pode ser que tenha entrado um dinheiro e ele tenha dito "Olha, transfere para a Marsans". Era transferido para a Marsans, e ele pagava, na outra ponta, com o dinheiro que ele tinha em caixa.

Então, eu digo isso por quê?

Essa forma específica que o senhor pede...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É uma forma de esquentar o dinheiro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso nunca vai fechar, o senhor entendeu?

Então, o que ele tinha de dinheiro vivo lá...

Eu nunca fiz entrega de dinheiro para ninguém.

Então, era ele quem cuidava dessa entrega efetiva de dinheiro. Se houvesse alguma entrega de dinheiro, era para ele, e, aí, ele tinha, lá, o Sr. Rafael, o Sr. Adarico, ou que tivesse outras pessoas que faziam essa entrega, essa distribuição do dinheiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a não tem a relação de nenhuma planilha de controle de repasse desses recursos?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Tem. Existe sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esse da Arbor V. Sª repassava integralmente?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe, sim, senhor.

Não. Existe, sim, essa planilha, com a Polícia Federal, e existe, assim, vou exemplificar: entrava R\$1 milhão. Desse R\$1 milhão, ele falava "Olha, paga esses impostos". Pagava impostos. "Manda tanto para a Marsans". Mandava para a Marsans.

Então, o que eu quero dizer ao senhor, esse dinheiro que entrava não existe, necessariamente deste valor, uma ligação direta. O que existiria em relação a ligações diretas seriam esses fatos, de que eu já falei, que seria o caso do Deputado André Vargas, que houve esse pagamento, que eu vim a saber que seria o pagamento do jatinho, e houve, em relação ao Deputado Luiz Argôlo, alguns pagamentos que, como tinha o nome Argôlo, eu soube que eram para familiares dele.

Mas existem outros pagamentos que são pagamentos da forma como o senhor falou mesmo, de esquentar.

Então, eram pagos boletos, eram feitos outros pagamentos, porque, como ele tinha o dinheiro, a partir do momento em que entrasse esse dinheiro na conta, ele pegava o dinheiro que ele tinha e enviava para a pessoa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esquentava, é uma forma de esquentar o dinheiro.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, dava o dinheiro para pessoa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, como o próprio Paulo Roberto agora está devolvendo R\$80 milhões, que estavam em dinheiro, que deve ser exatamente isso, muita coisa foi sacada e tal.

V. Sª, também, no Conselho de Ética... E eu perguntei sobre isso, a questão dos fundos de investimentos. O Deputado André Vargas chegou a visitar a Caixa Econômica. V. Sª poderia falar alguma coisa com relação aos fundos de pensão, especialmente Funcef, Postalís, Petros. Como era o esquema?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Em relação à Funcef e ao Postalís especificamente, porque foram os fundos de pensão de que eu tive conhecimento, existia...V

ou voltar um pouquinho e falar da Marsans. A Marsans era uma empresa que precisava de muito capital de giro. Então, existia sempre investimentos na Marsans. Então, houve investimentos do próprio Alberto, que colocou dinheiro na Marsans; houve empréstimos, houve dinheiro proveniente do Banco Máxima. Então, a Marsans sempre precisava de muito dinheiro.

No último momento, foi lançado um Fundo de Investimento em Participações, um FIP, que depois mudou o nome para Viaja Brasil. O objetivo desse Fundo foi uma captação de recursos de institutos de previdência municipais e estaduais, os RPPS. Não teve sucesso esse FIP, porque o tamanho dele... Ele poderia captar até R\$200 milhões e ele teve uma captação de R\$23 milhões. Esse dinheiro captado, esses R\$23 milhões foram efetivamente para Marsans, entraram no caixa da Marsans. Mas a Marsans ainda precisava

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

de mais dinheiro. Então, o que foi feito? Foi feito um lançamento de debênture, foi estruturada uma debênture no valor de 50 milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Entendi. Mas quem intermediava essas negociações? V. S^a tem conhecimento de que o João Vaccari Neto teria participado de alguma intermediação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento não, Excelência, que eu tenha ouvido algum contato lá, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a também declarou na Comissão que o Alberto Youssef tinha uma grande facilidade de entrar nas prefeituras do Partido dos Trabalhadores e de captar recursos para o fundo de investimento em troca de pagamento de propina.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe, isso...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Ao se falar... Para concluir, ao se falar em obtenção de facilidades em prefeituras comandadas pelo PT, é crível que se presume que havia um operador e alguns poucos operadores, provavelmente a cúpula da Nacional tinha conhecimento disso. Tem conhecimento de quem seria e quais eram essas pessoas que fariam essa intermediação? V. S^a disse isso no dia 13 de agosto.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, acho que há algum engano. Isso era matéria da *Veja*. O que eu disse no dia 13 de agosto, quando me foi perguntado por uma Deputada, e eu não lembro o nome dela, ela me perguntou...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Rosane.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ela me perguntou o que não era verdade na *Veja*, o que eu não teria dito. E essa foi uma das coisas que eu deixei claro que eu não teria dito que o Beto tinha essa ascendência em prefeituras do PT. Então, voltando a isso, ao Beto talvez – o Alberto Youssef – esteja sendo dado um poder; talvez, porque eu não sei. Ele está em um processo de delação premiada, mas talvez um poder um pouco maior do que o que ele tenha.

Digo isso especialmente em relação ao FIP, a este FIP Viaja Brasil. Ele tinha um tamanho de 200 milhões e não houve captação. A captação foi de 23 milhões e esses 23 milhões, com exceção de 13 milhões do instituto de... do Igeprev, que é Tocantins, os outros dez milhões foram captados por agentes autônomos que fizeram um trabalho de campo, agentes autônomos efetivamente registrados na CVM, que fizeram esse trabalho e apresentaram esses aportes junto ao Banco Máxima.

Em relação a essa ascendência do Alberto Youssef...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Treze milhões foram...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Igeprev, Tocantins, sim, Senhor, exatamente.

O SR. (Não Identificado) – Que ano foi isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi em 2011 ou 2012, Excelência. Onze ou doze, Excelência.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Depois compensa esse tempo, Sr. Presidente.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, em relação a esse comentário que o senhor leu e que saiu de fato na *Veja*, eu não fiz esse comentário, até porque se o Sr. Alberto tivesse de fato esse tamanho conhecimento, ele teria conseguido, em poucos meses, esse aporte de 200 milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a disse também no depoimento, quando foi perguntado se além do André Vargas e do Luiz Argôlo teriam outros Parlamentares, V. S^a disse que teriam outros Parlamentares envolvidos.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, que eu tive contato.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem como dizer quais os Parlamentares envolvidos além dos dois?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Eu tive contato também com o... Agora não lembro se à época ele era Deputado... Vou dizer Deputado, não sei se ele era Ministro ou Deputado: Mário Negromonte.

Quando o Sr. Alberto deu de presente um restaurante para a namorada dele, no Itaim Bibi, abria à noite. Então, ele estava sempre pedindo que as pessoas fossem prestigiar. A gente frequentava lá... Inclusive, o Deputado Mário Negromonte frequentava também esse restaurante. Estive várias vezes lá com ele.

Vim a saber... Quando o Sr. Alberto comprou uma empresa em Goiânia, de nome Controle Monitoramento de Veículos, vim a saber, dentro da GFD, que essa empresa teria sido indicada pelo... Talvez, à época, Ministro das Cidades... Não sei... Os senhores me desculpem, eu não sei precisar se ele era Ministro ou Deputado, mas vim a saber que teria sido indicada por ele essa empresa, porque existiria... Iria haver uma aprovação do Denatran para que os carros saíssem já com dispositivo para monitoramento. E só existiam cinco empresas homologadas para prestar esses serviços junto ao Denatran. E essa empresa que foi indicada em Goiânia, Controle e Monitoramento de Veículos, era uma dessas empresas homologadas. Então, soube disso também.

É... Então, era André Vargas, Luiz Argôlo, Mário Negromonte...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Enquanto V. S^a vai se lembrando, eu gostaria só de perguntar a V. S^a.

V. S^a tem conhecimento de que Rafael Lopez é cunhado do Enivaldo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem conhecimento também de que empresas que à época – agora são de consultoria –, anteriormente, eram empresas de publicidade, à época do mensalão, e simplesmente mudaram o objeto e continuaram? Quer dizer, resumindo, o petrolão é uma continuidade do mensalão. V. S^a... Porque o mensalão começou com Enivaldo Quadrado e V. S^a fez o Imposto de Renda dele, inclusive tentou ajudá-lo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi aí que V. S^a o conheceu.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Dá para V S^a perceber, como contadora – eu sei que teve muitas informações –, que, na prática, houve uma continuidade, mudando apenas o foco das empresas de publicidade para empresas de consultoria junto à Petrobras ou junto às terceirizadas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, é...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O esquema não era o mesmo? Não era a mesma proporção?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Veja só, eu não tenho conhecimento profundo do mensalão. Foi uma operação que eu não acompanhei. Eu não teria nem essa condição de analogia, de fazer essa analogia. Agora, quando o senhor me fala em continuidade, eu não consigo ver dessa forma, documentalmente. Então, qualquer coisa que eu falasse agora ao senhor seria meramente uma opinião pessoal. Então...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim. Mas V. S^a participou, a pedido do Enivaldo, da sua contabilidade, da sua declaração de Imposto de Renda... V. S^a teve conhecimento, como disse no Conselho de Ética, que sabia do envolvimento do Enivaldo no mensalão, na corretora...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bônus-Banval.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E, após isso, V. S^a, nos documentos apreendidos, tinha empresa, inclusive, da Delta, ainda do próprio Cachoeira, ainda da Operação da CPI do Cachoeira, as mesmas empresas fantasmas e o mesmo modelo de operação. Quer dizer, todas essas notas frias eram da mesma forma como eram feitas antes. A pedido, evidentemente, o Enivaldo era o grande operador de tudo isso, não é? Do Janene, não é? Era o responsável por tudo isso.

Essas empresas... Bem, V. S^a não tem dúvida nenhuma de que tanto a empresa de V. S^a como as demais, MO e RCI, eram especificamente... Tinham como objeto a emissão de notas fiscais frias.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O senhor me desculpe, minha empresa tem atividade, eu tenho clientes, eu presto serviços...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim. Mas V. S^a há de convir que V. S^a emitiu milhões e milhões de notas frias.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sete milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sete milhões! Notas frias...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E repassou esses recursos para alguém.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Emitiu, pegou o dinheiro e repassou...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, mas a minha empresa está em atividade. Só queria deixar isso registrado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, não tenho nenhuma dúvida. Mas, atividades extras... Eu estou dizendo...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, atividades extras, não! Desculpe, Excelência. A minha empresa tem uma atividade específica, é uma empresa de contabilidade e a exceção foram essas notas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim... Mas não existe no contrato... Não existe na atividade de contabilidade uma, uma...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Mas eu só estou deixando claro que essa foi uma exceção. Eu não gostaria que o senhor a transformasse em regra.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Quanto a sua empresa emitiu de quente e de fria, só para a gente saber?

Desculpa interromper... Quanto sua empresa emitiu correto, de serviços corretos prestados? Se foram sete milhões de frias? E quantas foram quentes? Só para a gente ter uma ideia da relação de montante.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpa, eu não...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Quantas a senhora emitiu quentes? A senhora emitiu frias sete milhões.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu estou dizendo o seguinte, Excelência, a minha empresa tem uma atividade. Eu presto serviços de contabilidade...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Dos serviços de contabilidade, quanto a senhora emitiu nesse mesmo período em que foram emitidas as sete milhões de frias?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não me lembro agora, eu teria de olhar.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – A senhora se lembra das frias, sete milhões, mas não se lembra das quentes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É porque ele tem um valor aqui, ele já me passou.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Qual é o total do faturamento da sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o que quero dizer é que a minha empresa não é uma empresa como é o caso da MO Consultoria...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Mas para a gente saber, é preciso saber o montante. Se a Senhora emitiu R\$ 100 mil de quentes e sete milhões de frias é óbvio que a sua empresa é para frias. Se a Senhora emitiu 30 milhões de quentes, pode até ter esse argumento. Queria que a Senhora respondesse isso, é importante.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, o senhor me desculpe. Posso até levantar isso e passar para o senhor, mas independentemente da sua opinião...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – A senhora, como contadora, sabe das empresas dos outros, mas não sabe da sua?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Independentemente da sua opinião, Excelência, a minha empresa presta serviços, eu tenho funcionários.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Não é a minha opinião. A Senhora está dando detalhes das empresas dos outros, mas não sabe da sua?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O senhor me desculpe, mas isso seria uma inversão de valores. Eu estou na qualidade de testemunha...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Não é inversão de valores. A senhora emitiu notas frias de R\$ 7 milhões. A senhora faz parte do esquema, a senhora é investigada porque emitiu nota fria.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não sou investigada, estou na condição de testemunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Desculpe-me.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, quero a compensação do meu tempo, pois não terminei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Data vênua, o senhor tem mais dois minutos, Deputado Izalci Lucas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, qual é o tempo?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Interromperam-me diversas vezes. Eu preciso do meu tempo regular. Para concluir, Sr. Presidente. Depois eu vou me reinscrever, já que vamos ficar um pouco mais.

V. S^a, no Conselho de Ética, foi questionada pelo Deputado Cesar Colnago com a seguinte pergunta: "A senhora acha que o aprofundamento dessas investigações, na observação dessa trama, chegaria à Petrobras?" V. S^a disse: "Deputado, eu acredito que sim, mas preferiria não falar sobre esse assunto, prefiro falar um pouco depois."

Eu acho que é agora.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que V. S^a poderia complementar nessa resposta, com relação a essa questão do envolvimento da Petrobras com essas notas todas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que foram exatamente, Excelência, essas notas da MO e contratos da MO com os quais eu tive contato. Os contratos, toda a documentação da MO...

(Soa a campanha.)

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... que esteve na minha empresa, que esteve comigo, que foi por mim analisada. Alguns contratos citam, realmente, a Ernest... alguns consórcios da Petrobras. Então...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem essas planilhas relacionadas à GFD, porque V. S^a, a pedido do Enivaldo, emitia as notas? V. S^a sabe para onde... quem recebeu esse dinheiro?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. As notas que foram emitidas...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não. Para quem foram emitidas eu sei. O recurso, após sacado do banco, ia para onde?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A GFD... Eu havia respondido isso para o Deputado Marco Maia. Todo dinheiro que entrava na GFD ficava na GFD. Então, o que entrou lá foi utilizado para algum tipo de investimento. Não existia saque dentro da GFD.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas o mesmo valor era utilizado em dinheiro, porque isso era para esquentar o recurso. O mesmo valor era pago de propina para alguém. Por exemplo, por que V. S^a, quando emitiu a nota, por exemplo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não tenho conhecimento do que ele fazia posteriormente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Da empresa de V.S^a, então, da Arbor. V. S^a emitiu uma nota, por exemplo, para a Revita Engenharia S/A, de R\$ 600 mil. Por que pediram para V. S^a para emitir a nota da Arbor para a Revita, de R\$ 600? Por que pediram isso? O que foi escrito na nota?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe essa planilha, ela está com a documentação na Polícia Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas esses R\$ 600 mil da Revita, especificamente, foram para onde? Para quem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não me lembro agora, Excelência, eu não tenho como me lembrar, mas, provavelmente...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas é muito dinheiro, são R\$ 600 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – De que ano é, Excelência?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não sei, não estou com a data, mas V. S^a poderia me responder.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Mas parece-me que é de 2012, começo de 2013. Não tenho como me lembrar. Sei que foram feitos alguns pagamentos, foram feitos alguns saques, mas para quem, exatamente, eu não me lembro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com relação a esses R\$3,9 milhões de Pedro Paulo Leoni, como foi essa operação? Qual era a relação que havia entre a Arbor e o Pedro Paulo Leoni?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era o Alberto quem pedia que fossem feitas as emissões de notas. Então, eram feitas as emissões de notas e o Alberto determinava o que era para ser pago. Muitas vezes, como já esclareci, ele passava, por exemplo, boletos da Marsans e pedia que aquilo fosse pago. Então, ele tinha o dinheiro com ele. Quem fazia esses acertos era ele, o senhor entendeu? O que eu fiz, fora isso, foram esses pagamentos que especifiquei, algumas TEDs que ele pediu que fossem feitas, alguns pagamentos de boletos, e que deu para identificar alguma coisa, mas não existe uma forma dessa identificação.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esses valores, então, que foram emitidos pela Arbor, as notas fiscais, esses recursos, V. S^a não foi da boca do caixa que sacou?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a recebeu a orientação do Youssef para pagar diversas contas...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, exatamente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... TED, etc.?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a poderia me informar sobre esse recurso do Pedro Paulo Leoni, R\$3,9 milhões? Como foi repassado isso a ele?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Izalci Lucas, o senhor me desculpe agora, mas é porque realmente extrapolou...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É a última, então, só para concluir esses três milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Extrapolou mesmo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, esse valor quem faz, quem faria, quem fazia esse repasse em dinheiro era o Sr. Alberto. Então, se ele deu alguma orientação – foram alguns pagamentos – ou que tenha havido algum saque, foi entregue a ele. Então, não existia contato meu com o Pedro Paulo ou com o Sr. Mauro Boschiero. Não existia esse contato. Era sempre com o Alberto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu vou reinscrevê-lo, Deputado Izalci Lucas.

Agora eu queria, por favor, o segundo inscrito.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, eu queria a inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Inscrição como Líder?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – É, porque vou precisar sair.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos vendo aqui uma situação extremamente divertida, porque estamos vendo uma depoente que aparentemente é uma colaboradora – não sabemos se fez ou não delação, talvez se tivesse feito não estaria aqui falando – que declara que recebia R\$15 mil para prestar serviços de contabilidade para três empresas e que de repente me aparece com R\$7 milhões de nota fria. Lembra-se dos detalhes das empresas dos outros, não se lembra da dela. Ou seja, ela fazia parte do esquema.

Então, acho que precisamos aqui... Vamos apresentar ao PMDB o requerimento para quebrar o sigilo bancário e fiscal dela e reconvocá-la para vir como investigada, porque não tem sentido o que estamos fazendo aqui, tratando como informante alguém que é parte do esquema de lavagem de dinheiro, de emissão de nota fria, de pagamentos a não sei quem mais o quê. É uma situação que tem que ser colocada de uma forma correta. Nós não vamos aqui tratar quem participa de um esquema como se fosse colaborador, porque não é nem colaborador. Só fornece aquilo que lhe interessa fornecer.

Então, entendo que estamos aqui praticando um diversionismo. Para que a gente faça de verdade, precisamos ter o teor do depoimento dela na Polícia Federal, de conhecimento de todos; a quebra do sigilo, para ver quanto ela emitiu de nota fiscal quente,

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

porque, pelo que a gente está percebendo, por não informar, não deve ser um percentual pequeno.

Nós estamos aqui é com uma fornecedora de nota fria para um esquema de lavagem de dinheiro. É o que está aparentando. Pode até ser equivocada a minha informação, mas sete milhões já admitiu que é. É ré confessa. Então, se é ré confessa da emissão de sete milhões de nota fria, não pode ser tratada como testemunha aqui, tem de ser tratada como investigada.

Essa é a verdade que temos de colocar. Então, da parte nossa, do PMDB, vamos encerrar a participação nesse depoimento, vamos requerer a quebra de sigilo bancário e fiscal... Queria que o Presidente pautasse.

Se quisesse transformar imediatamente em administrativa e votar a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas dessa senhora, para que a gente veja realmente o que aconteceu; ter o requerimento da Polícia Federal, o depoimento em inteiro teor, para, aí sim, reinquiri-la, reconvozá-la como investigada, para depor sobre os fatos existentes, e não aqui fazer colaboração de algo que me parece que não tem o que colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Líder Eduardo Cunha, nós não temos o quórum suficiente para poder transformar a reunião agora em reunião administrativa.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, vou deixar essa responsabilidade a cargo do Presidente.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Presidente, o requerimento será protocolado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Presidente, para colaborar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agora, V. Ex^a tem de apresentar os requerimentos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pela ordem, para colaborar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um segundinho.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A palavra agora asseguro ao segundo inscrito – ao segundo inscrito. Desculpe-me, Izalci, ao segundo autor do requerimento, o nobre Deputado Rubens Bueno.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas para fazer um complemento. Não é a presença da Meire Poza que vai fazer com que alguém aqui, do plenário, vá intimidá-la. Ela está prestando um serviço ao País, está prestando um serviço ao País. E dar a ela a liberdade para que preste as informações, para que a CPI aprofunde as investigações é o que o País precisa, e urgentemente. Não dá para continuar com quadrilha na Petrobras. E até agora não descobrimos o chefe da quadrilha que tirou bilhões da Petrobras.

A senhora está prestando um serviço ao País.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Obrigada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quero dizer isso. Se há alguma coisa de errado, que se cumpra também; se houver algum requerimento de quebra de sigilo, que venha das empreiteiras.

Elas é que desviaram bilhões da Petrobras superfaturando contratos, desviando para empresas frias, e essas empresas frias entregando o dinheiro para políticos e partidos. É isso que nós queremos saber. Defendemos a sua presença, sem intimidação, como é do direito, é da lei.

Diante disso, eu quero perguntar à senhora. A revista *Veja* revelou que o Sr. Enivaldo Quadrado, condenado no mensalão e envolvido também na Operação Lava-Jato, chantageou o PT e recebeu às vésperas da eleição, agora, milhares de dólares para não envolver o ex-presidente Lula e o Ministro Gilberto Carvalho nesses escândalos todos. O objeto usado para chantagear o PT foi um contrato de empréstimo de R\$6 milhões feito entre a 2S Participações, de Marcos Valério, e a empresa Expresso Nova Santo André, do empresário Ronan Maria Pinto. A senhora teve acesso a esse contrato?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, eu tive.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se a senhora teve acesso, como chegou às suas mãos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Sr. Enivaldo pediu para que eu guardasse esse contrato. Talvez há uns dois anos, já há bastante tempo, ele me pediu, eu tinha algumas pastas, alguns documentos dele lá, e ele me levou em um envelope lacrado e me pediu para que eu guardasse esse contrato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora tem mais algo a dizer sobre isto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sobre o contrato?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sobre o contrato.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, em algum momento, claro, eu abri e olhei aquele contrato e, para mim, sinceramente, naquele momento, não quis dizer absolutamente nada, porque se o senhor pegar o contrato me parece que há só uma assinatura. Então, aquilo, para mim, não quis dizer absolutamente nada. Eu só soube do teor desse contrato depois da revista *Veja*; do que se tratava esse contrato, que tinha a ver com o Marcos Valério, isso eu vim a saber só depois da publicação da revista *Veja*.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu gostaria de lembrar à senhora que, em 2012, durante depoimento ao Ministério Público Federal, o mensaleiro Marcos Valério, a turma do mensalão, já falava da existência desse contrato. Ele disse que foi procurado por Silvinho Pereira, Secretário-Geral do PT, que lhe relatou que Gilberto Carvalho, Lula e José Dirceu estavam sendo chantageados pelo empresário do ramo de transportes Ronan Maria Pinto. A chantagem envolveria detalhes sobre a morte do ex-prefeito Celso Daniel, para a memória, não é, principalmente daqueles que estão no poder. Valério relatou que Ronan pediu R\$6 milhões para ficar calado, mesma quantia do contrato apreendido pela Polícia Federal agora na Operação Lava-Jato.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Pergunto à senhora: seria apenas uma coincidência, ou há coisa grossa atrás disso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe-me, o senhor quer dizer em relação ao contrato? Olha, Excelência, pelo que eu li a respeito desse contrato, então, eu volto a afirmar, no momento em que eu vi, aquele primeiro momento em que eu vi o contrato ele não me disse nada, não entendi do que se tratava. O Sr. Enivaldo nunca me explicou, de fato, o que seria aquele contrato, só me pediu para guardar, eu arquivei, e, depois, quando eu li, e isso eu vou lhe dizer aqui, é a minha opinião pessoal, parece-me que há alguma ligação, sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então eu insisto com a senhora, se me permite, sobre esse dinheiro e supostos milhares de dólares com os quais foi feito o pagamento da chantagem. Por acaso, em algum momento, o Enivaldo Quadrado, com quem a senhora trabalhou e com quem possuía uma relação de confiança, pediu-lhe para buscar dinheiro em algum lugar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em relação a esses seis milhões?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não os seis milhões, os milhares de dólares, num segundo momento, agora, agora, na eleição; agora recente. Se esses milhares de dólares foram repassados por alguém para fazer esse pagamento para calar o chantagista, que envolvia o ex-presidente Lula, José Dirceu, Gilberto Carvalho?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, desculpe-me. O senhor quer me dizer se ele recebeu esses US\$6 milhões, se eu saberia se ele recebeu esses US\$6 milhões? Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se a senhora pediu... Veja só, o Enivaldo Quadrado pediu para a senhora algum dinheiro para pagar esse chantagista?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pediu dinheiro a mim para ele pagar o chantagista?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, se a senhora foi buscar em algum lugar, emitiu alguma nota? Enfim, alguma ação da senhora?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. O Sr. Enivaldo Quadrado me pediu, sim, para receber R\$15 mil durante alguns meses, que era um valor que ele recebia de um jornalista chamado Breno Altman, que ele me dizia que era o PT pagando a multa dele do mensalão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É isso que nós começamos a chegar naquilo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O senhor me desculpe. Eu não entendi se o senhor estava me perguntando dos 6 milhões. Dos 6 milhões... Eu não tenho conhecimento desses 6 milhões.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Por que eu estou...?

Claro. Eu já compreendi. A senhora já respondeu, inclusive anteriormente, ao Relator. Ao Relator, não, mas acho que ao Deputado Izalci.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Mas o que chama atenção é que as informações que correm, da própria Polícia Federal, são de que o responsável seria alguém da direção do PT. A senhora está acabando de afirmar esse dinheiro desse pagamento dessa multa de R\$15 mil por mês. É isso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pode.

O que chama a atenção é que alguém vem e fala: "Não, mas esse dinheiro, esse dinheiro... Isso não é lavagem de dinheiro, porque a senhora não sabe explicar se o dinheiro foi para o exterior". Ora, se emite nota fria, não é lavagem de dinheiro? Seja aqui ou lá fora? Este é que é o dado. A lavagem de dinheiro aconteceu aqui, aconteceu nas empresas, aconteceu na consultoria que ela fez, na empresa dela. É verdade! E ela diz que é verdade. E mais: e lá fora? Bom, lá fora, qual é o contorno? Ela já deu, inclusive, o nome de empresas cujos valores vieram de lá para constituir empresas no Brasil.

Havia envolvimento do Sr. João Vaccari, tesoureiro do PT, nesse esquema dos dólares e que o Enivaldo Quadrado lhe falou sobre isso? O que significava esse contrato desse dinheiro lá depositado para chantagear, em outro momento, agora, em 2014, esse mesmo grupo?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu não tenho conhecimento de que tenha havido nenhum tipo de chantagem. Eu não tenho conhecimento que o Sr. Enivaldo tenha utilizado esse contrato a título de chantagem. Disso nunca me foi dado conhecimento. Quando ele me pediu que guardasse esse contrato, em momento algum ele falou para o que ele tinha utilizado ou se tinha utilizado. Então, a respeito disso... Eu realmente não posso lhe dizer nada a respeito desse contrato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas a senhora recebeu...

Então vamos voltar.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em relação a esses R\$15 mil, ele dizia que era o PT que estava pagando a multa do mensalão. Ele foi apenas no mensalão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como é que a senhora recebia esses R\$15 mil?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foram três meses que ele me pediu para que fosse buscar com o Sr. Breno Altman...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Buscar onde?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Na casa do Sr. Breno Altman, em dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora já ouviu falar ou conheceu o Sr. Marcio Bonilha?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Já ouvi falar dele. É da Sanko- Sider.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quando a senhora ouviu ou o conheceu?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu ouvia falar dele na época de GFD e eu estive uma vez na Sanko – não me lembro o ano em que eu estive lá –, falei com a Fabiana, mas sabia que ele era, se não me falha a memória, diretor da Sanko.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A informação que tenho... Até minha assessoria trabalha muito nisso e acha que essa Sanko-Sider está envolvida até o pescoço com essa quadrilha que tomou conta da Petrobras. São muito importantes as informações sobre isso.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E os Srs. Eduardo Leite e João Auler?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – São da Camargo Corrêa. O Sr. Eduardo Leite era chamado de "Leitoso" e o Sr. João Auler é cunhado do Sr. João Procópio. A informação que eu tenho, segundo o que eles diziam, é que foi o Sr. João Auler que pediu que o Alberto empregasse o Sr. João Procópio.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é. Nós estamos aqui, mais uma vez, diante de pedir uma reunião administrativa para que os sigilos sejam quebrados, gente. Isto não é possível! Com todas as informações que nós temos, desde o início... Quer dizer, há uma blindagem com relação a empreiteiras. Nós não vamos chegar a lugar nenhum se não chegarmos nas empreiteiras, sem buscar saber, efetivamente, o que aconteceu, o dinheiro que saiu da nota fria que foi feita, da lavagem de dinheiro aqui dentro, bilhões e bilhões.

A senhora declarou à revista *Veja* que, abre aspas, "depois da operação, me ligou um advogado dizendo que iria cuidar de tudo. As empreiteiras queriam saber o que eu sei para ver até onde a água ia chegar nelas". A senhora poderia nos explicar melhor essa declaração?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Houve um advogado que me procurou e, inclusive, contratou um advogado para mim... Foi-me nomeado o Dr. Carlos Fernando Braga, que me foi apresentado e foi nomeado como meu advogado. Inclusive, na ocasião, em julho...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É o mesmo do telefonema?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É outro.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Inclusive, na ocasião eu assinei uma procuração para ele. Isso foi no começo de julho. E depois, logo em seguida, quando fui à Polícia Federal eu cancelei essa procuração. E o que eles me diziam era que a Constran/UTC é quem pagaria esse advogado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ele estava, então, em nome desta empresa?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele me dizia que quem iria pagar o advogado... Inclusive foi dito que o seu Walmir Pinheiro, que é da Constran/UTC, teria ficado comovido com a minha situação e pagaria esses honorários de advogado.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Waldomiro, proprietário da MO Consultoria, tinha facilidade com instituições bancárias?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele me dizia que sim, Excelência. Ele me dizia que conseguia fazer saques, conseguia sacar R\$500 mil, R\$600 mil por dia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E ele emitia notas? Como era efetuado esse pagamento na conta dele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele emitia notas. As empresas para as quais ele emitia nota realizavam o pagamento, o depósito, TED na conta dele, e ele sacava.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E a senhora entregava a quem? A senhora tem...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, aí eu nunca vi ele fazendo essas entregas efetivamente. Sabia... Ele ia muito lá na GFD. Sabia que ele fazia as entregas normalmente para o seu Alberto. Posteriormente, o seu Waldomiro me falou que faria também entregas na OAS e na Sanko-Sider.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu gostaria de mostrar aqui, apenas para a senhora compreender um pouco como funcionava o esquema dentro dessa quadrilha que tomou conta da Petrobras.

Aqui a Petrobras. Em seguida, nós temos os contratos superfaturados e os números chegam a 20% em cada um deles, ou até mais, dependendo do caso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu estou mostrando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, os contratos superfaturados da Petrobras com as empreiteiras.

Esse dinheiro dessa obra superfaturada, esses contratos fictícios e a emissão de notas frias. O dinheiro voltava para as empreiteiras ou era distribuído pelo Youssef para atender à sanha, à gana de políticos, deputados, senadores, governadores, ministro e partidos políticos, evidentemente.

A GFD do Sr. Youssef e a MO do Sr. Waldomiro que emitiam e sacavam um dinheiro na boca do caixa e se abatia a comissão em até 14% dos valores que eram sacados na boca do caixa e devolvidos aí.

Aí eu pergunto para a senhora: Quem distribuía esse dinheiro? Como era distribuído, enfim?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, em relação a esse esquema que o senhor está mostrando, eu não tinha esse nível de conhecimento. Então, o que posso dizer ao senhor é o seguinte: o dinheiro, até onde eu tenho conhecimento, era concentrado com Alberto Youssef. Quem entregava esse dinheiro fisicamente eram as pessoas que trabalhavam diretamente para ele, mais especificamente o Sr. Rafael Lopez, o Sr. Adarico Negromonte e algumas outras pessoas que eventualmente ele pedisse para que fizessem a entrega física de dinheiro.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E os beneficiários? A senhora tem como dizer para esta CPMI?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho, Excelência. Só aqueles que conheço realmente, com quem eu tive algum contato que eu posso dizer. De outros que tenham sido beneficiários, eu não tive conhecimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como Líder e estou inscrito lá às oito horas da manhã. É só pegar o registro que o senhor vai ver. Antes de chegar, então, no meu tempo de Líder, quero fazer uma última pergunta.

A senhora acaba de nos revelar – e isso é importante – que após o mensalão, agora existe o prêmio do mensalão para pagar o silêncio dos bandidos que protegeram e protegem não só o PT no Governo, mas todos aqueles envolvidos. Então, agora nós temos o prêmio do mensalão. A senhora sabe dizer o valor desse prêmio? Ou quantos mais o recebem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não sei, Excelência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Nomes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu sei que esse valor era utilizado para pagar multa da penalidade do seu Enivaldo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. Então, fechando, a senhora tem conhecimento se a Sr^a Taiana – de quem a senhora falou no início, respondendo ao Relator –, namorada do Sr. Youssef, trabalhou para algum Parlamentar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Trabalhou para a Deputada Aline Corrêa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Esses presentes para ela, apartamento, restaurante, e para outras pessoas, essa pessoa, essa namorada, essa amante, enfim, foi usada como "laranja", pelo que a senhora declarou, o restaurante...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, não, Ex^a. Eram bens dela mesma. Ela morava em um apartamento com o filho, trabalhava nos restaurantes e sobrevivia do... Foi presente, presente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, então, quero encerrar meu tempo, como Líder. Não vou fazer perguntas, mas vou fazer uma leitura...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor está pedindo para emendar, então, o tempo em seguida?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, Deputado. Concordo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É só ver na ficha.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pode continuar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não é ordem, não. É porque ele tem direito de falar como Líder. Eu tinha outro pedido do Líder Humberto, mas, como ele já está, vou deixar continuar.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Estou inscrito desde às 8h da manhã. Está escrito na minha ficha que eu iria falar...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – ...como inscrito e como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. O senhor pode continuar como Líder.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, Sr. Presidente, tenho aqui esta matéria da *Istoé*, que é de outubro deste ano e que fala sobre o esquema que o Sr. Youssef está revelando, e o que é grave: o pagamento dessa propina veio tão refinado que é muito difícil rastrear, porque se criou o *money delivery*, a propina entregue a domicílio. A que ponto chegou a sofisticação pós-mensalão! Agora, um modelo mais aperfeiçoado, mais refinado: a entrega do dinheiro a domicílio, *money delivery*.

E tem mais, Sr. Presidente. Aparece aqui, claramente, e a revista diz isso: "Se falta energia no Brasil é porque 70% das empresas do setor não existem de fato e nunca existirão..." A situação da energia no País é tão grave que 70% das empresas do setor não existem e nunca existirão. Dinheiro do BNDES. Pequenos bancos envolvidos, muitos quebraram. Isso não comove os governistas. Não se afasta ninguém. Não se manda substituir. Não se manda... Nada! Não, não, não... O Governo que está aí... É uma coisa da maior gravidade. E aí vem a anuência política dos Partidos do Governo e de parte da Base do Governo indo ao BNDES e pedindo anuência para emprestar dinheiro para essas empresas que nunca existiram e nunca existirão. Empréstimos, Sr. Presidente, que nunca serão pagos. É dinheiro do povo brasileiro que não será pago. "O dinheiro desaparece após uma série de incorporações feitas por empresas de investimentos, participações ou *holdings* financeiras controladas por *off-shores* em paraísos fiscais."

Outra revelação dele igualmente estupefaciente foi de que muitos bancos pequenos e médios que quebraram nos últimos dez anos foram usados para lavar dinheiro do esquema, ou seja, estamos prestes a presenciar a maior crise política da história do País, e vamos chegar ao chefe da quadrilha.

Isso está tudo divulgado... Perdão, divulgado, não. Isso está tudo na delação premiada, a que, aliás, a própria CPI está pedindo acesso e que fala exatamente isso.

É isto que o País precisa: passar a limpo todos aqueles... a quadrilha que não só tomou conta do poder e quer se manter a qualquer preço no poder, como aqueles que estão lá usando dinheiro público, bilhões deles. Há um tempo em que se falava de milhares de reais desviados; de repente, vieram milhões, de uns anos para cá; agora, bilhões! A que ponto chegamos!

Então, Sr. Presidente, quero deixar aqui, mais uma vez, o reconhecimento nosso à Sr^a Meire Poza, por sua coragem de assumir os seus erros e ajudar o País a ser passado a limpo, e não deixá-la de forma alguma ser intimidada, e, sim, que ela tenha liberdade e possa contar com o apoio do Parlamento para nos ajudar a que as investigações cheguem ao seu final, não só à quadrilha, mas sobretudo ao chefe da quadrilha, a que estamos prestes a chegar, felizmente, para o bem do País.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Como foi falado em Rafael Angulo Lopez...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Izalci...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...eu só queria pedir a V. Ex^a que colocasse... Tem um requerimento meu, nº 705, que convoca o Rafael Angulo Lopez, que é o que distribuiu o recurso. Vamos provar para saber para quem esse dinheiro era dividido.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Na reunião administrativa, V. Ex^a, por favor, peça para colocar em votação esse requerimento.

Passo a palavra ao Líder do PT no Senado, nobre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu encaro que o depoimento da Dr^a Meire, de certa forma, traz uma frustração grande para todos nós, porque, na verdade, tudo que foi propalado pelos meios de comunicação é de que ela teria revelações bombásticas, teria condições de agregar outros nomes àqueles que ela já havia anteriormente, junto à Justiça e junto à Comissão de Ética da Câmara, colocado. Portanto, fica um pouco essa frustração, que, certamente, só poderá ser resolvida quando nós tivermos o acesso ao trabalho que foi feito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, da delação premiada, tanto do ex-Diretor Paulo Roberto Costa quanto do Sr. Alberto Youssef, porque, segundo o que tem saído na imprensa, é nessa junção que as pontas vão se ligar.

Mas, por outro lado, eu acho que o depoimento dela é importante na medida em que coloca os pontos nos is em questões que foram atribuídas a ela, como dizer que o Sr. Youssef tinha acesso a prefeituras do PT, para tentar firmar negócios de um fundo de investimento que não firmou negócio com nenhuma delas, que eu saiba; ou como dizer que, de alguma forma, ela teria informação de que o Sr. Vaccari teria feito algum tipo de intermediação junto a fundos do Governo Federal, bem como agrega algumas coisas que ela disse e que eu acho que carecem de investigação também, como, por exemplo: para que finalidade houve a emissão de notas para essa empresa Grande Moinho Cearense? A título de que o Deputado Argôlo receberia esses recursos dessa empresa do Ceará?

Portanto, acho que o depoimento é importante no sentido de nós também sabermos o que alguns órgãos de imprensa tentam vender como verdade absoluta, às vezes colocando na boca das pessoas coisas que não foram ditas, que não constam de depoimentos, e o que é de fato verdade.

Aliás, essa conspiração que foi narrada por um órgão de imprensa, de que havia um pedido de empréstimo para impedir uma chantagem que estava sendo feita contra quem quer que seja, foi totalmente contestada pela própria Justiça eleitoral, o TSE, que deu direito de resposta ao Partido dos Trabalhadores em um órgão da grande imprensa brasileira e que aguarda tão somente julgamento por parte do Supremo, já que um dos ministros do Supremo, por liminar, resolveu suspender esse direito de resposta.

Então, muitas coisas que são ditas aqui não são ditas a partir de fatos que foram constatados, ou pela polícia ou pela Justiça ou que foram ditos efetivamente pelas pessoas que aqui vêm testemunhar.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Eu queria fazer esta colocação: eu acho que o depoimento é esclarecedor, pelo menos no sentido de não imputar à depoente coisas de que ela não tem conhecimento ou que ela não disse, e eu sou daqueles que esperam, de forma bastante ansiosa, que possamos ter acesso de fato a essa delação premiada, que vai dizer quem de fato se beneficiou desses eventuais esquemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos ao Líder do PT, Humberto Costa.

Agora...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, V. Ex^a também dispõe de cinco minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr^a Meire Poza, eu também comungo do pensamento do Deputado Rubens Bueno de que, em que pese a senhora ter também cometido irregularidades, ter admitido isso e, obviamente, ter que responder por elas, eu compreendo, eu entendo que a senhora está prestando um serviço relevante ao País ao assumir, de maneira clara, ao estar aqui colocando de forma direta, objetiva, as informações que a senhora possui.

Então, eu espero que a senhora continue contribuindo, porque nós estamos diante da possibilidade – espero que a gente materialize isso – de desvendar todo um esquema gravíssimo que se vem perpetuando neste Governo, escândalo após escândalo, já com um comportamento de quem entende que o crime compensa; um comportamento daqueles que tentam transformar em ídolos os que estão presos na Papuda; um comportamento daqueles que não titubeiam, não vacilam em pagar a multa que a Justiça estabeleceu, em fazer arrecadações e se vangloriar de que estão ajudando os grandes companheiros que roubam a Pátria. A Justiça prova que roubam, e vão roubar de novo. Enquanto nós não conseguirmos estancar isso, a perspectiva para o nosso País é muito ruim. Não adianta nós ficarmos só aqui dizendo das mazelas que temos na saúde e na educação, do drama que milhões de brasileiros vivem, enquanto aqueles que dizem que querem melhorar isso roubam a Pátria e transformam ou tentam transformar em heróis os que estão presos. E agora vão tentar encobrir os fatos novamente, varrer para debaixo do tapete, ou até intimidar a senhora.

Então, é importante que a gente saiba aqui conduzir isso com firmeza, com clareza.

Eu quero insistir numa pergunta com a senhora – insistir no sentido de ter um pouco mais de esclarecimento –, porque, embora possa parecer até de menor monta, até pelo valor... Nós estamos falando de bilhões, e de repente tem uma situação aqui que a senhora confirmou que envolve R\$15 mil por mês para pagar a multa do Enivaldo e que teria sido algo de que a senhora participou a pedido.

A senhora poderia explicar um pouquinho melhor para a gente como foi isso? A pessoa pediu à senhora? A senhora recebia esse dinheiro? Entregava para quem? Como fazia?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Posso, sim, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Por gentileza.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Enivaldo mora em Assis; não mora em São Paulo. Depois de deflagrada a Operação Lava-Jato, ele esteve 10 dias preso, depois saiu e logo em seguida saiu a pena do mensalão. Então, ele cumpre essa pena prestando serviços na cidade onde mora, em Assis. Então, ele teria, logo em seguida... Eu sou muito ruim de datas. O senhor me desculpe, Excelência, mas, se não me falha a memória, parece-me que foi em maio, que foi quando saiu esse cumprimento da pena e os valores que ele teria que pagar, porque ele teve uma pena de três anos e meio e uma multa a pagar. Então, foi quando saiu esse valor e daí ele fez esse acerto com o Sr. Breno Altman...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sim.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... só que ele estaria em Assis. Então, ele pediu que eu fosse buscar para ele esses valores em dinheiro. E eu fui durante três meses buscar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com o Breno Altman.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E o Breno recebia da direção do PT, segundo a senhora soube...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu não sei de quem ele recebia. O que foi dito a mim...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Líder Domingos, nós temos que ter uma ordem aqui, senão vai ficar sem valor jurídico qualquer depoimento, qualquer coisa, porque V. Exª, na condição de Líder, não pode indagar, não pode fazer pergunta diretamente. O senhor tem bancada. É só para fazer a correção, porque a Mesa me chama ao rigor do Regimento.

Eu gostaria de convidar, então...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Eu vou concluir, então, meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Mas eu agradeço. Oportunamente, peço aos outros colegas, ou eu mesmo vou me inscrever e fazer a indagação, porque é óbvio que nós não podemos perder essa oportunidade de ter informações que a Srª Meire se dispõe a nos dar, porque isso mostra uma correlação entre os esquemas. Ou seja, é quadrilha instalada no País, não só na Petrobras. Rouba primeiro no mensalão, aí o criminoso do mensalão é condenado, e aí a quadrilha... Sabe o PCC, como eles têm aqueles esquemas lá? Eles dizem: "Você está preso. Então, a quadrilha vai continuar alimentando os seus interesses". A quadrilha se instalou no Brasil. A quadrilha roubou no mensalão; aí, o indivíduo é condenado. Alguns viram heróis, fazem gesto de heróis, são louvados pela militância. Outros têm a multa, e aí o partido se organiza para, com dinheiro roubado, num esquema todo montado, envolvido com outra operação de lavagem de dinheiro, continua roubando dinheiro do País para pagar a multa do condenado do mensalão. Agora com o dinheiro do petróleo.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Uma outra indagação, embora ela não possa me responder – eu acho que vai precisar de, no momento oportuno, avaliar – é, assim como existe isso de R\$15 mil por mês, existem os bilhões, o envolvimento das empresas com contratos na Petrobras e o fato de que essas empresas para ganhar licitação na Petrobras já têm que ter conta no exterior. A empresa vitoriosa, a empresa que opera com a Petrobras. E, nessa conta no exterior, ela é obrigada a depositar a propina também. Segundo o que se fala, já há cerca de 38 contas no exterior. Depois nós vamos querer, no momento apropriado, indagar se a Dr^a Meire, como contadora, ouviu ou sabe de alguma coisa dessas de conta no exterior de empresa vitoriosa na Petrobras.

Mas, por fim, Sr. Presidente, o que nós precisamos neste momento deixar claro é que é inaceitável, é inaceitável que, sob o pretexto de que se tem de manter o sigilo da investigação, as pessoas continuarem roubando.

Ora, é comum na Justiça, quando alguém está para querer apagar prova, antes mesmo da condenação final, essa pessoa ser presa. Isso é comum, é um artifício de que a Justiça dispõe. Olha, se há alguém acusado, existem indicativos de que essa pessoa, de fato, cometeu aquele crime, e ainda não se concluiu o julgamento, mas, se ela vai fazer chantagem, vai interferir no processo, ela pode ser presa.

E o que nós temos são ministros, deputados, figuras de alto poder que continuam exercendo cargos e exercendo influência e, daqui a pouco, querendo intimidar a Sr^a Meire e outros, como se nada tivesse acontecido. E esta Comissão pedindo que o Ministério Público e a Polícia Federal compartilhem conosco, havendo uma demora em compartilhar. Nós precisamos agilizar isso. O Brasil não merece isso! E olhem que nós estamos vivendo um momento de decidir o futuro do Brasil. Nós vamos decidir se vai continuar isto que está aí ou se nós vamos mudar de fato. E vão ficar querendo esconder debaixo do tapete.

O curioso é que hoje, por exemplo, nos jornais está constando que foi preso um cidadão, assessor do Ministério das Cidades que, até poucos dias atrás, se licenciou e foi para a campanha do Pimentel, que acabou de ganhar a eleição para Governador de Minas. Esse cidadão foi preso com R\$116 mil, sem origem definida, no aeroporto, num jatinho, e nós estamos aqui investigando a prática instalada no Brasil de roubar dinheiro público e usar esse dinheiro público depois para financiar campanha, para fazer propina, para enriquecimento ilícito. E nós vamos ficar quietos? E há um segundo turno correndo. Há bilhões de dólares financiando o destino do País para manter os bandidos no poder.

Então, nós precisamos, Sr. Presidente – e eu concluo –, insistir com o Ministério Público e com a Polícia Federal que compartilhem conosco, ainda que em reunião absolutamente secreta, mas que compartilhem conosco o que foi dado de delação premiada; quem são os bandidos que estão convivendo conosco aqui dentro desta Casa; quem são os bandidos que estão dizendo que são os salvadores da Pátria,...

(Soa a campanha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... mas que estão roubando o dinheiro do povo brasileiro, que usam esse dinheiro roubado para enganar de novo, fazendo campanhas milionárias e para tentar se perpetuarem no poder no Brasil.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Não se deixe intimidar, Sr^a Meire. A senhora terá de responder pelo que a senhora cometeu de erro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E nós não vamos amenizar isso. Mas a senhora não pode intimidar-se, porque o País precisa ser passado a limpo, e nós precisamos virar essa página e não jogar para debaixo do tapete.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós temos agora, pela ordem de inscrição de requerimento, a Senadora Vanessa Grazziotin. Mas há um pedido do Deputado Afonso Florence, na condição de Líder do PT.

V. Ex^a tem cinco minutos, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, todos os que assistem a esta reunião e nos ouvem; Sr^a Meire, o seu depoimento será muito importante por todas as perguntas feitas pelo Relator e pelos Parlamentares no processo de apuração das investigações desta CPMI. Nós estamos nos debruçando sobre uma massa documental bastante volumosa, sobre quatro eixos: das acusações, dos indícios, das supostas evidências de atos ilícitos na Petrobras.

Há, obviamente, indícios fortes de atos ilícitos já praticados, e há um processo de delação premiada em curso. E a Operação Lava-Jato tem uma conexão, e o nosso propósito aqui é apurá-la.

E é legítimo que os Deputados de oposição, faz parte do jogo da democracia... E a imprensa brasileira tem lado, cada órgão tem uma linha editorial. Faz parte do jogo da democracia brasileira que depoentes e testemunhas tenham acesso a horas e horas de entrevistas, e que o noticiário faça parte do jogo político.

Todas as evidências e a conclusão de investigações provam que, no poder político do Brasil, não há a corrupção que está sendo alegada aqui pela oposição.

O Procurador-Geral da República, a Polícia Federal, é óbvio que é prerrogativa institucional, legal, constitucional dessas instituições dos poderes... Mas nós temos patrocinado... O Partido dos Trabalhadores, na oitiva do Sr. Paulo Roberto, assim como de V. S^a, reivindicou sessão aberta porque nós não temos o que esconder. Nós queremos apurar, porque a Petrobras é patrimônio brasileiro, e as decisões quanto a Pasadena foram tomadas dentro de parâmetros da corporação inteiramente legitimados, transparentes. O resto é ilação e disputa política feita pela oposição.

A Ação Penal nº 470 foi concluída, há condenados.

A senhora, aqui na abertura do seu depoimento, na nossa oitiva, disse que não via conexão, não tinha conhecimento de uma relação direta entre a Operação Lava-Jato e a CPMI, mas que se dispunha a esclarecer. Os parcos esclarecimentos que a senhora apresentou são elucidativos.

Eu gostaria de reiterar alguns aspectos que... Estou inscrito para fazer perguntas – em seguida as farei –, mas acho que é importante destacar.

Um tema que é importante ter nítido é se o fundo de investimento e participação foi, funcionou como um sistema operacional para captação de recursos para o PT. Se isso ocorreu.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Outro aspecto importante é saber se, de fato, houve acesso privilegiado de prefeituras do PT com operação de captação ilícita de recursos para financiamento eleitoral. Isso diz respeito, objetivamente, e se isso tinha relação com a CPI, com a operação de Pasadena e com a Petrobras. Isso tem relação direta com o que está sendo investigado aqui hoje. Sobre isso é importante ter esclarecimento.

A senhora está prestando um serviço importante ao País, é verdade. E, corretamente, com serenidade, reconheceu onde, no conjunto de operações, a sua empresa, que preexistia, acabou incidindo em prática que a senhora reconhece que não convinha, que era ilícita.

(Soa a campainha.)

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Mas nós temos que saber isto: prefeitura do PT operava? O fundo? Esse banco operava? Quem eram os clientes desse banco, se é que ele existia?

E nós temos que entender também o lugar da senhora nesse processo todo. Em determinado momento, depois de o Sr. Youssef ser preso, a senhora resolveu falar. Para nós, é importante entender em que momento e por que a senhora resolveu falar.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Isso é importante também.

E registrar que nós, do Partido dos Trabalhadores, do Governo da Presidenta Dilma, assim como do governo do Presidente Lula, queremos investigar, queremos passar o País a limpo, porque as conquistas que o povo brasileiro vem tendo não podem ser jogadas no processo eleitoral da forma como a oposição está querendo. A apuração tem que ser cuidadosa, serena, célere, mas ela não pode ter como objetivo incidir no curso do processo eleitoral. A eleição é outra coisa, o resto é exagero, e é desespero do pessoal da oposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos.

Eu peço à Srª Meire que, tendo em vista que são Líderes fazendo os comentários, não há necessidade de respostas.

Agora, vamos novamente voltar à ordem de inscrição, com preferência para quem for autor dos relatórios.

Nós temos o Requerimento nº 686, de autoria da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

Logo em seguida, seria o Senador Humberto Costa, que já indagou e já saiu; logo em seguida, seria o Deputado Marco Maia, que também já falou, e se quiser falar de novo fica em aberto, na condição de relator-geral desta CPMI; depois, o Deputado Sandro Mabel, que também não se encontra; depois, o nobre Deputado Fernando Francischini; e, em seguida, o último, 724, do nobre Deputado Onyx Lorenzoni. Então, só para dizer a ordem dos trabalhos.

Em seguida, começaremos as inscrições, a lista de inscrições.

Está bem? Então, só para poder deixar tudo com muita tranquilidade.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Com a palavra, então, a nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Ex^a tem cinco minutos diretos ou dez minutos intercalando.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, não tenho muitas perguntas, não. Vou fazer algumas e gostaria das respostas imediatas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. Então, dez minutos intercalados.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A senhora falou... Eu quero retornar, aqui, tentar ligar, porque nós estamos na CPI da Petrobras.

Em alguns depoimentos que a senhora prestou, e, aqui, está confirmando absolutamente todos, a senhora teria dito que não poderia afirmar em relação a alguma ligação entre esses recursos que entrariam, essas notas que eram expedidas, mas que teria ouvido falar que alguma relação havia com o Consórcio RNEST, mas que não poderia afirmar, mas que a senhora sabia que alguma negociação estava em curso.

A senhora poderia ser mais clara?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Claro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Trazer dados mais claros para esta CPI?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, Excelência, eu até falei disso agora há pouco.

A MO Consultoria emitia notas e tinha contratos que citavam, especificamente, esses consórcios, só que a MO não era cliente meu. Então, eu tive acesso a esses documentos porque o Sr. Waldomiro levou todos esses documentos para o meu escritório, para me pedir para fazer uma revisão, que acabou sendo impossível de ser feita. Então, ali, eu vi.

Sabendo que a MO não tinha uma atividade, então, eu deduzo que seja esse tipo de operação.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E esses contratos estão de posse da Polícia Federal?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, senhora, estão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Foi a senhora quem repassou?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. O que aconteceu: houve uma busca e apreensão no meu escritório no dia 1º de julho, e esses documentos estavam no meu escritório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E esse senhor Waldomiro pagou quanto para a senhora fazer essa revisão dos contratos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele não pagou, Excelência. Ele levou para que eu tentasse fazer alguma coisa. Isso ele levou, se não me falha a memória, em 2013. Foi logo quando houve a CPI do Cachoeira que ele levou lá, e essas

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

caixas ficaram lá no meu escritório. Eu pedi, reiteradas vezes, para que ele as retirasse de lá e ele não retirou.

Se eu puder esclarecer, até, quando houve a operação, foi deflagrada a Operação Lava-Jato, a GFD ocupava um escritório na Rua Dr. Renato Paes de Barros, que é muito próxima ao meu escritório.

Então, eles queriam devolver o imóvel, porque eles não tinham mais quem... Foram quase todos presos, mas o Sr. João Procópio não foi preso. Então, o Sr. João ficou cuidando disso. Ele precisava devolver o imóvel, então, ele me pediu para que ele pudesse levar todos os documentos da GFD para o meu escritório. Eu tinha uma sala a mais.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Desculpa, mas esse João Procópio é da MO?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, ele é da GFD. É só para chegar na justificativa desses documentos.

Então, eles levaram todos os documentos da GFD para o meu escritório. Eu peguei uma sala, no meu escritório, e deixei só para documentos da GFD. Daí, eu peguei esses documentos do Sr. Waldomiro, da MO, peguei todos os documentos que eu tinha, lá, que eram deles e coloquei todos numa sala só.

Então, quando houve essa busca e apreensão da Polícia Federal, a Polícia Federal foi exatamente nessa sala onde estavam os documentos da GFD, e, como estavam, também, os documentos da MO, da CSA, a Polícia Federal levou todos esses documentos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Entendi e entendi, também, que a senhora, então, quer dizer, a senhora nos diz, aqui, que esses negócios, possivelmente relacionados com a Petrobras, eram negócios feitos não pelo Sr. Youssef e, sim, pela MO, que era do Sr. Waldomiro. Foi isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. O Sr. Waldomiro trabalhava...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas, aí, num outro depoimento, ou em alguns desses, a senhora disse que esse Sr. Procópio, que é da GFD, teria lhe dito que, somente com a Camargo Corrêa, ele tinha a ver mais de R\$12 milhões.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O Sr. Youssef não é da GFD? Então, a GFD também tinha alguma ligação com alguns negócios relacionados à Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Alberto... Sim, o Sr. Waldomiro, da MO Consultoria, trabalhava para o Alberto Youssef. Então, a maioria das notas que ele emitia, ele emitia a pedido do Alberto Youssef.

Em relação a esse episódio dos R\$12 milhões, o Sr. Alberto, em 2012 ou em 2013, teve um infarto. Ele ficou afastado do escritório, e o escritório parou, porque quem movimentava o dinheiro, quem colocava dinheiro lá no escritório era o Alberto. E daí eles precisavam recorrer a dinheiro. Então, o Sr. João veio conversar comigo, disse que a Camargo Corrêa tinha uma dívida com o Alberto no valor de R\$12 milhões. Isso, inclusive,

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Excelência, já era... O Alberto mesmo dizia isto várias vezes, que a Camargo Corrêa devia a ele R\$12 milhões. Então, segundo ele, devia mesmo. Aí o Sr. João veio me falar que a Camargo Corrêa devia R\$12 milhões, e que ele tentaria fazer algum negócio, alguma forma, para que a Camargo Corrêa pudesse pagar R\$2 milhões, para que fizesse esse pagamento para a minha empresa. Isso não foi feito. Mas foi a forma como eu soube...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para a sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Como é o nome?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Arbor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas por que pagaria R\$2 milhões à sua empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para que eu repassasse o dinheiro a eles. Mas essa operação não foi feita.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Aí, chegando à sua empresa... A senhora disse que, além dos seus serviços de contabilista, a senhora também emprestava o nome da sua empresa para fazer notas frias...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...de serviços que não tinham acontecido em hipótese alguma. Não ouvi qual a comissão que a senhora recebia por isso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sete por cento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sete por cento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E, obviamente, o recurso para o imposto.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E 7% eram seus?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, a senhora ganhava muito mais com essas comissões do que os R\$15 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Na verdade, 3,5%, porque esse valor era dividido com o Sr. Enivaldo Quadrado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o Sr. Enivaldo Quadrado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, a senhora era sócia do Sr. Enivaldo Quadrado?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu diria que sim, porque, como ele apresentou o Alberto, como ele vivia em dificuldades, então, ele pedia para que fosse dividido esse recurso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A senhora cita e, aqui, parece que confirmou – eu dei uma saída daqui na hora – que foram R\$7 milhões – pelo menos, é o que a senhora se lembra – em nome da Arbor, sua empresa, de notas frias, e, entre estas, haveria uma no valor de R\$1 milhão para o Grande Moinho Cearense.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A pedido do Deputado Argôlo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a pedido do Alberto Youssef. Só depois de deflagrada a operação, foi que eu soube que essa operação teria sido feita a pedido do Deputado Luiz Argôlo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas, na época, foi o Sr. Youssef que pediu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E que tipo de serviço fantasma a senhora fez constar nessa nota para o Grande Moinho?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Serviços de consultoria contábil, alguma coisa assim. Não me lembro agora, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E a sua empresa os teria prestado ao Grande Moinho Cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A senhora sabe quem são os proprietários do Grande Moinho Cearense?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhora. Eu conheço só um diretor, que é o Sr. Cláudio Fontaneli ou Fontenele.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tem alguma coisa a ver esse Grande Moinho Cearense com uma empresa de *shopping centers*?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência. Não tenho conhecimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu entrei no Google, e, salvo engano, o Grande Moinho Cearense é uma empresa brasileira que atua no mercado de moagem de trigo em Fortaleza. Está instalado numa área de 12 mil metros quadrados, e parte do grupo é controlada por Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, que também detém Iguatemi Empresas. Então, desses R\$7 milhões, R\$1 milhão foi para essa empresa a pedido do Deputado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente, o Grande Moinho Cearense.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, Sr. Presidente e nobre Relator, seria importante que a Sr^a Meire pudesse detalhar valores pelo menos de sua empresa e explicar para quem foram esses R\$7 milhões e com qual objetivo.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Eu já fiz isso, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para a CPI?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Está no processo da Polícia Federal. Os documentos, quando houve esse procedimento de busca e apreensão, não ficaram comigo. Tudo isso já foi feito pela Polícia Federal. Então, está no inquérito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu acho que, de fato, a senhora, pelo que tudo indica, era muito mais que uma contabilista de um grupo. A senhora, de fato, era parte, pelo que a senhora própria diz. Mas as informações que a senhora traz serão muito úteis a esta CPI de todas as formas.

Eu acho que o nosso dever aqui é buscar o relacionamento com a Petrobras, mas tudo indica que...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... esse grupo prestava serviços de lavagem de dinheiro, o que eu também gostaria muito de entender, assim como o Relator, porque é de difícil entendimento como tanto dinheiro sai do Brasil, como tanto dinheiro entra. Para onde vão esses recursos? Eu acho que nós temos a obrigação de descobrir esses meandros e por que empresas tão diversificadas que atuam em tantas áreas se utilizavam desse esquema e se beneficiavam disso. Ou era para esconder, lavar dinheiro e aí burlar o fisco, ou era, então, para desviar recursos que seriam públicos.

Não tenho mais nada a perguntar, não, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos seguir a ordem aqui dos requerimentos de preferência, agradecendo à nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

O Senador Humberto Costa já fez suas indagações. O Deputado Marco Maia também, mas, na hora em que quiser intervir, como Relator, estamos sempre à disposição. O Sandro Mabel também já o fez.

Eu gostaria de pedir para fazer suas indagações, perguntando qual o formato, ao nobre Deputado Fernando Francischini. V. Ex^a fala cinco minutos ou dez minutos intercalados, Deputado?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou intercalar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, então. V. Ex^a tem dez minutos.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a e os membros da CPMI e cumprimentar a Sr^a Meire Poza. A senhora me conhece lá do Estado, não é, D. Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desculpe?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Lá do Paraná, você me conhece de lá, não é? Sabe a minha profissão, onde eu trabalho lá?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, Excelência. Desculpe.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você é de Londrina?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, eu sou de São Paulo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De São Paulo, mas você trabalhou em Londrina?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Eu sou de São Paulo. Eu moro em São Paulo. Nunca estive... Eu só estive em Curitiba em função da Operação Lava-Jato, Excelência.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você conhecia as prefeituras do Paraná que ofereceram o fundo de Previdência?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nenhuma?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu sei que existe uma...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu vi uma entrevista em que você disse...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... Paranaguá. Paranaguá fez um aporte, mas eu não...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foi o prefeito que cuidou...?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não sei, Excelência, porque, nessas operações, era um agente autônomo de investimentos quem trazia. Então, eu não cuidava diretamente dessas operações do FIP. Então, eu sei que existiam os aportes. Tenho a relação desses aportes. Eu sei que Paranaguá, se não me falha a memória, fez 2 milhões ou 2,5...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Foram depositados 2 milhões de aporte para a Marsans.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, exatamente. No próprio FIP. O FIP tem uma conta...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, houve pelo menos uma operação, já que ouvi vários dizendo que não houve operações. Então, houve pelo menos um início de operação com a Prefeitura de Paranaguá, com 2 milhões de depósito.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, sim, houve.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O senhor me desculpe, mas eu não sei precisar a que partido pertence a prefeitura...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, nem perguntei.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, desculpe.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O segundo... Haveria um aporte de 14 milhões no dia seguinte. Você sabe se foi realizado esse segundo aporte da Prefeitura de Paranaguá? É o fundo de Previdência dos funcionários, não é?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É o Instituto de Previdência...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De Previdência.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso.

Não, de Paranaguá, Excelência, eu sei que houve só esses 2,5 milhões no FIP.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Existia um previsto para o dia seguinte de 14 milhões de depósito.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não tenho conhecimento, Excelência, porque existe um...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem intermediou, Meire, essa conversa...?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi um agente autônomo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é o nome dele?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi o Ari, se não me engano, da BrasPrev. Então, se não me engano, foi ele quem trouxe essa operação de Paranaguá. Então, eu não tenho... O que eu tinha era o acompanhamento do fluxo do FIP. Então, eu sei quais foram as prefeituras que aportaram.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Ministério Público barrou esse segundo depósito com uma liminar na Justiça, quando foi denunciado pelos funcionários da prefeitura que o fundo de previdência dos funcionários estava sendo assaltado, sem autorização do conselho de administração, sem o conselho fiscal.

Eu já vi entrevistas da senhora dizendo que o Youssef pagava 10%...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. De comissão.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é que funcionava essa...?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele pagava para quem... Se o agente autônomo trouxesse a operação... Então, vamos dizer assim, vamos dar nomes aos bois...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é que funcionava com 2 milhões?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com 2,5 milhões, ele pagava 250 mil para o agente autônomo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como é que ele pagava isso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em dinheiro.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Em dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em dinheiro. Ele dava para o agente autônomo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E onde buscava o dinheiro? São Paulo? Londrina?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o Alberto sempre tinha dinheiro lá. Então, no escritório dele, sempre tinha...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Lá onde? Em São Paulo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, lá no escritório dele em São Paulo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Escritório onde havia as filmagens em que apareceram – não sei se a senhora viu – vários políticos entrando e saindo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Ele teve dois escritórios. Esse era na Avenida São Gabriel. E, em 2003, ele se mudou para onde era a GFD, que é na Rua Dr. Renato Paes de Barros.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse escritório das filmagens dos políticos entrando e saindo era onde ficava grande quantidade de dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. Depois, quando ele mudou para a GFD, começou a ficar lá o dinheiro.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse Sr. Ari da...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da BrasPrev.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da BrasPrev.

Ele revelou outros contatos que ele tinha, prefeituras do Paraná? O meu interesse é... estou focando agora no Paraná, para ser mais específico, para não continuar tão aberto, já que agora a gente mergulhou em uma investigação, realmente. Outra prefeitura?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Eu não tinha contato direto com ele, Excelência. Então, das prefeituras que aportaram dinheiro no FIP, eu acho que a única da Região Sul foi Paranaguá.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A Marsans. Você também era contadora da Marsans?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu era contadora da Graça Aranha, que é a *holding* que cuidava da Marsans.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você teve conhecimento, Meire, de que o Youssef poderia estar sendo alvo de extorsão por pessoas e pagando propina para não ser denunciado, para não ser envolvido em matérias? Tem conhecimento disso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Não. Nunca ouvi isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De pagamentos da Marsans a pessoas determinadas. Tem conhecimento?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Nunca ouvi isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você foi muito corajosa denunciando tudo isso, Meire.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Obrigada.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas, pra mim, que sou um delegado da Polícia Federal, fica sempre, não uma curiosidade, que talvez curiosidade seja para quem não entende de investigação. Mas, para eu entender o contexto todo, eu vou fazer uma pergunta que eu gostaria que você, já que você tem demonstrado, Doutor Eri Varela, colaboração – parece até uma delação premiada ao vivo e pública o que você está fazendo, Meire... Qual a sua motivação de fazer tudo isso? Por que que você está fazendo tudo isso? Lá no íntimo da Meire. O que que você está querendo, Meire? Você sentiu que poderia estar envolvida criminalmente e está fazendo... Você está contribuindo com o teu País. Quem é a Meire a que a gente está assistindo hoje? Para a gente entender o contexto de tudo isso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Claro.

Excelência, primeiro, eu acho curiosas essas colocações, porque parece que assim, sempre que alguém fala alguma coisa é porque "Olha, eu estou fugindo do crime", né? Então, se eu estivesse, uma das primeiras coisas que eu fiz foi apresentar o que eu fiz. Então, essa foi a primeira coisa que eu fiz.

O que acontece é que eu já havia tentado me desligar da GFD três vezes. A primeira vez foi em 2012, em março de 2012, logo depois que houve um episódio. Eu não quero me prolongar, mas se o senhor achar necessário.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Houve busca no seu escritório?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Mas só em 2014, houve no dia 1º de julho.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas, nessa Operação Lava-Jato, houve busca?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Houve, no dia 1º de julho.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora foi conduzida coercitivamente para ser ouvida?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não fui.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não fui.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas foi ouvida depois?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É. Depois eu procurei a Polícia Federal, no dia 23 de julho, para ser ouvida.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E a colaboração tem sido eficiente, que a senhora tem feito?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu acredito que sim, Excelência. Eu acredito que tenha. Mas, se o senhor me permite só responder. Então, em

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

2012, eu pedi para sair da GFD, quando houve uma operação do Igeprev, que não foi nem uma operação no FIP; foi uma outra operação do Igeprev, e aí eu soube que essa operação não era uma operação boa.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora já ouviu uma história de que a senhora estaria sendo acusada de ter-se apropriado de R\$600 mil, de algumas dessas empresas, ou do Sr. Youssef. Já ouviu uma história como essa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não senhor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não tem nenhum conhecimento?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha me apropriado de R\$600 mil, não. O que eu sei e posso dizer ao senhor é que ele estava me devendo. Ele levou um cheque de R\$285 mil, e eu entreguei de fato uma loja, em pagamento desse cheque. Não só desse cheque. Alguns outros valores que ele devia, que tem uma planilha demonstrando que ele me devia.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Que seria mais ou menos R\$600 mil.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. O valor total era de R\$400 mil.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E a senhora conversou por telefone, então, há áudios na operação que fariam sobre esses valores e a cobrança dele? Algo Assim? De onde surgiram, na investigação, esses valores?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Como assim? Áudios meus falando dele?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Dele cobrando que a senhora teria se apropriado, ou que ficou com esses valores.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Na última oitiva, a que eu fui como testemunha.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sei. E que loja foi essa a que a senhora levou esses cheques?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, Excelência. Desculpe. Eu tinha um cliente que me fez um empréstimo, cliente meu – a gente tem isso documentado. Só que ele me deu...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem que é esse cliente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É um cliente. Eu prefiria até não citar o nome, mas tem isso na...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Para a Polícia Federal a senhora citou o nome desse cliente?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. Ele me fez um empréstimo no valor de R\$285 mil, que foi no dia 14... Ele me entregou esse cheque no dia 13 de março.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Esse empréstimo a senhora recebeu em dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Recebi um cheque.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Desse cliente?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E, daí, eu pedi para o Alberto trocar esse cheque pra mim. Entreguei esse cheque para ele no dia 14. Ele falou: "Ah, então tá bom, eu troco esse cheque". Porque era para depositar na segunda feira o cheque, dia 17 de março.

Então, eu pedi para que ele trocasse e me mandasse uma TED, me mandasse em dinheiro. Aí, ele falou que faria isso na segunda-feira, que ele depositava o cheque, e tal, e faria uma uma TED para mim em dinheiro. Só que, na segunda-feira, ele foi preso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Assistindo a tudo isso, a senhora viu vários Deputados e alguns Senadores, também, dizendo que tudo não passa de uma disputa política?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você que está dentro de tudo isso e assistiu a essas montanhas de dinheiro, esses contratos, essas empresas envolvidas: isso tudo é disputa política ou você assistiu, como você depôs, a crimes sendo cometidos, uma quadrilha operando, Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu vi como crimes.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Crimes?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em momento algum, Excelência, eu não tenho partido, ...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Com certeza.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ...eu não tenho conhecimento político. Em momento algum, eu vi isso...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Poderia você estar inventando toda essa história, Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Ou você, realmente, assistiu a crimes cometidos com essas empresas públicas e autoridades?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o meu depoimento... Primeiro, não houve uma denúncia, não. Eu fui até a Polícia Federal porque, no dia 1º, houve busca e apreensão no meu escritório, onde eles levaram os documentos da GFD que estavam lá. Em seguida, no dia 4, eu fui chamada por um advogado, que me deu um advogado que seria pago pelo UTC/Constran. E, aí, aquilo começou a me deixar muito aflita, porque a Polícia Federal deixou claro que eu seria chamada para ser ouvida em depoimento. E a Polícia Federal não me chamava para ser ouvida em depoimento, e eu escutava desses advogados que eu...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Senador, vou emendar o meu tempo de Líder, como o Deputado Rubens Bueno o fez.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, esses advogados me falavam: "Olha, você não pode falar nada!" E, outra hora, eles falavam: "Olha, você tem que falar!" E, aquilo, foi me deixando muito aflita.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Você acha que era uma orientação para proteger autoridades aqui na CPMI? Para você não citar envolvimento de pessoas?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eu creio que, não para proteger autoridades. Talvez, como veio da UTC/Constran, para não falar sobre a operação do Maranhão, a operação dos precatórios do Maranhão, de cuja reunião eu participei. Mas, daí, aquilo começou a me deixar muita aflita, e, realmente, eu prefiro resolver as coisas e não sentar em cima. Eu fui...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora está bem financeiramente hoje, Sr^a Meire?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não estou.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não estou.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O Sr. Eri Varela é um dos grandes advogados. Aqui, fica o nosso cumprimento, porque é uma das pessoas mais renomadas que nós temos, aqui, como advogado. Uma pessoa superconhecida. Como a senhora está pagando os honorários de um advogado como o Dr. Eri Varela?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele só está me acompanhando, aqui, na CPMI. A gente já se conhece há algum tempo, e ele me acompanhou só, aqui, na CPMI. Eu não tenho advogado. O Dr. Eri não é um advogado que venha me acompanhando.

Excelência, só para eu tentar responder: então, no dia 23 de julho, após a busca e apreensão, eu estive, eu peguei um avião e fui até Curitiba, sozinha, e fui à Polícia Federal, justamente para saber o que estava acontecendo, onde eu me encaixava. Todo o meu depoimento prestado à Polícia Federal – e não na qualidade de denúncia; já tinham sido apreendidos documentos –, o meu depoimento foi em cima de documentos que foram apreendidos, me foram apresentados, e eu falei sobre cada um daqueles documentos que foram apresentados. Então, até agora, as coisas que eu falei, todas foram passíveis de comprovação através de documentos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Veja, Presidente: eu apresentei a V. Ex^a e ao nosso Relator, que está escolhendo os requerimentos que vão ser votados numa próxima sessão deliberativa, um requerimento de convocação do Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Dr. Leôncio, para que ele venha até a nossa CPMI ser ouvido sobre as condições que o Governo está dando à Polícia Federal, mais especificamente à equipe que está fazendo a análise da documentação da Operação Lava-Jato. Nós estamos assistindo a muitas pessoas dando entrevistas, falando, principalmente por fruto de uma campanha eleitoral, da autonomia da Polícia Federal, de

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

investigação, de que ela tem liberdade de investigação. Então, nós queremos ouvir – nada mais justo do que isso – alguém que preside a entidade que comanda todos os delegados.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a e ao Relator que dessem uma prioridade, já que os trabalhos e o andamento do trabalho desta CPMI dependem dos documentos que estão sendo analisados pela Polícia Federal. Nós queremos saber: se há agentes suficientes para analisar uma quantidade enorme de documentos; se há uma infraestrutura necessária de pagamento de diárias para agentes da área de inteligência; especialistas que vão de outros Estados; em quantos eles são; quantos estão trabalhando hoje; com essa quantidade, quantos anos eles vão levar para analisar toda essa documentação. Porque, só assim, nós vamos poder dizer se, realmente, há vontade política de que essa investigação vá à frente, ou se o discurso é um e, na prática, é outro. Então, eu pediria ao Relator que, com certeza, pudesse colocar.

Nós já estamos nos adiantando e sabendo da dificuldade, neste período, de ouvir e de aprovar um requerimento como este.

Nós estamos, então, promovendo, como Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública da Câmara dos Deputados, também para ouvir o Dr. Leôncio, na semana que vem, na Frente Parlamentar, para que ele possa vir nos adiantar os argumentos que ele possa trazer. Se houver concordância dos demais membros em ele poder ser ouvido semana que vem, porque isso vai com certeza fazer com que nós possamos adiantar as investigações.

Eu finalizo, Presidente, colocando a nossa preocupação. Muita gente querendo descredenciar o depoimento da Sr^a Meire, querendo dizer que é uma disputa política, querendo dizer que a colaboração dela é só nos pontos que a interessam. Nós vemos uma pessoa que foi a contadora da empresa, que participou de reuniões, e que não há uma disputa política. Nós estamos vendo uma organização criminosa, como a Polícia Federal já disse em documentos. Prendeu um Diretor da Polícia Federal. O Tribunal de Contas da União bloqueou o patrimônio da maioria dos Diretores da Petrobras. Então, nós estamos dentro de uma organização criminosa, uma organização que meteu a mão no dinheiro público da Petrobras e, tenho certeza, na hora em que essa delação premiada vier a público, que é o que deveria ocorrer nos próximos dias, já que o controle eleitoral deveria ser feito pela população brasileira, pode ser que seja tarde, se vier a conhecimento depois. A gente tinha que ter um instrumento para que isso viesse.

Infelizmente nós temos assistido ao Governo falar mais dos vazamentos. Quer dizer, vamos punir a Polícia Federal, os Procuradores da República, a imprensa, os advogados, a D. Meire, porque alguém tem que ser punido pelo vazamento, mas quem meteu a mão no dinheiro do povo brasileiro, esse é só depois, quando levarem-se anos para chegar a uma sentença transitada em julgado. É esse o desabafo e o meu pedido fica ao nosso Relator.

Eu tenho elogiado, nas últimas reuniões, o Relator, dizendo que realmente ele se sensibilizou, porque nós estamos diante de uma investigação criminal e mudei meu procedimento em relação às críticas que fazia. O Deputado Marco Maia sabe do respeito que tenho com ele, e eu acho que nós poderíamos, nem que seja em uma reunião dos Líderes, ouvir o Diretor, o Presidente da Associação Nacional dos Delegados, para que a gente possa

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

pressionar daqui, para que a Polícia Federal tenha infraestrutura para terminar essa investigação.

Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, nobre Deputado Fernando Francischini.

Agora, com a palavra, o último dos que têm preferência, como autor dos requerimentos. O último Requerimento é o 724, de autoria do nobre Deputado Onyx Lorenzoni. Por favor, V. Ex^a tem a palavra. O senhor fala dez minutos seguidos, intercalando com as perguntas gerais. Muito obrigado, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu fiquei muito impressionado com aquilo que a Sr^a Meire falou aqui, no momento em que o Enivaldo Quadrado, condenado na Ação Penal nº 470, com uma multa, de que eu tenha conhecimento, de R\$232 mil. Ele pediu para a senhora buscar, na casa de uma terceira pessoa, recursos para pagar essa multa. É essa pessoa aqui.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não consigo ver. *(Pausa.)* É, o Sr Breno Altman.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por que eu perguntei para a senhora? Porque esse cidadão é, pelo que se sabe, jornalista; está citado no último depoimento de Marcos Valério, relacionado aos episódios de Santo André; é ligadíssimo, como nós vimos aqui na foto, ao também condenado, na Ação Penal nº 470, José Dirceu; e esse cidadão lhe entregou em São Paulo ou em Assis esses R\$15 mil?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em São Paulo. O Sr. Enivaldo é que mora em Assis. Então, ele não tinha como pegar e pediu para que eu pegasse para ele, três vezes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – A outra pergunta que eu quero lhe fazer é se a senhora emitiu a DARF para pagar multa...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...ou se a senhora transferiu esse dinheiro para alguma outra pessoa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, senhor. Eu entreguei esse dinheiro posteriormente nas mãos do Sr. Enivaldo. No momento em que ele ia pagar, o Sr. Enivaldo não tinha condições de ir até lá.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Ele não tinha, então, como pegar o dinheiro na casa dessa pessoa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Eu peguei e, posteriormente, o Sr. Enivaldo foi lá e pegou o dinheiro comigo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Certo.

Pela informação que eu tenho, o Sr. Breno é filiado ao PT e membro do diretório do Partido no Estado de São Paulo.

E como foi pago o resto da multa do Sr. Enivaldo? Porque, como são R\$363... perdão, R\$ 232 mil, a senhora acessou três parcelas de R\$15 mil.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É, Excelência, o que eu sei é que ele continuaria pagando. Só que aí foi junho, julho... Não, foi maio, junho e julho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Do ano passado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Deste ano?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Agora, maio, junho e julho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sim, sim.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Em agosto, eu não fui porque o Sr. Enivaldo passou a receber direto. Então, a partir de agosto, eu fui, fiz esse favor que ele me pediu: maio, junho e julho. Sempre era no último dia do mês ou nos primeiros dias. O Sr. Breno avisava ...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O dinheiro em espécie?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, dinheiro em espécie.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não contabilizado, como sempre, não é?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, ele me dava... Eu nem entrava na casa dele. Ele colocava ... Eu chegava lá e ele me entregava no portão. Primeiro, me entregou uma pasta; depois entregou um envelope.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Certo.

É curioso porque o Sr. Enivaldo Quadrado, na Ação Penal nº 470, operava num processo de lavagem de dinheiro com a Bônus-Bonval, onde o beneficiário era o Partido Progressista, através do ex-Deputado José Janene, que, curiosamente, é quem indica Paulo Roberto Costa para a Petrobras, que é empossado com o amém e o aval, em maio de 2004, do então todo poderoso 1º Ministro pleno e potenciado do Brasil, José Dirceu. Quer dizer, é curioso que uma pessoa que tem uma ligação estreita com o ex-Ministro José Dirceu seja a pessoa que ajuda a pagar a multa com o dinheiro em espécie, alcançando uma terceira pessoa, aqueles que acabaram colocando Paulo Roberto Costa na diretoria da Petrobras, o que permitiu que todo esse esquema funcionasse.

Então, a senhora dá uma contribuição muito importante para esta investigação.

Eu queria perguntar-lhe o seguinte: o cunhado do Sr. Enivaldo Quadrado era o braço direito do Sr. Alberto Youssef?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Em declaração que a senhora deu, esse rapaz, o Rafael Angulo Lopez, é cunhado, então, de Enivaldo Quadrado, e era responsável por todas as operações financeiras de Alberto Youssef, operações essas que eram saques de numerários entregues a terceiros, em viagens para fora do País, ou seja, se alguém conhece a operação fora do Brasil do doleiro Alberto Youssef ... Como já transitou aqui, uma parcela desses possíveis e prováveis desvios era paga no exterior e daí vem, muito provavelmente, pela operação dólar-cabo, que o juiz Sérgio Moro, na operação... explicitou para o Brasil, num desdobramento da CPI do Banestado, em 2004, e que é um estopim do

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

mensalão. Sem dúvida nenhuma, o Sr. Rafael pode nos dar informações bastante precisas sobre onde estão esses recursos em que provavelmente ele deva ter atuado fora do Brasil...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Provavelmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...levando ou trazendo dinheiro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Provavelmente, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, Sr. Relator, eu queria pedir, com base nessa informação altamente relevante, que V. Ex^a nos ajudasse para que, na próxima reunião administrativa, o Sr. Rafael Lopez pudesse ser um dos convocados a vir depor pela relevância do depoimento que ele tem a dar para esclarecer como era o *modus operandi* das ações praticadas no exterior, que seguramente devem estar vinculadas às operações da própria Petrobras.

E por fim, na análise de sigilo da GFD – e eu não vou explicitar isso obviamente, porque estamos numa audiência aberta –, nós temos uma circunstância em que a sua empresa, que era prestadora de serviços da GFD, deposita quatrocentos e alguma coisa mil reais, um pouco mais ou um pouco menos desse valor, para não explicitar aqui. Por que, se a senhora prestava serviços, a senhora deposita na GFD? Por quê? Vamos dizer assim, a parcela remuneratória da sua empresa, a senhora mesma disse aqui, era R\$15 mil, por que, entre maio de 2011 e o mês de 2014, a sua empresa recebeu R\$1,1 milhão da GFD?

Essas duas explicações eu quero entender.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pois não.

Em relação a esses R\$400 mil, quando entrava algum dinheiro na minha conta, em relação à emissão de notas, o Sr. Alberto me pedia para que fizesse TEDs, pagamentos. Algumas TEDs, ele me pedia para que fizesse para a GFD, para ele cobrir saldo da GFD.

Em relação aos pagamentos que foram passados para a minha conta... Se o senhor observar, talvez tenha outros valores ainda da minha conta para a conta da GFD, por quê? Eles tinham um processo trabalhista decorrente da Controle Monitoramento de Veículos, que é em Goiânia. Então, a GFD foi condenada num processo trabalhista, eles estavam recorrendo, mas existia aquela penhora on-line. Então, eles não deixavam dinheiro na conta. Então, o que que eles me pediam para fazer? No fim da tarde, eles passavam o dinheiro que tinha na GFD para a minha conta, e, no outro dia, devolvia para a conta deles. Então, existem várias transferências. Em algumas ocasiões, eles transferiam o dinheiro no fim da tarde, e, no dia seguinte, eu fazia os pagamentos deles.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora... Só me permite aqui?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por favor, por favor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora, como contadora, não sabia que tudo isso era irregular?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sabia sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E como é que transfere o dinheiro de uma conta para outra, sem ter justificativa, sem ter prestado serviço, sem ter...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a transferência, Excelência, a transferência, ela era feita e voltava no mesmo valor. Foi uma condição que eles pediam, como um favor...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora fazia pagamentos para a empresa?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Algumas vezes sim. Eu fazia...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como outros pagamentos, outras...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso teria... Não. Algumas vezes eu fazia os pagamentos da GFD. O dinheiro da GFD...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se a Receita Federal fizesse uma análise nas suas contas, ia ver que havia inconsistências...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, porque aí existia o pagamento da GFD para a minha conta e o pagamento da minha conta de contas da GFD. Então, isso é compatível. É possível. Até porque alguns escritórios de contabilidade recebem o valor total do cliente e fazem pagamentos. Então, existe essa possibilidade de administração.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Uma pergunta complementar. Então, a senhora emitiu notas da... Porque, se a senhora recebe recursos na Arbore, a Arbore, em algum momento, emitiu notas para dar cobertura a alguma situação da GFD? É isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não, senhor. A GFD, quando existia...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E como é que o dinheiro chegava na sua conta? É isso que não estou entendendo?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD, especificamente, quando existia algum pagamento da GFD para a minha empresa, ou foram serviços efetivamente prestados... Então, existiam serviços pontuais, então eu tinha um valor mensal coberto por contrato, que era um valor mensal que eu recebia para fazer todas as empresas e quem pagava era a própria GFD. E existiam trabalhos pontuais que eram contratados. Por exemplo, um caso, um exemplo, essa empresa Controle Monitoramento de Veículos, meu escritório foi contratado para ir até Goiânia e fazer levantamentos, ajustes contábeis, e coisa e tal. Então, esses trabalhos, ele me pagava à parte.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Ah, entendi.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não estavam dentro do meu contrato. Então, existiam esses faturamentos. Em outros casos, houve este tipo de situação: eles transferiram o dinheiro da conta da GFD para a minha conta, para que não fosse bloqueado o dinheiro na conta deles...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Judicialmente.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ...e eu fiz pagamentos deles no dia seguinte.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Entendi. Está bom.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Estou satisfeito, Sr. Relator, acho que a Sr^a Meire contribuiu muito com a nossa investigação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só uma pergunta nessa linha ainda. A senhora tomou empréstimos para o Youssef também?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Tomei. Tomei um empréstimo no Banco Máxima. Era um valor... A Marsans estava precisando de caixa. Eles não tinham mais de onde tirar dinheiro, que foi logo quando saiu essa debênture. Houve a ideia dessa debênture de cinquenta milhões. Então, ele, o Youssef, e o Saul – que é o dono do Banco Máxima – me pediram para que essa operação fosse feita, em nome da minha empresa. Eu tomei o empréstimo com o Banco Máxima e repassei esse dinheiro para a Marsans. Foram R\$4 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é que repassa esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi feito um mútuo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora emprestou para ele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. O Banco Máxima fez o empréstimo, em nome da minha empresa, e eu fiz um empréstimo, em contrato de mútuo, para a Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora já pagou?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, a Marsans também não me pagou.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora não pagou o banco?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, há uma dívida, no banco, em seu nome...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Há, mas o banco tem consciência da operação que foi feita, de que foi feita uma operação para a Marsans. Então, no banco, até o momento, não há nenhum procedimento de execução.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora tem a expectativa de receber esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A Marsans faliu.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Faliu.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Banco Máxima.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E o Banco Máxima? Esse é de quem?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É do Sr. Saul Sabbá.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Está no esquema esse banco também?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Esse banco emitiu debêntures para a Marsans... Tinha algumas debêntures com a Marsans, mas eu não tenho conhecimento de que existisse algum outro tipo de negociação entre o Alberto e o Banco Máxima.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – E o banco não está lhe cobrando esse dinheiro?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Eles sabiam que esse dinheiro era para a Marsans. Eles sabiam.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, a senhora foi, na verdade, só um laranja no meio lá.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Eles sabiam que esse dinheiro era para a Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora, mesmo sabendo de tudo isso, fazia essas operações?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Fiz essa operação de empréstimo, sim. Ele tinha essa debênture de 50 milhões, onde ele tinha, praticamente, fechado esse negócio na Postalis, porque ele falou que ele já tinha a ponta de... Eram dois partidos, era o PT e o PMDB, mas se não me engano o PT era o diretor financeiro e o PMDB, presidente... Alguma coisa assim, eu não me lembro da ordem, Excelência.

Então, o que ele alegou foi o seguinte...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele quem?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Youssef.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O Youssef.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que o que ele tinha já, na Postalis, acertado... A ponta do PT já estava acertada, então, faltava ele acertar a ponta do PMDB. Então, assim que ele acertasse a ponta do PMDB, a Postalis faria um aporte de 25 milhões, que seria metade dessa debênture de 50 milhões. E, daí, ele resolveria todos esses problemas. E a Funcef ficaria com os outros 25 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso aconteceu?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, porque ele foi preso no dia 17 de março.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas isso é que seria utilizado para pagar o empréstimo...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Para pagar vários, fazer vários pagamentos da Marsans. Tanto que a Marsans faliu. A Marsans era uma empresa que vinha atravessando uma dificuldade financeira, e esses R\$50 milhões, que seria essa debênture, foi feito, exatamente, com a intenção de salvar a Marsans.

Esses 4 milhões foi uma coisa que eles precisavam, imediatamente, para pagar salários, para...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E esses 4 milhões saíram de onde?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Do Banco Máxima. O Banco Máxima...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O banco tinha o dinheiro disponível para fazer a operação?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Fez um empréstimo, uma operação de empréstimo.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. Relator, vamos começar, então, a relação da lista de inscritos. O primeiro inscrito era o Deputado Rubens Bueno, que permuta com o Deputado Domingos Sávio.

V. Ex^a, então, dispõe de cinco minutos ou dez minutos intercalados. Qual é a preferência? (*Pausa.*)

Dez minutos intercalados.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sim, dez minutos intercalados.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, só para registrar uma combinação, um acordo entre nós de absoluta transigência para que todas as perguntas sejam feitas com celeridade. O Deputado Rubens Bueno... Não o estou vendo aqui. Está atrás de mim? Então, ele ausente permutar com o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não foi ausente não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Estou só registrando que, da nossa parte, a anuência é total, como com a transigência do tempo, para garantir a celeridade dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr^a Meire, eu queria um pouco mais de ajuda nessa questão que a senhora acabou de relatar, porque, veja bem, a senhora falou do Banco Máxima...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ...emprestando 4 milhões que o banco, obviamente, sabia que não era para a senhora. Não deve ter nem se preocupado com qualquer, obviamente... Eu entendo que o cadastro da senhora é bom, mas 4 milhões, normalmente, é uma operação...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ...que não se faz tão corriqueiramente, e o fez, emprestando, efetivamente, para a Marsans.

Mas a senhora falou, também, que já havia – por informação dada pelo Sr. Youssef à senhora – um acordo com o PT e com o PMDB para que houvesse uma captação de 25 milhões na Postalis.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Aproveito, Presidente, para registrar uma preocupação nossa. Há dois ou três meses, tendo notícias de que a gestão da Postalis vinha agindo de forma temerária e irresponsável – isso, antes de ter conhecimento dessas notícias –, por denúncia de servidores, requeri, na Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara, que se convocassem os dirigentes da Postalis e o próprio ministro, para trazerem informações; e Ministro Mantega, porque está ligado a ele também. E, infelizmente, a Base do Governo travou, e o nosso requerimento não andou. Portanto, essa coisa de varrer para debaixo do tapete, com esse Governo que está aí, é comum. A gente está

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

tentando investigar, e a coisa acontecendo. Quase que saem esses R\$25 milhões, não fosse a prisão do Sr. Youssef. Estava programado, estava orquestrado, já tinha acertado com o PT e estava concluindo o acerto com o PMDB.

Quando ele falou acertado... A senhora chegou a ter alguma informação sobre esse acerto? Foi pagamento a alguém? Acordo? Que tipo de acerto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Foi assim. Na sexta-feira, dia 14 de março, eu estive com o Sr. Alberto Youssef de manhã, no café da manhã. Segundo ele, na quarta-feira, ele teria vindo para Brasília, porque ele tinha resolvido já com o PT a operação – a pessoa que estava lá na Postalis, que era nomeada pelo PT ia aprovar a operação. Então ele falou que isso ele já tinha resolvido, conversando. E ele precisava resolver ainda a ponta do PMDB. Então, no dia 14, ele disse que havia vindo para Brasília.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Teria ido, então, conversar com a Direção da Postalis.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não. Ele teria ido conversar com o Senador Renan Calheiros, segundo ele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com Renan Calheiros?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com Renan Calheiros.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Segundo ele – na sexta-feira de manhã, ele me falou no café da manhã –, ele teria vindo para Brasília na quarta-feira, que foi dia 12, e teria conversado, à noite dessa quarta-feira, com o Senador Renan Calheiros para acertar essa ponta que era o PMDB. Então, naquela sexta-feira, ele falou: "Então, até o final do mês, a operação com a Postalis vai sair." Que era metade da debênture, eram R\$25 milhões. E aí teriam mais R\$25 milhões que seriam aportados pela Funcef. Mas sobre esse eu não tenho conhecimento – como foi esse acordo com a Funcef.

Da mesma forma, Excelência, eu não tenho conhecimento de como foi o acordo com o PT ou com o PMDB. Então eu estou lhe dizendo exatamente o que era de nosso conhecimento...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O que a senhora ouviu dele?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora pode testemunhar ter ouvido dele.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não fui só eu quem ouviu dele. Outras pessoas também ouviram.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora se lembra de qual outra pessoa ouviu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência... Outras pessoas que trabalhavam lá. Ele não tinha essa preocupação...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Essa reserva?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Ele falava; ele falava, contava. Então, essa operação sairia.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E, nesse episódio específico que ele comentou com a senhora, havia mais alguém próximo quando ele comentou que a operação estava assegurada porque já havia conversado com o Renan?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Nesse dia, nós estávamos os dois no café da manhã. Mas eu suponho, Excelência, que se o senhor pegar outros depoimentos junto à Polícia Federal...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... junto à Polícia Federal, vai se identificar a mesma fonte.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... outras pessoas tenham falado a esse respeito.

Então, se o senhor me permitir, Excelência, só acrescentar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Perfeitamente, é muito importante.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, quando existe essa operação de R\$4 milhões, essa operação foi feita por mim, consciente, sim, para ajudar a Marsans, sendo que, assim que saísse essa operação de R\$25 milhões, ele já pagaria esses R\$4 milhões.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sim.

Sobre esse Banco Máxima. A senhora, como contadora, acompanhou alguma outra operação do Sr. Youssef com esse Banco Máxima, com esse Sr. Saul Sabbá?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Só em relação à Marsans. Ele teve lojas da Marsans, colocou câmbio nas lojas da Marsans.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Ah, sim. O banco colocou câmbio nas lojas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim. As lojas vendiam turismo e câmbio. Então o câmbio era por parte do Banco Máxima.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora tem alguma notícia se esse banco tem operações no exterior e poderia também ser usado nesse processo?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. O único conhecimento que eu tenho em relação ao Banco Máxima é que ele teria feito operações de debêntures – esse tipo de operação – com a Marsans. Ou seja, empréstimos, até, para a Marsans. Essas debêntures seriam conversíveis em ações.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Voltando à questão do Postalis. O Sr. Youssef disse que R\$25 milhões estavam assegurados – pelo menos já estava acertado com o Renan na visita em que ele veio aqui –, e os outros R\$25 milhões seriam com qual fundo?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Com a Funcef.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Com a Funcef?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Isso, com a Funcef.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Ele chegou a dizer se teve algum entendimento também já sobre esses outros R\$25 milhões?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. Sobre a Funcef, eu só sabia...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... que era o objetivo...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... que existiam R\$25 milhões que seriam colocados na Funcef. Mais nenhuma informação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O meu prazo vai ser pouco, então eu vou tentar ver se a senhora consegue nos ajudar.

É claro que nós teremos acesso, mais dia, menos dia, inclusive às delações premiadas, mas é natural que a senhora não se lembre, com detalhes, daqueles relatórios de quando a senhora emitia as notas frias. A senhora recebia o dinheiro e depois a senhora repassava para a empresa do Youssef. Mas, eventualmente, ele pediu que a senhora repassasse, a senhora chegou a citar o André Vargas, chegou a citar o Argôlo, chegou a citar o... O Negromonte, a senhora disse que foi outra operação que a senhora tomou conhecimento, como também a senhora tomou conhecimento do Land Rover de presente para o Paulo Roberto – aliás, essa turma gosta de Land Rover. A senhora se lembra, porque, na Polícia Federal, os relatórios foram apreendidos, que nominam para onde a senhora mandou – e a senhora mandou algumas TEDs também, e essas TEDs, eventualmente, foram para pessoas físicas ou para pessoa jurídica –, na Polícia Federal, e aí a coisa é mais recente, a senhora se lembra de ter sido indagada ou de algumas dessas pessoas físicas para quem foi TED serem pessoas públicas, ou um político ou ocupante de cargo público?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, que eu tenha conhecimento de bater o olho e saber quem é, foi mesmo só o caso do Deputado Luiz Argôlo, porque o sobrenome era idêntico. Então, eu sabia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora se lembra. Pode ter outros nomes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pode ser que tenha algum familiar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Agora, isso existe lá na Polícia Federal.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe na Polícia Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Está lá, tem os relatórios de para quem a senhora mandou as TEDs.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existe. Excelência, eu gostaria até de reiterar isso: em momento algum eu fiz nenhuma moeda de troca, haja vista que não tenho acordo de delação premiada, absolutamente nada disso. Não levei moeda de troca à Polícia Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Usaram os serviços da sua empresa.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A senhora cometeu ilegalidades nesse serviço, a senhora responde pelas ilegalidades.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, respondo.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O que a senhora está dizendo é que a senhora não ficou com esse dinheiro nem corrompeu ninguém, mas o dinheiro foi usado para corromper, e isso hoje a senhora sabe de maneira clara.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Dinheiro sujo, nota fria paga por empresa envolvida com o setor público. Ou seja, esse é o esquema. Não adianta tapar o Sol com a peneira. Aí, Presidente, ilustre Relator, confio e aproveito para deixar clara a minha confiança absoluta no Relator, na sua história. Nós estamos diante de algo dos mais graves. Se alguém pensou que a CPI dos Correios e o Mensalão foram o que havia de pior, nós estamos diante de algo pior, envolvendo mais roubo, mais dinheiro público. Se nós não agirmos com muita firmeza, nós estamos decretando, por fim, a falência absoluta das instituições deste nosso País.

Portanto, o que nós temos de maneira comprovada, com o depoimento da Srª Meire, é que empresas contratadas pelo setor público usavam o sistema de pagar notas frias para que esse dinheiro chegasse ao Sr. Youssef e ele pagasse as propinas. Ou seja, está absolutamente clara a roubalheira do dinheiro do povo brasileiro. Srª Meire, é esse o raciocínio?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, só uma coisa: essas empresas para as quais eu emiti nota, e emiti, de fato, eu não tenho conhecimento de que elas, por exemplo, o Grande Moinho Cearense, M. Dias Branco, IT7 Sistemas, Águas de Itapema, não tenho conhecimento de que elas tenham ligações com a Petrobras, por exemplo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Não estou dizendo que seja necessariamente só com a Petrobras.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Essas notas, que eu tenha conhecimento, são empresas privadas. Então, não tenho esse conhecimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Claro, claro, não tenho dúvida de que há roubalheira em cima do dinheiro público, além, é possível, de crime organizado em drogas, etc. Crime que é origem não há como ter dúvida. Nenhuma empresa, ninguém pega o seu dinheiro e paga uma nota fria por nada. Então, na verdade, a fonte aí pode estar comprometida com diversas origens de crime, mas, evidentemente, pelo envolvimento do Presidente do Senado, pelo envolvimento do ex-Diretor da Petrobras, pelo envolvimento de figuras notórias do Governo, pelo envolvimento do Líder e Vice-Presidente da Câmara, pelo envolvimento de figuras notórias, não tem como ter dúvida de que o dinheiro é roubo de dinheiro público com o tráfico de influência desses poderosos, e depois volta sob a forma de propina, seja dando Land Rover, seja dando helicóptero, seja pagando jatinho. É roubo, é roubo! E aí tentar adiar, postergar o enfrentamento disso é tentar fazer... E aí aproveito para reiterar, Presidente, o apelo para que venha o delegado que representa os policiais federais. Sabe por quê? Nós entregamos para a Polícia Federal, esta Casa, a questão da CPMI do Cachoeira. Aqui foi dito pela Srª Meire que algo que nós descobrimos na CPI do Cachoeira, que era uma empresa laranja, que está lá para a Polícia Federal concluir, procurou a Drª Meire, parece-me que é o Waldomiro Oliveira, não é isso?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Waldomiro Oliveira, da MO Consultoria, que uma empresa laranja que esta Casa descobriu que estava roubando dinheiro de alguma forma e entregando através da Delta, que é outra grande contratada do Governo, isso foi entregue à Polícia Federal. Pois bem, esse indivíduo foi lá contratar um escritório para desfazer as provas, essa é a verdade, para dar uma legalidade, para dar um formato legal ao que era ilegal. A Senhora não fez, mas ele queria que a Senhora fizesse isso. – Eu não tenho contabilidade de nada. Então, eu trouxe aqui e a Senhora vai dar um jeito de me ajudar, porque a fonte de dinheiro não bate com... Não era isso? A Senhora mesma disse.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Não tinha jeito de fazer aquela contabilidade. Então, Sr. Presidente, o que estamos tendo? Se esse povo continua solto, alguns sendo reeleitos agora, vão usar o tráfico de influência, o dinheiro roubado do povo brasileiro, para apagar as provas. Depois, chegam e enfiam o dedo na cada da gente e dizem: a oposição está inventando, quer manchar o nome da Petrobras, quer manchar o nome do Governo que aí está. Aliás, a Presidente chegou a dizer que ela está autorizando a Polícia Federal a investigar, o que dá a entender é que estão dificultando, primeiro porque não precisa de autorização, a Polícia Federal é de Estado, não é de partido. Agora, o que a gente vê, infelizmente, é que mesmo aquilo que nós já investigamos lá atrás com relação à Delta está parado. Agora, surpreendentemente, a gente não vê a coisa andar rápido com relação à Operação Lava Jato. Nós temos aqui o Brasil inteiro assistindo ao depoimento de uma Senhora contadora provando que há uma quadrilha roubando o dinheiro do povo brasileiro, onde há grandes figuras da República, do Presidente do Senado a ex-diretor da Petrobras, há deputados envolvidos, soltos sorridentes, dizendo que não há nada disso, que não é verdade. É verdade sim, são bandidos, precisam ser presos. Toda essa Operação não pode ir para debaixo do tapete. Mas, não basta isso, tem de mudar, senão vai ter outra. Não teve a Operação dos Correios e todo o Mensalão? Não teve o da Delta? Começou com a questão do Cachoeira, mas virou, o grande problema ali era a Delta e aquela história toda dos laranjas. Agora, é essa. Se não mudar, vai vir outra pior, e o Brasil está a cada dia afundando nos indicadores sociais, na qualidade de vida, na violência. Ou seja, nós estamos vendo o crime organizado, de certa forma, dirigir o Brasil. É hora de dar um basta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem de inscrição, nós temos aqui um Deputado que não se encontra mais, um segundo Deputado que também não se encontra mais, um quarto inscrito, que seria a ordem do sexto inscrito. Deputado Izalci Lucas, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu vou continuar reforçando, para que a gente possa esclarecer um pouco mais, essa ligação entre Mensalão e Petrolão. na prática é isso. Mais uma vez a gente descobre a mesma característica da Operação. Vem aí o Banco Máxima, que fazia exatamente a mesma coisa que fizeram com o Banco Rural. Os donos do Banco Rural estão presos exatamente porque havia isso, financiamentos, empréstimos fictícios. Então, da mesma forma que V. S^a acaba de dizer que fez um

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

empréstimo de R\$ 4 milhões e o Banco Máxima sabia disso e não cobrou, é porque o Banco Máxima fez exatamente o que o Banco Rural fez na época do Mensalão, empréstimo fictício. V. S^a poderia informar se tem conhecimento de que tenha havido outros empréstimos, além do feito pela empresa de V. S^a?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, esse empréstimo que foi feito foi efetivamente colocado na Marsans... Não é que foi feito um empréstimo para se sacar dinheiro. Esse empréstimo foi feito e foi efetivamente transferido para a Marsans, que precisava pagar a folha de salários, precisava fazer pagamentos e não tinha dinheiro. Os outros valores que o Banco Máxima fez em relação à Marsans, que, se não me engano, teria mais 23 ou 25 milhões, que foram emprestados para Marsans, através de uma operação de debêntures, essas debêntures eram debêntures conversíveis em ações... Então, essas operações foram operações legítimas, que o dinheiro entrou de fato na Marsans. Então, só para esclarecer: independente das atividades ilícitas do Alberto Youssef, a Marsans era uma empresa boa. A Marsans desempregou muita gente agora. Ela tinha lá cento e tanto funcionários, com famílias, que trabalhavam lá. Ela vendia pacotes de viagem. Então, era uma empresa que existia de fato e de direito. Então, só para deixar claro. Esse dinheiro do Banco Máxima que entrou na Marsans foi utilizado na Marsans. Da mesma forma, o dinheiro do FIP, 23 milhões, que foram aportes de institutos de previdência, independente se é lícito ou ilícito pagar a comissão, veja só, o dinheiro entrou de fato na Marsans e foi utilizado na Marsans. Então, a Marsans era uma empresa à parte de todo esse esquema.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A Marsans, só o fato de pagar uma comissão de 10% de captação já prova realmente que alguma coisa está equivocada. Mas quero dizer o seguinte: vamos entrar aqui... Os grandes investidores da Marsans e outros que existem por aí, Banco Máxima, são os fundos de pensão. E eu posso dizer aqui que tão grave ou mais grave que essa questão da Petrobras é essa questão dos fundos de pensão. E vou dizer aqui... A Postalís... Estive recentemente, visitei a diretoria da Postalís. A Postalís cobra dos seus trabalhadores uma parcela, e esse mesmo valor o Correio também deposita. Na hora de fazer o investimento, aquela contribuição dos funcionários é feita em investimentos de pouco risco, conservadores, como poupança etc. Aquilo que é contribuído pela empresa é de alto risco. Aí a gente percebe realmente que esse valor é todo ele manipulado ou indicado pelos próprios diretores, que foram indicados pelos próprios governantes. Eu tenho aqui inclusive um processo, que estava no Tribunal de Contas da União... Todo o esquema dos fundos de pensão, exatamente de uma ação proposta por um fundo de pensão do Canadá, de professores do Canadá, que o Governo, através do fundo de pensão da Eletrobras, deu um cano por não pagar os rendimentos da debêntures. Então, ele mostra todo um esquema como funciona a questão dos fundos de pensão. Ou seja, o Poder Público, na figura do Presidente, da Presidenta, que indica todos os conselheiros dos fundos de pensão, e aí podemos verificar que a maioria dos fundos está quebrando neste País exatamente por isso, por indicação e até uma forçação de barra para investirem em moedas podres ou investimentos podres como esses, e como foi dito aqui... Da Postalís, a previsão era de 25 milhões, do Funcef, mais 25 milhões. Eu perguntaria: esse do Funcef, 25 milhões, o intermediário foi exatamente o nosso Deputado André Vargas?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da Funcef, não tenho conhecimento, Excelência. Eu só soube que a Funcef faria mais 25 milhões. Quem intermediou eu não sei.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a disse que o PT já estava acertado e que o PMDB faltava acertar. Disse agora que Renan Calheiros...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Isso na Postalis.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A Postalis. Renan Calheiros responderia pelo PMDB. Quem é que acertou pelo Partido dos Trabalhadores?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu não posso afirmar. Eu creio, pela proximidade que tenha sido, que possa ter sido o Deputado André Vargas. Na ocasião, quando ele falava do PT, me remetia a pensar no Deputado André Vargas. Mas eu não posso afirmar. Ele nunca falou com quem é que estava acertada a parte do PT.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, está muito claro que o sistema de fato, o sistema de corrupção começava pelo superfaturamento. Depois, as empreiteiras pagavam para os fornecedores maiores, e esses fornecedores maiores contratavam então as empresas fantasmas de consultoria. Num determinado momento, e V. S^a fez esse depoimento que, quando Youssef teve um infarto, tinha uma dívida com a Camargo Correia de 12 milhões, como disse V. S^a.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tentou emitir uma nota do teu escritório...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas a própria empresa parece que não aprovou ou V. S^a, o escritório, não era compatível o valor da nota com a atividade de V. S^a. Pelo menos é o que foi dito no...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tem conhecimento sobre se esses 12 milhões ou esses dois milhões foram pagos através de outro mecanismo? Qual foi o mecanismo utilizado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, o que ouvi dizer, segundo eles, os dois milhões foram pagos. Eu não sei lhe dizer como.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. Ex^a não sabe se foi MO, se foi outra...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não sei lhe dizer como. O que eu soube é que...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual foi a alegação para não receber a nota da Arbor?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, na ocasião, para mim era uma condição muito ruim, porque eles precisavam sacar dois milhões. Então, eu não me senti confortável em fazer. E, para a Camargo também foi uma situação meio

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

desconfortável, eles encontraram uma outra forma de pagar, mas não sei lhe dizer qual foi a forma.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a, como técnica que é e sabendo de todas essas transações que foram feitas, dessa artemanha toda que foi utilizada, com empresas fantasmas, com terceirização, uma forma de desvirtuar completamente o caminho, para a gente não poder encontrar realmente a forma como foi feita, poderia dizer se realmente aquilo que tem sido falado aqui pela Base de Governo, que isso aqui seria manipulação, questão eleitoreira da oposição... V. S^a pode confirmar que era realmente um esquema criminoso que vinha acontecendo com isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, na minha visão, era um esquema criminoso, não tem absolutamente nada de eleitoreiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a chegou a elaborar algum contrato ou participou da análise de algum contrato de mútuo, na tentativa de justificar a saída do dinheiro?

Eu sei que V. S^a não pôde fazer a contabilidade da MO, porque as notas emitidas eram com valor tão alto e que a saída que era sacada da boca do caixa precisa ter o comprovante da saída. Algumas coisas foram tentadas, eu sei, como, por exemplo, a tentativa de buscar contrato de mútuo, de fazer alguma coisa. Quais foram os mecanismos que vocês utilizaram ou tentaram utilizar, para tentar fazer a contabilidade da MO?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu, particularmente, nenhum. Da mesma forma que os documentos foram entregues na minha empresa, eles foram retirados pela Polícia Federal, até porque me parece que o Sr. Waldomiro, nesse caso da RCI, saiu da CPI, não teve mais nenhum envolvimento com esta CPI. Daí ele deixou os documentos lá, nunca mais se preocupou com isso. Então, os documentos que estavam lá, não houve nenhuma tentativa de que fosse feito qualquer tipo de acerto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Agora, o estranho é que as empresas de consultoria, quando emitem nota... Se for consultoria, auditoria, são retidos na fonte 1,5% de Imposto de Renda mais o PIS/Cofins.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – As notas de V. S^a, não, porque eram de contabilidade. Ou tinham retenção?

(Soa a campainha.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não tinham retenção.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não tinham retenção. É microempresa? É empresa de pequeno porte?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, me desculpe, com todo o respeito, mas parece que o foco da CPI é a minha empresa...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... porque a gente tem falado reiteradamente disso. Parece que se perdeu o foco do que era de fato – desculpe-me, com todo o respeito –, e parece que o foco ficou sendo... Nós estamos falando de 10 bilhões, mas parou em sete milhões. Os sete milhões... Eu sou a grande criminosa...

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não, não, de forma alguma.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A impressão que está dando é essa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que nós... Não.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A gente fala... A gente está batendo nessa tecla, o tempo todo...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não é isso. O que nós queremos saber...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... as notas que eu emiti. Então...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Meire, não é isso, não. O que nós queremos saber é para onde foi o dinheiro, e quem sabe para onde foi o dinheiro foi quem emitiu as notas.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, só que as notas que eu emiti, Excelência, não foram emitidas para a Petrobras, nem para a Camargo Corrêa, nem para a OAS.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu sei. Foi para as fornecedoras da Petrobras.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Foi basicamente para Conasa, Águas de Itapema, Grande Moinho Cearense, M Dias Branco e... Qual era... E IT7 Sistemas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas e a MO?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A MO não é empresa minha. Eu nunca emiti nota para a MO. A minha empresa nunca emitiu nota para a MO. A MO, eu não fazia a contabilidade dela. Eu tive conhecimento por ter contato com algumas notas dela. Tudo isso está no inquérito. Ela, sim, emitiu notas. Creio que tenha emitido para a OAS, para outras empresas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu tenho. Foram 56 milhões. Está aqui: 56, 7 milhões.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu tinha lido 90 milhões.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Deixe-me só... É porque as notas da MO, por ser consultoria, deveriam ter uma retenção de Imposto de Renda. V. Sª...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não sei se... Eu não me lembro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. Sª foi procurada para fazer a contabilidade e deve ter tentado fazer.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nessa tentativa, V. Sª teve conhecimento da nota.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, tive contato com as notas. Não me lembro visualmente de ver se existia ou não.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a sabe se essas empresas estão sendo fiscalizadas, se houve alguma autuação?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha conhecimento, não, porque não tenho mais contato com o Sr. Waldomiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas nessa tentativa de fazer a contabilidade da MO, V. S^a analisou pelo menos algum contrato de mútuo que foi feito.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência, eu peguei os extratos bancários e pedi que ele me entregasse o suporte, os documentos que comprovavam todas as saídas.

Ele não tinha esses documentos. Eu peguei e deixei tudo lá e falei: "O dia que o senhor tiver esses documentos, o senhor, por favor, me traga e eu faço a sua contabilidade". Ele nunca mais apareceu. Eu pedi reiteradas vezes que ele as retirasse – eram caixas grandes –, eu pedi algumas vezes para que ele retirasse aquelas caixas do meu escritório, e as caixas foram ficando lá.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E no caso da GFD?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – A GFD, sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Era emitida nota fiscal?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Existia a retenção de imposto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Existia a retenção de imposto?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, existia a retenção.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a fazia a contabilidade dele na época?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, fazia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a fazia da CTF, a DIF também?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Comunicava isso à Receita Federal?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E ela não foi fiscalizada? Não está sendo fiscalizada?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, ela está sendo agora. Nesse momento ela está sendo fiscalizada. A Receita Federal, inclusive, intimou o Sr. Carlos Alberto na carceragem da Polícia Federal e deu um prazo de 20 dias para ele juntar toda a documentação para atender à Receita Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O. k..

O. k., Sr. Presidente.

Esgotou o meu tempo? Ainda tenho tempo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já esgotou há algum tempo.

Eu gostaria, agora, de passar, então, para o próximo inscrito, o nobre Deputado Domingos Dutra.

V. Ex^a tem a palavra.

Vai usar qual modelo? Dez minutos corridos, né? *(Pausa.)*

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Está bem.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Sr. Presidente, primeiro, só para constatar que, como eu não faço parte da CPI, a gente pena. Mas como esta CPI é importante e tem envolvimento do meu Estado do Maranhão, estou sendo, talvez, o último.

Quero aqui apenas fazer uma constatação de que a definição de crime organizado as pessoas não conseguem entender lendo o Código Penal. Esta audiência está sendo pedagógica para que aqueles que estão nos assistindo entenderem o que é crime organizado. É uma organização criminosa que envolve contador, político, partido, banco, empresas variadas.

Uma coisa curiosa é que nessas organizações criminosas há fantasmas que chupam laranja e comem maçãs. Pelo menos é o que se viu aqui. Então é algo só, talvez, no Brasil. Fantasmas que chupam laranjas e gostam de maçãs.

Eu queria dizer à Sr^a Meire que eu sou do Maranhão, um dos Estados dos piores indicadores sociais. Só para dar uma indicação para a senhora, eu tenho ouvido, ao longo desses três meses, citações de bilhões: um bilhão na Pasadena, um bilhão e meio na do Maranhão, sete milhões que a senhora emitiu nota, ou seja, parece que, para uma minoria de brasileiros, tratar de milhões e de bilhões é como quem tira água do pote. É uma facilidade.

Eu queria dizer a senhora que, dos indicadores sociais do Maranhão, uma quebradeira de coco babaçu – não sei se a senhora conhece?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – É uma palmeira que só tem no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins –, passa-se o dia inteiro no cocal para quebrar 10 quilos de coco. Um quilo de babaçu vale R\$1,00. Ou seja, uma mulher, quebradeira de coco, no Maranhão, ganha por dia R\$10,00. Se ela trabalhar os seis dias na semana, vai ganhar R\$240,00 no mês! E, no ano, ela vai ganhar R\$2.400,00. Se ela trabalhar 50 anos, ela vai ganhar R\$140.000,00, em 50 anos! E talvez R\$140.000,00 era o que o Youssef, a senhora e outros gastavam em uma noitada em algum lugar deste País ou do exterior. Só para que a população se revolte de que a pobreza, neste País, tem como uma das causas a corrupção. Meia dúzia de brasileiros brincam de milhões. Gastam R\$5 milhões em uma dose de uísque envelhecida. Enquanto isso, muitos brasileiros têm que trabalhar 50 anos para poder ganhar R\$140 mil.

Como eu já lhe disse, eu sou do Maranhão. O Sr. Youssef foi preso no Maranhão em um hotel próximo do Palácio do Governo, e diz a imprensa que o Sr. Youssef foi lá levar uma mala de dinheiro, propina, parte de um acordo pelo pagamento de R\$120 milhões que o Governo do Maranhão estaria pagando à empresa Constran. A imprensa já revelou que o Sr. Youssef chegou ao hotel de madrugada, com duas malas, se hospedou, com as duas malas e, em seguida, deixou a mala de roupas e levou a outra mala, que a entregou em um outro apartamento, e essa mala estava carregada de dinheiro, que era parte de uma propina para entregar ao governo do Maranhão e à autoridade do governo do Maranhão.

Objetivamente, queria saber da senhora: o que a senhora sabe a respeito dos negócios que o Sr. Youssef tinha envolvendo autoridade do Maranhão?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Pois não.

Excelência, antes só um comentário: eu nunca gastei R\$140 mil numa noitada. Eu trabalhei a minha vida inteira, e o patrimônio que eu tinha antes de conhecer o Sr. Alberto Youssef é o mesmo patrimônio que tenho hoje, inclusive um financiamento que eu pago mensalmente. Só para deixar isso claro.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora não participou, mas a senhora colaborou para que muitos, porque...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Mas nunca gastei R\$140 mil.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... só que a senhora está confessando que emitiu notas falsas de R\$7 milhões, com certeza os beneficiários dessas notas devem ter feito muitas noitadas em Paris, Rio de Janeiro e assim por diante.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ah, sim. Provavelmente eles tenham feito, mas não me convidaram, Excelência. Com certeza...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Mas se tivessem convidado, a senhora iria, né? Porque emitiu notas...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Dificilmente, eu tenho uma filha para criar, Excelência...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... a senhora emitiu notas...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ... Eu tenho uma filha, eu não iria.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... a senhora emitiu nota de R\$7 milhões para ir tomar uma dose de whisky envelhecido, acho que...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não bebo, Excelência, eu não bebo.

Mas em relação ao Estado do Maranhão, é fato, existia uma dívida do Estado do Maranhão, um precatório no valor de R\$120 ou R\$123 milhões. E a Constran tinha pressa em receber esses R\$123 milhões.

O Estado não poderia pagar diretamente à Constran à vista. Não sei lhe dizer porquê. Foi sugerido que o instituto de Previdência, foi sugerido que o Alberto criasse um mecanismo de fundo de investimento para que o instituto de Previdência aportasse esses R\$120 milhões num fundo de investimento. Esse fundo de investimento teria que ter um mecanismo que conseguisse repassar esse dinheiro para a Constran. Porém, do outro lado, a Constran faria um acordo de recebimento do precatório em 24 meses, e, conforme o Estado fosse pagando à Constran, a Constran devolveria esse dinheiro para o fundo de investimento, que devolveria esse dinheiro para o RPPS, para o instituto de Previdência. Não deu certo essa forma, não deu certo. Então, eles decidiram fazer direto um acordo de pagamento em 24 parcelas.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Qual o valor da parcela?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não me lembro, Excelência. Eu tenho...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – São R\$120 milhões o total.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É isso. Mas eu tenho até o valor em algum lugar, mas eu não me lembro dos valores das parcelas. Esse acordo foi feito entre o Estado do Maranhão, o governo do Estado do Maranhão e a Constran. Então, me foi dito, segundo Alberto Youssef, ele pagaria no governo do Maranhão R\$6 milhões, e que, desses R\$6 milhões...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Seis milhões de recompensa.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Desses R\$6 milhões, o que eu soube, é que foram pagos efetivamente R\$4,6 milhões. E faltaria ainda uma parcela de R\$1,4 milhão.

Nesse dia em que o Sr. Alberto foi preso no Estado do Maranhão, ele estaria levando R\$1,4 milhão, e ainda faltaria mais R\$1,4 milhão para fechar esses R\$6 milhões.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora disse que participou da reunião dessa negociação, a senhora pode precisar melhor quem participou, quem do Maranhão fazia parte representando o governo do Estado?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Eu não participei da negociação de parcelamento do precatório.

Quando eu estive no Estado do Maranhão, se não me falha a memória, foi no dia 10 de setembro, com o Sr. Alberto. Fomos eu, o Sr. Alberto Youssef, duas pessoas de uma empresa de investimentos e mais um rapaz, chamado Marcão, que é o que estava no hotel com ele depois.

Quando nós fomos, foi com a intenção de entender. Na verdade, a gente não sabia ainda a intenção real deles. O que havíamos entendido é que existia um precatório e que eles pretendiam, a Constran pretendia fazer um fundo, constituir um fundo com esse precatório. Então, quando nós fomos lá, nós fomos falar a respeito de constituição de fundos de investimento. Então, nessa reunião, quem participou foi o Sr. João Guilherme, em primeiro lugar estava...

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – João Guilherme Abreu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – João Guilherme Abreu.

Eu estive no gabinete dele. Eu, Alberto Youssef, o Marcos, e esses dois rapazes dessa empresa especializada em investimentos, estivemos lá, quando estavam ele, o Sr. João Bringel, tinha mais uma pessoa ou duas do instituto de Previdência do Maranhão, e tinha, também, uma Procuradora de Estado. Eram essas as pessoas que estavam.

Isso foi feito na parte da manhã.

Conversamos, inclusive, essa pessoa do instituto...

(Soa a campanha.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – ...de Previdência disse que "instituto de Previdência não pode investir em nenhum tipo de fundo que tenha o papel do próprio Estado nele". Então, isso foi conversado. Saímos para almoçar. Eles pediram para que nós retornássemos na parte da tarde, numa reunião da qual participaram mais pessoas, menos o Sr. João Guilherme Abreu – ele não participou dessa segunda reunião, mas o Sr. João Bringel participou. Nós fizemos essa segunda voltada a um investimento em que o instituto de Previdência do Estado do Maranhão pudesse fazer um aporte.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Então, não foi nessa negociação do precatório.

Então, isso não deu em nada, não havia nenhum tipo de investimento que o RPPS pudesse fazer.

Acabou a reunião.

Posteriormente, o Sr. Alberto disse-me que haviam fechado esse acordo, o que, depois, eu constatei, de fato – a gente consegue pegar, visualizar esse extrato. Então, foi quando ele me disse que haviam fechado esse acordo e que ele pagaria R\$6 milhões.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora saberia informar se esse dinheiro do pagamento, a senhora está dizendo que o acordo da propina era R\$6 milhões. Foram pagos R\$4,6 milhões.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – O Sr. Youssef, quando foi preso – dentro daquela mala –, tinha R\$1,4 milhão.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – A senhora sabe a origem desse dinheiro, de onde saiu?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, pelo que eu sei, pelo que eles falavam, a Constran recebia as parcelas e providenciava o dinheiro, entregava para o Sr. Alberto Youssef e ele mandava para o Estado do Maranhão.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Esse dinheiro não teve nenhuma nota da sua empresa?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que eu tenha... Não. Não.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – E a senhora sabe se, além do Sr. Youssef, que esteve lá, mais alguém levou recurso para pagar essa propina? O Sr. Adarico...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Sr. Adarico, eu soube que o Sr. Adarico teria ido lá levar R\$300 mil.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – O irmão do ex-Ministro.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Exatamente. Adarico Negromonte.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – E é verdade que, quando o Sr. Adarico foi levar esses R\$300 mil, ele teve a maior dificuldade de entregar a mufunfa, porque a Governadora considerava que era pouco e que estava fugindo do acordo total?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, isso quem me contou foi o Sr. Adarico, no meu escritório, depois de deflagrada a Operação Lava-Jato. Ele esteve no meu escritório e me contou que havia ido até o Estado do Maranhão entregar R\$300 mil, e a pessoa, ele não me falou quem foi a pessoa que ia receber, disse que aquilo era pouco, mas que entraria em contato com a Governadora para ver se ela aceitaria receber R\$300 mil. E, aí, aceitou. Ele deixou esses R\$300 mil.

Então, isso quem me contou foi o Sr. Adarico Negromonte, que contou isso a mim, lá, no meu escritório.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Além dessa questão do precatório, a senhora tem alguma informação sobre o envolvimento do Sr. Youssef com a Refinaria de Bacabeira?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Presidente, obrigado.

Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos, Deputado.

Agora, o próximo a fazer uso da palavra é o Deputado Marcos Rogério, pela Liderança.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – É rapidinho?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não vou demorar. É menos de um minuto. Apenas para aduzir, aqui, ao que nós já falamos anteriormente com a depoente, saudando, aqui, esse esforço. Estou muito preocupado, inclusive, com relação à segurança dela. Quero alertar o Presidente, a Mesa e esta Casa. Estou preocupado com a segurança da Meire Poza.

Então, acho que alguma providência precisa ser tomada, porque está prestando um serviço, e, nesse País, infelizmente, quadrilha que toma conta do poder, todos nós estamos inseguros. Todos nós. Imagine a situação dela.

Mas eu tenho, aqui, a cópia, um documento que mostra que, no caso, lá, do depoimento de 2012, do Sr. Marcos Valério, nós temos, aqui, a presença do Sr. Breno Altman, lá atrás, na ocasião do assassinato de Celso Daniel – de Celso Daniel.

Está, aqui, no depoimento, de R\$6 milhões, o Sr. Breno Altman, com o Sr. Ronan Pinto, juntos, arrecadando, arrumando o dinheiro para comprar o *Diário do ABC*, a campanha, para poder chegar a exatamente quem era o grande culpado da morte de Celso Daniel.

Então, o envolvimento desse.

Eu só... E eu, também, já tenho, aqui, uma convocação, Sr. Presidente, do Sr. Breno Altman, aqui, para a CPI. Vamos pedir a quebra do sigilo bancário.

Eu só gostaria de saber se esse é o Sr. Breno Altman que está aqui, ao lado do José Dirceu, sendo preso pela Polícia Federal, com o braço erguido aqui, com aquela posição? Eu lhe mostro, eu lhe mostro.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – É esse. É o primeiro. Esse de camisa vermelha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Breno Altman sendo preso junto com o José Dirceu, sendo preso não, acompanhando o José Dirceu à prisão. É o mesmo que veio lá de Celso Daniel.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Só falta ele, né?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agora,...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Acho que ela não respondeu à minha pergunta se o dinheiro, aqueles R\$15 mil, que era o famoso prêmio do mensalão, se era em real ou se era em dólar.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ele fez pagamento em real... Eu fui três vezes. Parece-me que foram duas vezes em real. Eu não conferia, Excelência. Eu pegava e entregava. Mas a primeira vez eu sei que foi em real, porque ele entregou uma pasta com muito dinheiro, e eu acho que a última vez foi em dólar. Duas vezes em real e uma em dólar. Foi alguma coisa assim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quer dizer, era a corrupção e a propina universal, com dólar, real, enfim, global. É isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim o nosso último inscrito, o Deputado Marcos Rogério.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, pela ordem. Eu estou inscrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe-me. Então, o penúltimo inscrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Meire Poza, que comparece a esta CPMI, para prestar também informações ao País, depois de ter feito revelações importantes ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em um processo em que este Parlamentar é Relator. Considero extremamente importante a presença da depoente nesta CPMI.

Eu farei alguns questionamentos, Sr. Presidente, e, ao final, pediria a V. Ex^a que considerasse o meu tempo de Liderança, pois também estou inscrito, para fazer algumas ponderações. Nesse momento o Sr. Youssef está preso e sabe-se que fechou acordo de delação premiada.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Pergunto: existem provas que liguem os altos funcionários da companhia Petrobras, indicados pelo Governo com negócios de Youssef? É possível que nesse processo de delação haja a comprovação da participação de pessoas ligadas ao alto escalão da companhia no esquema do doleiro? Essa delação pode revelar isso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, mais uma vez, essa seria a minha opinião pessoal, eu não tenho conhecimento disso. Esse assunto, Petrobras, o Alberto sempre tratou de forma sigilosa com o Paulo Roberto. Pelo que eu tenho visto, eu acredito que possa haver. Mas essa é só a minha opinião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O.k..

A senhora afirmou, em depoimento ao Conselho de Ética, que o Sr. Youssef era um banco. Segundo a senhora, ele emprestava, pagava, ajudava, inclusive Parlamentares,

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

e que, para isso, mantinha empresas de fachada que eram usadas em seus esquemas. A senhora sabe informar desde quando o Sr. Youssef operava esse esquema com envolvimento tanto de servidores de empresas quanto benefícios a Parlamentares?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, eu comecei a prestar serviços para a GFD Investimentos em junho ou julho de 2011. Até então eu não tinha conhecimento da existência do Sr. Alberto Youssef. Só alguns meses depois eu soube da existência dele. Eu o conheci pessoalmente e comecei a ter convívio com ele em setembro de 2012. Então, a partir daí algumas coisas eu vi, ouvi, outras eu deduzi, mas eu não sei lhe dizer desde quando. Eu sei da história dele desde o Banestado, creio que todos saibam, mas eu não sei lhe dizer desde quando ele vinha fazendo isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – A senhora afirmou à revista *Veja* que Youssef tirava a maior parte de seu lucro vindo principalmente de transações que envolviam a Petrobras. Qual era a natureza desses negócios com a companhia? Quem eram os operadores do negócios de Youssef dentro da companhia?

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Guido Mantega, tinha conhecimento desses negócios? A senhora sabe informar? Sabe dar maiores detalhes sobre isso?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, mais uma vez, Excelência, eu creio que a revista *Veja*, minha conversa com o jornalista, tenha algum engano, talvez algum exagero, porque eu não tinha essa participação dos negócios do Alberto com a Petrobras.

Então, eu realmente não sei lhe responder dessa ligação Guido Mantega. A minha ligação com ele nunca chegou nesse nível de Petrobras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Além dos já citados, a senhora disse, em depoimento no Conselho de Ética que outros Parlamentares teriam recebido dinheiro do Sr. Youssef. Qual são esses Parlamentares?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Bom, o que eu tenho conhecimento foi, lá no Estado do Maranhão, houve essa... desculpe, a governadora, né, disse que está envolvida; o Deputado André Vargas, Luiz Argôlo, Mário Negromonte. E houve a primeira negociação, isso até eu gostaria, se o senhor me permitisse eu gostaria de esclarecer, essa primeira operação, negociação que houve em relação ao Deputado Cândido Vaccarezza, que a *Veja* diz que o Vaccarezza me procurou para fazer negócio com o Alberto Youssef, e eu disse no Conselho de Ética que não, que não foi isso que aconteceu. Então, em 2011, o Assessor do Deputado Cândido Vaccarezza, o Sr. João Lima, me procurou, em 2011, e perguntou, ele sabia que eu tinha contatos com agentes autônomos de investimento, e ele falou que ele teria algum espaço para fazer operação no Igeprev, no Tocantins, e se haveria algum agente autônomo que tivesse algum fundo para colocar lá, porque eles precisavam da comissão para pagar a dívida de campanha.

Essa primeira operação não teve absolutamente nada a ver com Alberto Youssef. Foi uma operação intermediada pelo Sr. Ari Ariza, da Brasprev. Ele fez essa operação direto com o Maranhão, desculpe, com o Tocantins, ele que fez o pagamento, enfim, não sei se o Sr. João Lima pagou dívida de campanha. Posteriormente, esses mesmos

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

personagens fizeram a operação de R\$13 milhões, que, na verdade, era uma operação de R\$30 milhões, só que o Igeprev fez só R\$13, assinou o boletim de subscrição de R\$30 milhões, mas aportou apenas R\$13 milhões. Eu não participei, eu só tive conhecimento dessa operação do Igeprev depois que ela aconteceu. Porém, como os personagens eram os mesmos, eu posso supor, não posso garantir, não posso afirmar, foi essa a minha conversa, pode ser que o mesmo assessor do Deputado Cândido Vaccarezza tenha também participado da intermediação dessa operação de R\$13 milhões entre, aí sim, o fundo que era de propriedade do Alberto Youssef e o Igeprev Tocantins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a mencionou há pouco, no tocante ao esquema dos precatórios, que ao Maranhão havia uma previsão de pagamento de R\$6 milhões e que foram pagos 4,6 milhões. Mas não declinou quem foram os beneficiários. Quem recebeu esse dinheiro?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu não sei lhe dizer, Excelência, porque eu, em momento algum, fui levar ou eu negocieei, eu nunca fiz isso. Então, só quem poderia lhe responder, de fato, foram as pessoas que foram lá entregar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Mas essa transação ocorreu?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Ocorreu a transação. Quando eu estive lá, a minha conversa lá foi com o Sr. João Guilherme Abreu, com o Sr. João Brígido e outras pessoas de lá. Agora, quem recebeu esse dinheiro eu não sei lhe informar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Foi dito por V. S^a que as empresas OAS e Camargo Corrêa eram usadas para repassar dinheiro para políticos. Há mais empresas envolvidas ou apenas essas duas? V. S^a mencionou, no início da sua fala aqui, outra empresa: Mendes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Quem afirma que essas empresas...isso também saiu nessa primeira matéria da revista *Veja*, que essas empreiteiras seriam usadas para repassar dinheiro para a Camargo Corrêa, desculpe, para a Petrobras. *Veja*, eu não sei se essas empresas aparentemente, pela MO, vendo as emissões de notas da MO, me parece que houve sim. As empreiteiras que trabalharam com Alberto Youssef foram Mendes Júnior, OAS, UTC/Constran, Camargo Corrêa, que ele tinha contato, Engevix. E quem trabalhava também com ele era Sanko Sider, que não é uma empreiteira. Que eu tenha conhecimento. Outras empreiteiras podem ter feito negócios com ele. Essas são as que tenho conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Indago V. S^a: como contadora deve ter relação de tudo que foi pago e recebido, tem como disponibilizar para a CPMI esses documentos?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Da GFD? Esses documentos da GFD, Excelência, entenda, todos eles foram apreendidos pela Polícia Federal. Então, eu não tenho mais a posse desses documentos. Mas está bem simples de ver no inquérito. Eles têm... Já tem tudo isso no inquérito. Eu não tenho mais a posse desses documentos, infelizmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Duas perguntas para concluir.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Foi procurada por alguém ou por algum representante do Governo, quando convidada para vir a esta CPMI, ou por alguém ligado à Petrobras?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, nunca. Nunca fui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O advogado que lhe acompanha foi contratado por ti ou oferecido pela Comissão?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, o advogado que me acompanha é uma pessoa que eu já conhecia há muitos anos. Ele veio especificamente para me acompanhar nesta CPI.

Agora, se o senhor me permite, em relação a essa procura e tal, o que houve em relação a mim foi retaliação. Então, uma das retaliações que ocorreram – que acaba sendo até engraçado, porque eu figuro como testemunha deste processo e sei de casos antigos onde isso não aconteceu –, o Banco Bradesco me pediu para que eu encerre a minha conta lá. (*Pausa.*) (*Risos.*)

Pedi para que eu encerre a minha conta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não é pessoa muito bem-vinda ao Banco?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não sou mais. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Está bem.

Sr. Presidente, eu não farei mais questionamentos à Sr^a Meire Poza. Eu pediria a V. Ex^a que, como solicitei no início, considerasse agora o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, uma matéria publicada na revista *Época*, está na opção *online*:

Na delação premiada, Paulo Roberto Costa revela que os contratos da Petrobras eram superfaturados entre 18% e 20%. Paulo Roberto Costa afirmou que fraudou licitações nas duas maiores obras da estatal. Ele dá nome aos lobistas, diretores de empreiteiras, funcionários e partidos que recebiam o dinheiro.

O que se percebe, Sr. Presidente, é que na Petrobras se instalou uma verdadeira quadrilha com o propósito de fraudar a empresa, beneficiar aliados e expor uma companhia que é orgulho nacional. É nosso dever investigar, apontar quem são, como agiam e em nome de quem agiam os criminosos instalados na Petrobras.

Aqui, Sr. Presidente, não se trata de a Oposição acusar, e a Base governista defender, porque não se trata de Governo ou Oposição. O nosso lado é e deve ser o lado do povo, que quer a verdade e tem pressa, Sr. Presidente.

Não podemos premiar a malandragem. Não podemos premiar a esperteza. Não podemos premiar a impunidade. Quem deve tem que responder na medida da sua culpa. E é papel desta CPI esclarecer ao povo brasileiro o que verdadeiramente aconteceu dentro da maior empresa deste País, que, repito, é orgulho nacional, símbolo de orgulho nacional e que neste momento, a partir das notícias, dos fatos e das constatações – porque aqui não são mais

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

apenas cogitações, há confissões públicas – uma empresa que era orgulho passa a ser objeto de vergonha nacional por aqueles que ocuparam espaços públicos para fraudar, para cometer crime.

Repito: não se trata, nesta CPI, de se posicionar como Base aliada ou como Oposição, mas se trata de posicionar Parlamentares sérios que somos, tanto da Base quanto da Oposição, em defesa do interesse nacional, em defesa do patrimônio público, em defesa do patrimônio das pessoas deste País, porque os acionistas dessa empresa são os nossos irmãos brasileiros.

Eu queria fazer essa última observação, Sr. Presidente, para expressar também, como Parlamentar, indignação diante de tudo que vemos, ouvimos e estamos constatando ao longo da apuração desses fatos. Não é prejulgamento; é constatação a partir de confissões públicas que tivemos nas últimas semanas neste País. O Brasil não aguenta mais tanta corrupção instalada a partir de empresas como essa, que, repito, é uma empresa nossa, do povo brasileiro, orgulho nacional e que hoje passa a vergonha nacional. Não a empresa. Não a empresa, porque a empresa continua sendo objeto de admiração e respeito dos brasileiros, mas aqueles que ocuparam espaços estratégicos lá nos envergonham e levam à lama o nome de uma empresa que é um símbolo deste País, que se confunde com o nome do próprio Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos ao Deputado.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a sua intervenção e avisar que V. Ex^a, Deputado Rogério do PDT de Rondônia, não vai ser o último inscrito. Nós temos mais um inscrito que é o Deputado baiano Afonso Florence, que tem a palavra durante 10 minutos. O senhor pode começar a sua introdução.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, só uma orientação: eu devo esperar a Sr^a Meire...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Se for para indagá-la com perguntas, sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu gostaria de primeiro indagar e, posteriormente, fazer uma intervenção. Talvez convenha esperá-la.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, vamos aguardá-la um minutinho, que ela já deve estar voltando.

Agora, foi um depoimento muito consistente. Eu acredito que o Brasil todo está muito preocupado com isso. Ao nosso Relator quero dizer que há muitas contribuições dentro dos artigos que ele está elencando, o Deputado Marco Maia; o nosso Presidente, Vital do Rêgo, acaba de me ligar, está elogiando o trabalho desta Comissão e dizendo que ele mesmo marcará a próxima reunião desta Comissão.

Deputado Afonso, a depoente já se encontra sentada. Se V. Ex^a quiser fazer agora suas indagações...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por gentileza.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Meire Poza, eu vou fazer, na forma de perguntas, algumas considerações, alguns aspectos da investigação que eu pontuei na minha intervenção como Líder, que eu não podia fazer perguntas.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Assim como a senhora já respondeu a outros que fizeram perguntas similares, mesmo que rapidamente, eu lhe peço, por gentileza, que...

A senhora está prestando um serviço muito importante, primeiro por reconhecer que errou num determinado momento, que cometeu atos ilícitos, mas, como a senhora mesma disse, começou reconhecendo e passou a contribuir com as investigações.

Gostaria de lhe pedir, por gentileza, que nos esclareça mesmo que rapidamente, por ser uma pergunta quase que repetida, por que a senhora resolveu falar?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

Na verdade, o Deputado perguntou e eu consegui responder.

Em março 2012, quando houve essa operação com o fundo, especificamente com o Igeprev, foi uma operação que me incomodou bastante. Naquela ocasião, eu tentei me desligar da GFD. Naquela ocasião, eu recebi um recado que era o seguinte: para eu ficar quietinha porque eu tinha uma filha para criar. Eu fiquei quietinha e continuei na GFD.

Em março de 2013, eu apresentei documentalmente o meu pedido oficial para que eu saísse – eu queria sair da GFD. Foi ignorado. Pediram-me seis meses para nomear outro profissional e ignoraram.

Em setembro de 2013, eu não só documentei, como eu tenho as respostas, porque o que eu estou dizendo ao senhor são fatos documentados, o meu desligamento, eu avisei que eu não emitiria mais nenhum tipo de documento para as empresas do grupo. Eu tenho as respostas da auditoria. Todos os trabalhos de auditoria que vinham sendo feitos foram suspensos. Nós paramos os trabalhos, porque eu não tinha mais confiança na empresa e eu escrevi isso. Mesmo assim, parecia que, o tempo todo, eles brincavam comigo. Inclusive nessa época, em setembro de 2013, o Sr. Alberto Youssef fez um comentário em tom de brincadeira, mas a gente nunca sabia se ele estava falando sério ou se ele estava brincando. Ele me perguntou se eu tinha assistido alguma vez ao filme *O Poderoso Chefão*. Ele disse: "Aqui é igual. Aqui é a máfia. Quem entra não sai". Isso ele me disse em setembro, outubro de 2013. Eu não lembro exatamente a data. Então, eu já havia avisado que eu sairia, que eu não iria ficar trabalhando com eles.

Quando aconteceu a Operação Lava-Jato, eu sabia da minha responsabilidade. Eu nunca fugi à minha responsabilidade em momento algum, nem aqui, nem na Polícia Federal, nem no Ministério Público. Eu momento algum, eu fugi da minha responsabilidade.

Então, quando ocorreu a Operação Lava-Jato, num primeiro momento, houve todo esse impacto. Foi uma coisa muito impactante, porque várias pessoas foram presas. Então, esse foi um momento de pensar, e eu posso lhe dizer que, em meados de maio, ou junho, eu já tinha tomado uma decisão. Inclusive, comentei essa minha decisão com o Sr. João Procópio, que era um dos diretores, que ainda não havia sido preso. Foi preso no dia 1º

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

de julho, e eu comentei com ele como vinha falando com o Sr. Enivaldo já há algum tempo, antes mesmo de deflagrada a Operação Lava-Jato. Essa conversa tivemos eu, o Carlos Alberto, o Sr. Enivaldo, o Sr. Matheus, várias vezes, que, se um dia acontecesse qualquer problema, eu contaria tudo aquilo que eu soubesse.

Então, eu não voltei atrás no que eu havia decidido antes mesmo de deflagrada a Operação Lava-Jato. Então, quando aconteceu a operação, eu aguardei... Quando ocorreu a busca e apreensão no meu escritório, a partir do dia 1º de julho, eu aguardei que fosse chamada pela Polícia Federal, em depoimento. Como isso não aconteceu, eu aguardei até o dia 22. No dia 23, peguei um avião, fui até Curitiba, fui sozinha, cheguei lá e falei: "Quero saber qual é a minha conta", porque a minha conta, Excelência, eu tenho dignidade suficiente para pagar. Só que a conta dos outros eu não pago.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Muito obrigado.

Outra pergunta: o fundo de investimentos e participação teria sido utilizado de fato através de recursos de prefeituras do PT? Quais prefeituras depositaram recursos? Qual foi a operação eleitoral que houve nisso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Excelência, em momento algum, eu disse que o Alberto operava em prefeituras do PT, e torno a repetir: se o Alberto tivesse toda essa ascendência em prefeituras, não só do PT, ou do PP, do PSDB, ou do PMDB, se tivesse ascendência, da forma que se atribui a ele, em prefeituras, esse fundo de investimento teria captado R\$200 milhões e não, em dois anos, R\$23 milhões. Os RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) que aportaram dinheiro no FIP (Fundo de Investimento em Participações), que hoje não se chama mais, porque acabou, mas era o Viaja Brasil, foram: Tocantins – o Estado –, Cuiabá, Paranaguá, Hortolândia, Holambra, Petrolina e Amontada. Foram esses sete institutos de Previdência que fizeram aportes no Fipe. Eu não sei se alguma dessas prefeituras é do PT, ou PMDB. Eu realmente não sei lhe dizer. Eu sei que foram esses sete Regimes Próprios de Previdência que fizeram aportes no FIP Viaja Brasil.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Podendo haver casos também de que haja aportes, digamos, fora de esquemas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não! Não, o aporte é feito sempre de uma única forma. Quando é feito o aporte...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Então, todos eles, dessas prefeituras, seriam aportes num esquema de caixa de recurso?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não senhor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Ou é possível que alguma prefeitura tenha feito aportes na expectativa do funcionamento do fundo?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Todas as prefeituras fizeram o aporte com expectativa...

Veja só: a apresentação desse fundo, era um fundo de investimento que ia investir o dinheiro recebido numa empresa de turismo, numa operadora de turismo que figurava entre as grandes operadoras de turismo do Brasil. Então, esse fundo foi lançado antes dos eventos esportivos do Brasil.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A Marsans não tinha motivo para não ter dado certo. Isso foi um problema de administração dentro da Marsans. A ideia era factível, a ideia era boa, a empresa existia, tinha lojas, podia franquear... Então, todas essas prefeituras que aportaram... E posso até dizer em relação ao Estado do Tocantins. Quando fizeram os aportes, independentemente de terem recebido 10% ou não, porque eu não sei lhe dizer para quem foi – se esses 10% foram pagos para o instituto, para o prefeito, eu não sei. Esses 10% eram pagos para o agente autônomo de investimento.

(Soa a campanha.)

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Então, independente de qualquer coisa, o fundo era uma coisa boa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Então, nosso foco aqui, diferentemente do que pode lhe ter parecido pela intervenção de alguns Parlamentares, na verdade, são os quatro eixos de investigação da CPMI da Petrobras.

Então, buscamos identificar indícios, eventualmente evidências, documentos comprobatórios da existência ou não da participação direta na operação da Petrobras – hoje, há uma delação premiada em curso, como é do conhecimento de V. S^a – e se, além do Paulo Roberto, há outros gestores. Vimos que o cuidado de um membro do Conselho de Ética de dizer que não é um ataque à Petrobras, mas uma investigação acerca da atuação de alguns gestores é muito importante porque, de fato, a Petrobras é um patrimônio nacional.

Então, até agora, pelo que foi possível inferir do seu depoimento, das suas respostas, houve uma dinâmica de repasse de recursos ilícitos, que a senhora consegue identificar; e, de alguma forma, aponta evidências, provas, que foi através das notas frias para algumas empresas a cujos nomes V. S^a aludiu.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – E me causou curiosidade o fato de que a Senadora Vanessa questionou a senhora sobre o Moinho Cearense, de que a senhora já tinha falado antes.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Aqui, em um *site* de busca, rapidamente, apareceu – não sei se é verdade, pode ser um erro do *site*, mas provavelmente é verdade – a identificação dos acionistas majoritários da família Jereissati desse Moinho Cearense.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A pergunta é: essa nota é fria, a nota de R\$1 milhão, parece-me? A senhora tem conhecimento de qual era o objetivo desse recurso repassado para essa empresa? A senhora tem informações complementares sobre isso? Causou-me espécie o fato que a senhora não tinha conhecimento de quem eram...

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ...os controladores da empresa, apesar de estar disponível em um *site* de busca rápida.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, não olhei o *site*, Excelência. Vim a ter conhecimento depois de deflagrada a operação. Antes, eu não tinha

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

conhecimento. A empresa mandou esse dinheiro. Eu nunca perguntei ao Alberto qual era o *business* dele, o que ele fazia, de onde vinha o dinheiro, para que servia. Nunca fiz esse tipo de pergunta. Eu só soube que essa empresa teria alguma ligação com o Deputado Luiz Argôlo depois de deflagrada a operação. Depois é que fiquei sabendo que essa operação especificamente era para ser tratada com ele. Depois ainda, quando estive com o advogado do Deputado Luiz Argôlo – estivemos juntos –, eu falei para ele que precisaríamos regularizar essa operação especificamente, precisaria de documentos que dessem suporte a essa emissão de nota. Depois de alguns dias, o Sr. Cláudio Fontanelli me procurou e me trouxe os documentos supostos. Depois de eu ter conversado com o advogado do Deputado Luiz Argôlo, o Sr. Cláudio Fontanelli foi até São Paulo, saiu de Fortaleza, foi até São Paulo entregar relatórios que supostamente serviriam para dar suporte à nota emitida.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Bom, só para concluir, Presidente, contando com a tolerância de V. Ex^a em função de termos oportunizado à depoente usar o tempo necessário para responder às perguntas, registro que, de fato, não tem como parte dessa investigação, ou toda ela, não estar inserida na conjuntura política.

O Deputado Domingos Sávio, que infelizmente não está aqui, falou, em metade da sua fala, em indicadores sociais, o que, obviamente, é facilmente rebatível: o Brasil tem o maior índice de emprego, crescimento da massa salarial. Apesar de todo o estardalhaço de uma suposta crise econômica, houve uma decisão do Governo de, em vez de fazer o aperto fiscal, aumentar desemprego e aumentar pobreza, como ocorreu no período dos governos no PSDB, garantir investimentos públicos em educação, universidades, em obras de esgoto, de casas populares; e, com isso, garantiu o aumento da massa salarial e a continuidade de rodar a economia brasileira, garantindo a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Então, a pressa da investigação todos nós temos. O povo brasileiro está na expectativa, em particular, o Governo e o Partido dos Trabalhadores. Reitero, nas duas oportunidades em que foi posta a possibilidade de que fizéssemos reuniões secretas, o PT optou por reuniões abertas, porque esperamos que todos que possam reconhecer que cometeram erros procedam com a Sr^a Meire. V. S^a acertadamente reconheceu o erro, vai ter que assumir a responsabilidade por eles e tenta contribuir, para que nós possamos a limpo o que aconteceu.

Nós não temos dúvida da conduta ilibada dos gestores da Petrobras, da Presidente Graça Foster, do ex-Presidente José Sérgio Gabrielli, da então Ministra Dilma. Nós queremos celeridade e profundidade nas investigações, porque nós achamos que é isso que garantirá a transparência do resultado e que essa conduta ilibada, essa conduta correta, finalmente, será comprovada.

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero dizer que nós vamos perseverar nessa investigação, O depoimento da Sr^a Meire contribui muito. Claro que as pessoas citadas têm direito de defesa, o que faz parte do jogo da política. Agora, é fato, obviamente, que, apesar de a Polícia Federal, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

República terem as suas prerrogativas constitucionais, no governo do PSDB, o Procurador-Geral da República ficou notabilizado como o "engavetador-geral da República".

Há um ambiente distinto no País e esta CPMI, com a condução do Presidente Vital do Rêgo e de V. Ex^a e com a acuidade da abordagem do Relator, Deputado Marco Maia, vai chegar a bom termo, no momento necessário, no tempo necessário, para que a investigação tenha a profundidade e a extensão necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos, Deputado Afonso.

Eu gostaria de perguntar à depoente, à testemunha: V. S^a citou vários nomes aqui, vários! Há vários nomes aqui que eu fui anotando, embora tenha perdido alguns. Porém, foram citados Waldomiro, Rafael Lopes, Carlos Alberto, Matheus, João Procópio, Enivaldo Quadrado, Leitoso... Todos trabalhavam no mesmo escritório?

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência. O Sr. Waldomiro de Oliveira era da MO Consultoria; trabalhava para o Alberto, para quem fazia a emissão de notas para o Alberto.

O senhor pode, por gentileza, repetir?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Rafael.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Rafael trabalhava diretamente com o Alberto Youssef; era um secretário do Alberto Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Carlos Alberto.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Carlos Alberto era procurador e administrador da GFD.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Matheus.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Matheus trabalhou pouco tempo lá, cerca de sete ou oito meses, como advogado. Ficou bem pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – João Procópio.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Era diretor na GFD. Ele é cunhado do Dr. João Auler, que é conselheiro da Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Enivaldo Quadrado.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – O Enivaldo Quadrado fazia essa parte financeira da GFD; não do Alberto. Fazia os pagamentos de banco...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Leitoso.

A SR^a MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Eu nunca me lembro se é Eduardo ou Paulo Leite... Eduardo Leite é da Camargo Corrêa; ele ocupa algum cargo... É vice-presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A Camargo Corrêa a senhora citou várias vezes. A senhora se lembra do tamanho dos contratos feitos com a Camargo Corrêa?

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não. A Camargo Corrêa, Excelência... São as outras empresas – essas empresas do Sr. Waldomiro de Oliveira – que têm algumas notas e contratos com a Camargo Corrêa. A GFD nunca emitiu nada com a Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – São outras. Então, a senhora... Aquela de R\$2 milhões, isto é, que devia R\$2 milhões também era a Camargo Corrêa envolvida, não é?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim, era a Camargo Corrêa; porém, para isso aí não houve uma emissão de nota. Isso aí eles disseram que fizeram um acerto, mas eu não sei como foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A Camargo Corrêa é aquela que ganhou o principal contrato de R\$3 bilhões de que a imprensa fala tanto.

A senhora sabe alguma coisa sobre Petrobras África? Alguém comentou?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não; nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sobre plataformas?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não; a única coisa é que, em um dos contratos que foram feitos pela GFD, citava que os serviços prestados teriam alguma relação com plataformas de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com qual empresa? A senhora lembra?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Se não me engano, Excelência, foi com a Mendes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mendes Júnior, uma outra empresa muito citada.

Está bem!

O Relator, Deputado Marco Maia, quer fazer mais algumas perguntas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não; é apenas uma última pergunta para matar a curiosidade.

Esse Banco Máxima fez algumas outras operações com Alberto Youssef, com as empresas dele ou foi só essa operação de empréstimo? Era corriqueiro que ele emprestasse dinheiro ou operasse recursos?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, Excelência; ele tinha uma operação com a Marsans. O Banco Máxima tinha uma emissão de... Ele comprou debêntures da Marsans... Então ele tinha algum... Seriam empréstimos, embora as debêntures fossem conversíveis em ações. Então, ele já tinha tomado, com a Marsans, R\$23 ou R\$25 milhões, se não me falha a memória. Foi exatamente por esse motivo, porque ele tinha um problema de patrimônio líquido: o patrimônio do Banco estava muito comprometido já com a Marsans. Foi por isso que ele não podia fazer o empréstimo

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

diretamente, mais R\$4 milhões para a Marsans. Além disso, eles tinham algumas lojas da Marsans e eles faziam o câmbio: cartões nas lojas da Marsans.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Mas outras operações de empréstimos dessa natureza?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não, não, não. Que eu tenha conhecimento, nenhum.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Que tenha conhecimento, não.

É interessante a história do Banco, porque os bancos são regulados pelo Banco Central e existem regras, critérios muitos rígidos para concessão de empréstimos, para operações dessa natureza.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E, geralmente, o banco só pode emprestar recursos ou dinheiro também dentro de critérios muito claros.

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E V. Sª não parece que teria condições de...

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não, não teria. De R\$4 milhões não teria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... receber ou de tomar um empréstimo de R\$4 milhões com tanta facilidade. Certamente o Banco Central terá de fazer aí alguma análise ou alguma diligência junto ao Banco Máxima para saber se não há outras operações dessa natureza que possam, no futuro, vir a lesar inclusive correntistas ou empresas que tenham negócios com o Banco.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Marco Maia, tem uma fila aqui na CPI do Senado... Mas, ao falar sobre banco, lembrei daquele Banco Panamericano que deixou um rombo de R\$4 bilhões para trás e ninguém sabe onde foi parar também.

Desses nomes, a senhora sabe quem foi, qual deles fez delação premiada? Já tem o Paulo Roberto, o Alberto Youssef, tem mais alguém?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Que tenha feito delação premiada? Não, excelência.

O Carlos Alberto colaborou espontaneamente, mas não tem acordo de delação premiada, que eu saiba.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mais algum?

A SRª MEIRE BONFIM DA SILVA POZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bom. Porque nós temos que pedir esses documentos todos, não é?

Muito bem, pergunto se algum Parlamentar quer fazer pergunta? (*Pausa.*)

Não há.

Ata pendente de aprovação



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Havendo quórum regimental, coloco em votação a ata da 12ª Reunião, propondo a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que a aprovam, queiram permanecer como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovada a ata da 12ª Reunião. Nós estamos na 13ª, então. A ata está aprovada.

Agradeço à depoente, à testemunha; agradeço a todos que participaram efetivamente, ao advogado dela o Dr. Eri Varela, aqui de Brasília, ao nosso Relator Marco Maia.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

Senador Gim

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Ata pendente de aprovação